

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História



Dissertação de Mestrado

Leituras e leitores no contexto prisional:
o projeto Carrinho da Leitura como forma de remição penal (Presídio Estadual de
Camaquã/RS, 2017-2023)

Lilian Signorini Lafuente

Pelotas, 2025

Lilian Signorini Lafuente

Leituras e leitores no contexto prisional:
o projeto Carrinho da Leitura como forma de remição penal (Presídio Estadual
de Camaquã/RS, 2017-2023)

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História do Instituto de
Ciências Humanas da Universidade
Federal de Pelotas, como requisito à
obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lisiane Sias Manke

Pelotas, 2025

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

L171l Lafuente, Lilian Signorini

Leituras e leitores no contexto prisional [recurso eletrônico] : o projeto Carrinho da Leitura como forma de remição penal (Presídio Estadual de Camaquã/RS, 2017-2023) / Lilian Signorini Lafuente ; Lisiane Sias Manke, orientadora. — Pelotas, 2025.
147 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2025.

1. História das práticas de leitura e escrita. 2. Remição de pena. 3. Presídio Estadual de Camaquã/RS. 4. Projeto Carrinho da Leitura. I. Manke, Lisiane Sias, orient. II. Título.

CDD 981.65

Lilian Signorini Lafuente

Leituras e leitores no contexto prisional: o projeto Carrinho da Leitura como forma de remição penal (Presídio Estadual de Camaquã/RS, 2017-2023)

Dissertação aprovada, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 25 de abril de 2025.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Lisiane Sias Manke (Orientadora). Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas

Prof.^a Dr.^a Eliane Cristina Deckmann Fleck. Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Vania Grim Thies. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas

Prof.^a Dr.^a Renata Braz Gonçalves. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas

Agradecimentos

No decorrer desta investigação conheci pessoas, estreitei laços e contei com muito apoio que me permitiu chegar até aqui, momento de encerrar este ciclo.

Assim, agradeço à Universidade Federal de Pelotas e ao Programa de Pós-Graduação (PPGH/UFPEL) pela oportunidade de realizar o curso de Mestrado em História.

Aos professores das disciplinas realizadas durante o curso de mestrado pelas indicações de leitura essenciais para aprimorar o projeto de pesquisa.

Aos professores da Linha de Pesquisa Culturas: entre ensino, linguagens e formação de sentidos, pelas contribuições.

Aos bibliotecários e funcionários, em especial à Hanica Diniz, pelo auxílio nesses dois anos de curso.

Meus agradecimentos, também, a minha turma de mestrado, na qual reencontrei colegas da graduação e fiz novas amizades. Não cito nomes, pois, de alguma forma, todos contribuíram para minha formação profissional e pessoal.

Aos membros da banca de defesa, Prof.^a Dr.^a Lisiane Sias Manke, Prof.^a Dr.^a Eliane Cristina Deckmann Fleck, Prof.^a Dr.^a Vania Grimm Thies e Prof.^a Dr.^a Renata Braz Gonçalves agradeço pelas contribuições, críticas e tempo disponível para a leitura e análise desta dissertação.

À Prof.^a Dr.^a Eliane Cristina Deckmann Fleck, pelos ensinamentos preciosos e sugestões de leitura no grupo de estudo sobre História Cultural.

À minha orientadora desde a graduação em História, Prof.^a Dr.^a Lisiane Sias Manke, por topar o desafio de aliar os estudos sobre práticas de leitura e escrita ao contexto prisional, pelos ensinamentos, leituras atenciosas e, principalmente, pela confiança depositada.

Aos meus colegas de trabalho do Presídio Estadual de Camaquã e Presídio Regional de Pelotas, por todo apoio, pelas trocas de plantão para realizar as atividades presenciais do curso de mestrado.

Em especial, às profissionais que me inspiraram a realizar esta investigação: Luciane Centeno, Cleusa Rodrigues e Susana de Alencastro, que atuam no Presídio Estadual de Camaquã, as quais idealizaram e desenvolvem o projeto de remição de pena “Carrinho da Leitura”.

Aos “leitores aprisionados” que participaram do projeto de leitura e assim contribuíram imensamente para esta investigação.

À minha família, com a qual aprendi desde cedo que a educação é o bem mais valioso.

Ainda, expresso especial gratidão a Deigner Macedo, meu companheiro de uma vida e de profissão, que compreende minhas angústias pessoais e profissionais, e me faz ver o lado positivo das coisas; e à Heloisa, minha filha, que por várias vezes teve que conviver com minhas ausências; meu débito e amor não tem tamanho!

A leitura é, provavelmente, uma outra maneira de estar em um lugar.

José Saramago

Resumo

LAFUENTE, Lilian Signorini. **Leituras e leitores no contexto prisional**: o projeto Carrinho da Leitura como forma de remição penal (Presídio Estadual de Camaquã/RS, 2017-2023). Orientadora: Lisiane Sias Manke. 2025. 147f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025.

O presente trabalho, desenvolvido no curso de pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, pretende, alicerçado nos princípios teóricos e metodológicos da História Cultural, dar visibilidade à existência de cultura escrita no ambiente prisional. Nessa perspectiva, buscamos analisar a constituição do projeto de remição da pena pela leitura desenvolvido no Presídio Estadual de Camaquã, chamado “Carrinho da Leitura: estimulando a leitura como forma de libertação”, assim como os modos de ler e a apropriação da leitura realizada por pessoas privadas de liberdade. O projeto “Carrinho da Leitura” foi criado em 2017 com intuito de estimular e de tornar a prática da leitura acessível a todas as pessoas privadas de liberdade naquele presídio. Assim, precedeu a regulamentação da remição da pena pela leitura, que ocorreu no ano de 2021. O recorte temporal selecionado para a pesquisa é o período que compreende os anos 2017 a 2023, visto que, nesse intervalo de tempo, ocorreu a criação e a implantação do projeto. Já a escolha do ano de 2023 como marco final deve-se ao fato de ser o momento em que ocorre a pesquisa de campo e a coleta das fontes. Alicerçados em uma metodologia qualitativa de cunho etnográfico e aliados à pesquisa documental, buscamos compreender os mais diferentes aspectos do fenômeno analisado e suas particularidades. Além dos documentos institucionais, os relatórios de leituras, constituídos por escritos, formam um corpus documental diversificado que permite diferentes possibilidades de análise do tema investigado. Conhecer a relação que os diferentes públicos estabelecem com a leitura e a escrita, neste caso, os aprisionados, é fundamental para a história da leitura, e, mais especificamente, para o sucesso dos projetos de remição da pena pela leitura. Dito isto, buscamos colaborar nos estudos sobre as práticas de leitura e de escrita inseridas em um contexto singular, que é o contexto prisional, desconhecido por grande parte da sociedade.

Palavras-chave: história das práticas de leitura e escrita; remição de pena; Presídio estadual de Camaquã/RS; Projeto Carrinho da Leitura.

Abstract

LAFUENTE, Lilian Signorini. **Readings and readers in the prison context:** the Reading Cart project as a form of penal remission (Camaquã State Prison/RS, 2017-2023). Advisor: Lisiane Sias Manke. 2025. 147f. Dissertation (Master's in History) – Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2025.

This work, developed in the postgraduate course in History at the Federal University of Pelotas, aims, based on the theoretical and methodological principles of Cultural History, to give visibility to the existence of written culture in the prison environment. From this perspective, we seek to analyze the development of the sentence remission project through reading, implemented at the Camaquã State Prison, called “Reading Cart: encouraging reading as a form of liberation,” as well as the reading practices and appropriation of reading carried out by individuals deprived of liberty. The “Reading Cart” project was created in 2017 with the purpose of promoting and making reading practices accessible to all incarcerated individuals in that facility. Thus, it preceded the formal regulation of sentence remission through reading, which took place in 2021. The time frame selected for this research is the period between 2017 and 2023, as this span encompasses the creation and implementation of the project. The year 2023 was chosen as the endpoint because it marks the moment when field research and data collection were conducted. Based on a qualitative ethnographic methodology combined with documentary research, this study aims to understand the various aspects of the analyzed phenomenon and its particularities. In addition to institutional documents, the reading reports composed by written reflections form a diverse documentary corpus that allows for multiple approaches to analyzing the topic under investigation. Understanding the relationship different groups specifically incarcerated individuals establish with reading and writing is fundamental to the history of reading, and more specifically, to the success of sentence remission projects based on reading. That said, we seek to collaborate in studies on reading and writing practices inserted in a unique context, which is the prison context, unknown to a large part of society.

Keywords: history of reading and writing practices; sentence remission; Camaquã state prison/RS; Reading Cart Project.

Lista de Figuras

Figura 1	Frente Presídio Estadual de Camaquã.....	32
Figura 2	Celas sem uso.....	32
Figura 3	Celas superlotadas.....	33
Figura 4	Carrinho da Leitura.....	48
Figura 5	Biblioteca prisional.....	58
Figura 6	Livros Religiosos.....	60
Figura 7	Livros Literários.....	60
Figura 8	Ficha de retirada e entrega de obras.....	61
Figura 9	Percentual de pessoas privadas de liberdade por escolaridade nos estabelecimentos prisionais respondentes em âmbito nacional.....	67
Figura 10	Campanha Agosto Lilás.....	68
Figura 11	Relatório de leitura (frente).....	87
Figura 12	Relatório de leitura (verso).....	88
Figura 13	Relatório de leitura sobre a obra “Gato Mimoso”.....	95
Figura 14	Relatório de leitura sobre a obra “O passarinho Rafa”.....	96
Figura 15	Relatório de leitura sobre a obra “Para que serve os poetas”.....	99
Figura 16	Relatório de leitura sobre a obra “Liberdade de Expressão”.....	100
Figura 17	Trecho do relatório da obra “O Poder do Macho” realizado pelo leitor 01.....	102
Figura 18	Trecho do relatório da obra “O Poder do Macho” realizado pelo leitor 02.....	103
Figura 19	Relatório de leitura sobre a obra “O Poder da Esperança”.....	105
Figura 20	Relatório sobre a obra “Vozes em um Tempo”, volume 5.....	107
Figura 21	Relatório de leitura sobre a obra “Viva Esperança”.....	109
Figura 22	Trecho do relatório sobre a obra “O Poder Sobrenatural da Fé”, de Edir Macedo.....	110
Figura 23	Trecho do relatório da obra “Poder da Esperança”.....	112
Figura 24	Relatório de leitura produzido pelo leitor excepcional.....	114

Lista de tabelas

Tabela 1	Faixa etária dos participantes do projeto.....	80
Tabela 2	Cor da pele dos participantes do projeto.....	80
Tabela 3	Escolaridade dos participantes do projeto.....	81
Tabela 4	Crença Religiosa dos participantes do projeto.....	82
Tabela 5	Estado Civil dos participantes do projeto.....	82
Tabela 6	Número de filhos dos participantes do projeto.....	83
Tabela 7	Zona de residência antes de ingressar no sistema prisional.....	83
Tabela 8	Situação carcerária dos participantes do projeto.....	84
Tabela 9	Tempo de pena/condenação dos participantes do projeto.....	84
Tabela 10	Relação de crimes praticados pelos leitores aprisionados.....	85

Lista de quadros

Quadro 1	Fontes disponíveis para a pesquisa.....	38
Quadro 2	Trajetória legal até a remição pela leitura.....	41
Quadro 3	Relação de obras mais lidas e quantidade de retiradas especificadas entre parênteses.....	62
Quadro 4	Leitores assíduos X obras retiradas para leitura.....	65

Lista de abreviaturas e siglas

CNE	Conselho Nacional de Educação
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
DPE/RS	Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ESP	Escola de Serviços Penitenciários
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
FIERGS	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSUL/RS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
LEP	Lei de Execução Penal
NUDDH	Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos
NUDEP	Núcleo de defesa em Execução penal
NEEJA	Núcleo de Educação de Jovens e Adultos
PNBE	Programa Nacional de Bibliotecas Escolares
PNLE	Programa Nacional do Livro Didático
RELIPEN	Relatório de Informações Penais
SENAPPEN	Secretaria Nacional de Políticas Penais
INFOPEN	Sistema Nacional de Informações Penitenciária
SUSEPE	Superintendência dos Serviços Penitenciários
UDESC	Universidade de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 Introdução.....	8
2 A realidade prisional no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul	22
2.1 O Presídio Estadual de Camaquã: o cotidiano na estrutura prisional	25
2.1.1 O acervo documental do Presídio Estadual de Camaquã	35
2.2 O projeto de remição de pena: "Carrinho da Leitura: estimulando a leitura como forma de libertação"	38
3 Presídio Estadual de Camaquã: do acervo aos modos de ler.....	54
3.1 De fora para dentro: a constituição da biblioteca prisional	57
3.1.1 O que se lê no Presídio Estadual de Camaquã?	60
3.1.2 Onde se lê no Presídio Estadual de Camaquã?	68
3.1.3 A representação do leitor aprisionado	72
4 Entre grades e celas: as práticas de leitura e de escrita	76
4.1 Quem são os leitores aprisionados? O perfil dos participantes do projeto de remição de pena.....	77
4.2 O condicionamento prisional para a escrita marginal	85
4.3 A escrita subalterna: as apropriações das obras por meio dos relatórios de leituras.....	90
4.3.1 Apropriações leitoras literais.....	93
4.3.2 Apropriações leitoras interpretativas.....	100
4.3.3 Nas margens: o caso de uma escrita excepcional.....	112
5 Considerações finais	117
Fontes	126
Referências.....	127
Anexos	135
Anexo A – Certidão de registro de imóveis (Presídio Estadual de Camaquã).	136
Anexo B – Livro Tombo em que são registradas as obras do acervo.....	137

Anexo C – Registro das obras realizado por meio do nome do livro e autor, primeira página do Livro Tombo.....	138
Anexo D – Relação de livros retirados para leitura apenas uma vez.	139
Anexo E – Relatório de leitura sobre a obra “Em busca de esperança”, da autora Ellen G. White, produzido por um dos leitores.	140

1 Introdução

Escrever um texto é, sem dúvida, uma construção coletiva. As leituras realizadas durante minha trajetória acadêmica, atreladas às experiências pessoais e profissionais vivenciadas por mim, foram fundamentais para esta escrita. Assim, no decorrer deste texto, uma grafia em terceira pessoa será utilizada ilustrando esta produção coletiva. Entretanto, primeiramente, relato momentos importantes de minha trajetória de vida, pois considero relevante que o leitor(a) conheça meu “lugar social” (Certeau, 1982).

Ler sempre foi uma das minhas práticas preferidas. Ainda no ensino fundamental, lembro de viajar pelos livros didáticos enquanto a professora ministrava as aulas de História. Até concluir essa etapa do ensino, no ano de 2002, além da TV aberta, a biblioteca escolar e os livros, ainda eram os meios mais tradicionais de conhecer e de transitar entre culturas, costumes e lugares sem sair de Pelotas/RS, onde eu residia. Assim, a partir do gosto pela leitura, ingressei, no ano de 2009, no curso de História, na Universidade Federal de Pelotas.

Pensar a educação, oportunizar e compartilhar conhecimento sempre fizeram parte dos meus objetivos, e no dia 08 de março de 2014 conclui a graduação, tendo sido nomeada no mês de setembro do mesmo ano para atuar como professora de História na rede municipal de Pelotas. O olhar voltado para o campo da educação, atrelado à prática historiográfica, sempre esteve presente na minha prática docente. Os “excluídos”¹ da História, dialogando com a historiadora francesa Michelle Perrot, aqueles que por muito tempo foram esquecidos pela historiografia tradicional, ganhavam destaque em minhas aulas ministradas para alunos do ensino fundamental.

Em 2019, ingressei no sistema prisional do Rio Grande do Sul como agente penitenciária e durante dois anos e meio exerci essa atividade no Presídio Estadual de Camaquã. Durante esse período, acompanhei a rotina prisional e a dinâmica do projeto de remição da pena pela leitura, chamado: “Carrinho da Leitura: estimulando a leitura como forma de libertação”. Perceber o envolvimento de alguns aprisionados com a leitura e a escrita me fez refletir sobre essas práticas e

¹ Nesse livro, a historiadora Michelle Perrot analisa a resistência de grupos socialmente marginalizados nos lares, fábricas e prisões da França do século XIX, sendo eles: operários, mulheres e prisioneiros. Mais informações ver: PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

desenvolver a motivação por essa pesquisa.

É desse “lugar social” que escrevo e buscarei, como historiadora, narrar as práticas de leitura e de escrita desse “outro”, inserido em um contexto tão singular, por vezes, esquecido ou representado apenas como um número pelo sistema prisional. No entanto, considerando o pensamento de Michel de Certeau (1982), não busco estabelecer verdades ou construir dogmas, mas, sim, apoiada no campo teórico-metodológico da história cultural, dar espaço ao não-dito.

Prisões, educação, acesso à direitos humanos são temas muito caros à sociedade contemporânea. Nesse sentido, no decorrer dessa escrita vou estabelecer um diálogo entre a educação, as práticas de leitura e de escrita e a legislação que norteia a remição da pena por meio de práticas sociais educativas no contexto prisional do Rio Grande do Sul.

A educação em estabelecimentos prisionais baseia-se no princípio constitucional de direito à educação para todos. Nesse sentido, o acesso à educação não se trata apenas de um direito, mas também de uma real possibilidade para as pessoas privadas de liberdade conquistarem a diminuição do tempo de pena, assim como uma libertação da condição intrínseca de subalternidade em relação às pessoas que vivem livremente em sociedade. É também uma via para a reinserção no mundo do trabalho, bem como para o exercício pleno da cidadania.

Tal exercício passa pela leitura e pela escrita, sendo exatamente isso que foi homologado no parecer do Conselho Nacional de Educação, em novembro de 2000², sobre a igualdade de oportunidade de ler e de escrever. Sob esse olhar, o incentivo à leitura e à escrita no ambiente prisional vem sendo considerado pelo poder público como um dos meios alternativos para a ressocialização das pessoas privadas de liberdade, embasado na Lei n.º 7210, Lei de Execução Penal³, de 11 de julho de 1984. Em seu texto, essa lei determina que a assistência educacional às pessoas privadas de liberdade deve compreender a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado, e também fornecer algumas diretrizes que contemplem a garantia do direito à educação e do acesso à leitura nas prisões.

² O Parecer CNE/CEB n.º 11/2000 foi um marco na educação de Jovens e Adultos no Brasil e trata das diretrizes curriculares desta modalidade de ensino.

³ A Lei de Execução Penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a integração social harmônica do condenado e do internado.

Além disso, no artigo 21 expõe-se a garantia da existência de bibliotecas, constituídas por livros instrutivos, recreativos e didáticos, nos estabelecimentos prisionais para uso de todas as pessoas privadas de liberdade. Entretanto, a referida lei não informa dados referentes a orçamento ou critérios específicos sobre aquisição de obras para constituir os acervos nos estabelecimentos prisionais.

Nessa perspectiva, surge o projeto “Carrinho da Leitura: estimulando a leitura como forma de libertação” desenvolvido no Presídio Estadual de Camaquã. Este estabelecimento prisional está localizado próximo à capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Possui uma estrutura física com capacidade para atender 150 apenados. Entretanto, hoje, possui um efetivo prisional com, aproximadamente, 388 pessoas do sexo masculino privadas de liberdade, são homens com faixa etária entre 20 e 61 anos, que possuem como grau de escolaridade o ensino fundamental incompleto.

Pioneiro na região sul do estado do Rio Grande do Sul ao visar estimular o hábito de ler, antecedendo a regulamentação da remição de pena pela leitura, o Presídio Estadual de Camaquã implementou o referido projeto de leitura no ano de 2018, quando passou a disponibilizar obras para pessoas que cumprem pena privativa de liberdade. Durante esse processo, a biblioteca prisional foi se constituindo e, hoje, são mais de 3 mil obras de gêneros e de tamanhos diversos, dentre as quais estão títulos literários, livros didáticos e livros de cunho religioso, que circulam, por meio de um carrinho de supermercado, nos espaços prisionais por meio do projeto.

O estabelecimento prisional não possui um sistema informatizado para fins de registro do acervo da biblioteca. Assim, por meio de mão de obra prisional, o acervo é registrado em um livro próprio, denominado “Livro Tombo”, onde o título da obra e nome do autor são anotados com o intuito de quantificá-las. Percebendo a necessidade de conhecer mais o acervo, o livro de registro das obras foi digitalizado para a pesquisa, nos anexos B e C é possível visualizar como se dá esse registro.

A regulamentação da remição de pena pela leitura⁴ tem oportunizado aos participantes diminuição do período de encarceramento a partir da prática da leitura e da escrita. Dessa forma, considerando as particularidades do contexto prisional,

⁴A remição de pena, ou seja, o direito do condenado de abreviar o tempo imposto em sua sentença penal, pode ocorrer mediante trabalho, estudo e, de forma mais recente, leitura, conforme disciplinado pela Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

alguns questionamentos norteiam essa investigação: como os indivíduos privados de liberdade⁵ se relacionam com a leitura? E à escrita, quais sentidos atribuem a essa prática? Os questionamentos aqui colocados têm apenas um objetivo: o de refletir sobre essas práticas, tendo em vista que, “[...] os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler [...]” (Chartier, 1999, p. 77).

Frente a tais questões, temos como objetivo analisar a constituição do projeto “Carrinho da Leitura: estimulando a leitura como forma de libertação”, os modos de ler e de escrever e a apropriação da leitura realizada por pessoas privadas de liberdade, uma vez que a preocupação com o cumprimento do direito à educação permeia esse sistema prisional. Desse modo, surge como hipótese inicial a oferta da leitura e da escrita enquanto práticas que podem causar impacto positivo na Execução Penal, bem como na criação de hábitos de leitura e de escrita.

Visando identificar e dialogar com estudos historiográficos relacionados com a História da Leitura e da Escrita no Brasil e, mais especificamente, acerca das práticas de leitura e de escrita desenvolvidas no contexto prisional, realizamos uma busca relacionada à produção acadêmica, junto ao banco de dissertações e de teses do Portal da Capes⁶, à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações⁷ e ao Google Acadêmico, Google Scholar. Assim, procuramos artigos, monografias, dissertações e teses que abordassem a temática. O recorte temporal estabelecido foi o período que compreende os últimos dez anos⁸. Já no recorte espacial, investigamos, principalmente, produções do estado do Rio Grande do Sul, mas a busca se deu em nível de território brasileiro. Para isso, utilizamos as seguintes palavras-chave: remição, leitura, escrita, prisões.

Considerando a amplitude do acervo disponibilizado por essas plataformas, nos detivemos às produções que utilizaram as palavras-chave selecionadas para o procedimento de busca. Desse modo, analisamos os resumos das produções que mais se relacionaram com a pesquisa e selecionamos os trabalhos que

⁵Utilizaremos a designação privado de liberdade, ao considerar as pessoas que se encontram encarceradas, tendo em vista que a maioria dos sujeitos privados de liberdade no estado do Rio Grande do Sul são presos provisórios. Ou seja, condenados ou apenados não seriam as designações adequadas, pois muitos não possuem uma condenação ou uma pena estabelecida.

⁶Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br>

⁷Disponível em: <http://bdtd.ibict.br>

⁸Considerando o ano de publicação da recomendação do CNJ n.44/2013, que estabeleceu os parâmetros para fins de remição de pena pelo estudo e que previu sua equivalência para a remição pela leitura.

apresentaram experiências de projetos de remição pela leitura nas prisões. Assim, destacamos as mais relevantes para nosso estudo.

Na dissertação intitulada “Remição pela leitura: o letramento literário ressignificando a educação na prisão”, Proença (2015) apresenta os resultados de sua pesquisa de caráter bibliográfico e exploratório, que teve como objeto o letramento literário no Projeto Remição pela Leitura, desenvolvido na Penitenciária Estadual de Londrina I e no Centro de Ressocialização de Londrina, no Paraná. O estudo analisou as práticas pedagógicas utilizadas no projeto de remição pela leitura e percebeu a necessidade de flexibilizar e de adequar as práticas de leitura e de escrita considerando os níveis de alfabetização das pessoas privadas de liberdade.

Tinoco e Castro (2023), no artigo intitulado “Remição de pena: processo (ressocializador) de leitura e escrita nas prisões do distrito federal”, desenvolveram e aplicaram uma oficina no Centro de Detenção Provisória, situado no Distrito Federal, com intuito de preparar os custodiados para a remição da pena pela leitura, mais especificamente pela prática da escrita, considerando a necessidade de produção de uma resenha crítica sobre as obras lidas para fins de remição de pena. Uma das dificuldades que os autores perceberam foi que os projetos de remição pela leitura desenvolvidos no local não se relacionam com a educação prisional. Segundo os autores, “por não garantir a elevação do nível de escolaridade, a remição pela leitura não deveria priorizar as pessoas privadas de liberdade que não têm acesso à escola, como normatizam alguns estados em suas leis específicas (Tinoco; Castro, 2023, p. 146).

Outra experiência de trabalho sobre essa temática é apresentada por Ana Cláudia Ferreira Godinho e por Elionaldo Fernandes Julião (2019) no artigo intitulado “O Direito à Leitura na Prisão: uma experiência não escolar em presídio feminino no Brasil”. Nele refletem sobre o direito à educação e buscam compreender os avanços e os limites das propostas de remição de pena pela leitura, considerando a garantia dos direitos humanos assegurados por convenções internacionais, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos, assim como pela legislação brasileira para jovens e para adultos em contexto de privação de liberdade.

Utilizando as metodologias de investigação-ação, os autores apresentaram dados e produziram reflexões a partir da prática docente em um projeto de extensão realizado em um presídio feminino do Rio Grande do Sul. Após analisarem a

proposta de remição de pena pela leitura elaborada e desenvolvida em vários estados brasileiros, escolheram o estado do Rio Grande do Sul, pois concluíram que nos estabelecimentos prisionais gaúchos as atividades de leitura não substituíram a oferta escolar, ou seja, diferentemente de outros estados brasileiros, a criação de projetos de remição da pena pela leitura não estava condicionada à ausência de escola na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Com relação às práticas de leitura e de escrita realizadas pelas pessoas privadas de liberdade do estabelecimento prisional feminino, os autores colocam que poucas mulheres relataram ter o hábito de leitura e isso deve-se à baixa escolaridade e à ausência de atividades que estimulem a leitura na prisão (Godinho; Julião, 2019). Ainda segundo os autores, a dinâmica do projeto consistia em dividir as participantes em grupos para realizar rodas de leitura, quando uma leitora lia para as demais obras previamente definidas. Essa prática passou a ser utilizada, pois, dentre as participantes, havia diferentes níveis de letramento, desde não ler até ler pausadamente, caracterizando um nível mais rudimentar de leitura. Segundo Godinho e Julião (2019):

As rodas de leitura contribuem para a ampliação das habilidades de leitura de todas as participantes, na medida que permitem o contato com textos literários, em geral distantes do dia a dia da população brasileira, tanto dentro quanto fora da prisão. Por este aspecto, as rodas de leitura criam um espaço e uma experiência de leitura coletiva que pode ser útil para a aproximação das mulheres com o exercício de imaginação, criatividade e reflexão que a literatura suscita (Godinho; Julião, 2019, p. 88).

Assim, as sociabilidades, os gestos que envolvem a leitura, são variantes históricas de apropriação. A compreensão e o uso do que está escrito modifica-se em função dos diferentes fatores que podem vir a influenciar essa prática. Com relação às falas mediadoras, Chartier (2004) chama a atenção para a representação da leitura no século XVIII, que se opunha à representação da leitura individual. No contexto abordado pelo autor, as falas mediadoras tornam-se falas leitoras para pessoas analfabetas, por exemplo. Neste caso, a performance de um leitor mediador pode influenciar na apropriação dos leitores ouvintes.

Desse modo, o estudo de Godinho e Julião (2019) contribui para a presente pesquisa, tendo em vista que evidencia que a proposta de remição da pena pela leitura desenvolvida na Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE)

possibilita que a pessoa privada de liberdade participe das duas atividades educativas concomitantemente. Ou seja, no estabelecimento onde a pesquisa foi desenvolvida pelas autoras, a remição da pena pela leitura não é utilizada para cobrir a falta de oferta da educação nos estabelecimentos prisionais, como ocorre em outros estados. Além disso, aponta informações importantes sobre a dinâmica do projeto desenvolvido e sobre as práticas das leitoras.

Na dissertação intitulada “O Mundo como prisão e a prisão no mundo: Graciliano Ramos e a formação do leitor em Presídios do Distrito Federal”, de Maria Luzineide da Costa Ribeiro, apresentada em 2012, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, a autora investigou o perfil de leitores em presídios federais, tendo por base a leitura de Antônio Cândido e a conceituação de mundo como prisão. Seu estudo aponta a escassez de políticas públicas de incentivo à leitura desenvolvidas e implementadas no sistema prisional. De igual modo, Ribeiro (2017), em sua tese de doutorado defendida em 2017, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Literatura e Práticas Sociais e intitulada “Uma teia de relações: o livro, a leitura e a prisão”, a autora apresenta o projeto de “Remição pela Leitura”, desenvolvido em penitenciárias federais, e defende o uso da prática literária como política pública que pode auxiliar na ressocialização dos apenados, destacando os impactos positivos que esse ato exerce sobre o leitor.

Esses estudos dialogam com esta investigação, pois seus resultados apontam que a prática da leitura e da escrita, utilizada para além da remição de pena, pode caracterizar-se como uma atividade sedutora e prazerosa.

Castro (2022) defendeu em sua tese de doutorado, chamada “Remição de pena nas prisões do DF: leitura de literatura como política pública e direitos humanos para minorias”, que o estímulo à formação leitora nas instituições de privação de liberdade representa oportunidade para a ressocialização dos indivíduos. A partir da metodologia de estudo de caso, realizada em três Penitenciárias, sendo estas, Penitenciária do Distrito Federal I, Penitenciária do Distrito Federal II e Penitenciária Feminina do Distrito Federal, investigou as práticas de leitura como política pública de estímulo à leitura nas prisões e as influências destas na ressocialização das pessoas privadas de liberdade. Atentando-se à análise do projeto de remição de pena pela leitura e à adesão ao projeto, a pesquisadora percebeu que a limitação do acervo literário das instituições prisionais

prejudicava a permanência e a adesão dos leitores, pois não havia uma grande variedade de obras, tão pouco uma renovação do acervo. Na visão de Castro (2022), quanto “maior acesso ao livro, a literatura e a leitura como instrumento potencializador da formação leitora no cárcere, pode tornar o indivíduo mais harmônico, aceito e produtivo nas vivências sociais nos intramuros das prisões”.

Por fim, além das relevantes produções citadas acima, por se tratar de um estudo realizado no interior de um estabelecimento prisional, cabe salientar as contribuições dos estudos realizados por Borges (2012, 2019, 2023) relacionados às trajetórias de sujeitos comuns em instituições de confinamento, em patrimônios prisionais, em arquivos marginais. Aliada a essas questões, a obra intitulada “Prisões: introdução à pesquisa”, de Salla e Borges (2023), nos fornece subsídios para a realização da pesquisa de campo e o uso das fontes em uma perspectiva histórica e sociológica.

Por meio dos estudos expostos é possível inferir que nas prisões contemporâneas existe uma cultura que envolve o escrito e a escrita, independentemente do nível de alfabetização das pessoas privadas de liberdade. Nesta perspectiva, os estudos de Armando Petrucci dialogam com nossa investigação. Para ele, a história da cultura escrita tem como objetivo

pôr em relevo e converter em objeto de estudo as relações que se estabelecem, em diversas situações históricas, entre os sistemas de escrita, as formas gráficas e os processos de produção dos testemunhos escritos, por um lado, e as estruturas socioeconômicas das sociedades que elaboram, utilizam e manipulam estes produtos, por outro (Petrucci, 1989, p. 47).

Frente a esses apontamentos, com relação à escrita, ainda Mandel (1998) afirma que os sinais, as letras ou os signos produzidos pelo homem durante o desenvolvimento da escrita são constituídos de sentidos e estão atrelados ao contexto de produção. Sendo assim, a letra reflete a realidade do homem sócio-historicamente inserido em um determinado local; em vista disso, a escrita é considerada uma prática cultural.

Por conseguinte, autores como Gómez (2003) e Chartier (2001) destacam que a cultura escrita precisa ser investigada em sua completude, aliada a uma abordagem interdisciplinar. Logo, captamos a necessidade de analisar a multiplicidade de usos que o escrito pode apresentar para pessoas que se encontram privadas de liberdade, os sentidos que atribuem aos textos lidos e as

redes que envolvem essas práticas culturais e sociais. Nesse sentido, é preciso levar em conta que o ato de ler o escrito deve ser compreendido por meio de uma relação que considere o leitor, a leitura, a obra e a temporalidade (Certeau, 1994).

Ademais, com a análise dos dados encontrados, foi possível perceber que os estudos que envolvem projetos de remição de pena pela leitura realizam uma abordagem relacionada ao processo de alfabetização e de letramento associada à Educação de Jovens e Adultos ou vinculada às políticas públicas e à garantia do direito à educação prisional, ocupando-se em menor grau dos sentidos produzidos pelas práticas de leitura e de escrita no ambiente prisional.

Assim, no que tange à produção historiográfica acerca do tema, foi constatado que existem lacunas a serem preenchidas, sendo relevante conhecer, de maneira mais aprofundada, as diferentes práticas de leitura e de escrita existentes no contexto prisional, as estratégias de acesso ao escrito e as maneiras de ler. Dada a especificidade, não encontramos estudos que englobassem remição de pena, e práticas de leitura e de escrita realizadas por pessoas privadas de liberdade a partir de uma perspectiva sociocultural que considere a instância dos leitores.

A História Cultural aborda a prática da leitura como uma tarefa ativa dos sujeitos-leitores, em que os “sentidos” atribuídos aos textos são um resultado dos interesses individuais e coletivos. Frente a esses apontamentos, alicerçados nos princípios teóricos e metodológicos da História Cultural, articulados no campo da História da Leitura e da Escrita, acreditamos que as práticas de leitura e, por conseguinte, as produções textuais realizadas pelas pessoas privadas de liberdade podem representar empoderamento, podendo ser um recurso para ampliar o conhecimento sobre os aprisionados e a relação que estabelecem com a leitura e com a escrita. A presente pesquisa se insere nesse contexto, tendo por finalidade averiguar a importância da leitura e da escrita nas prisões, dando visibilidade às produções dos indivíduos em privação de liberdade e permitindo uma compreensão mais aprofundada sobre o que revelam em relação aos modos de ler e as apropriações da leitura.

Diante disso, para compreender esse objeto de estudo é preciso considerar as dificuldades contemporâneas que o sistema prisional brasileiro enfrenta. Segundo levantamento realizado no Centro Internacional de Estudos Prisionais⁹ (ICPS), do

⁹ Esses dados estão disponíveis em: https://www.prisonstudies.org/highest-to-lowest/prison-population-total?field_region_taxonomy_tid=All. Acesso em: 13 jan. 2024.

King's College, de Londres, Inglaterra, países, como Brasil, China e Estados Unidos possuem os maiores índices de unidades prisionais e de pessoas privadas de liberdade no mundo.

No Rio grande do Sul, a instituição responsável por planejar e por executar a política penitenciária é a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE)¹⁰. Sua administração compreende as unidades classificadas como albergues, penitenciárias, presídios, colônias penais, institutos penais e de monitoramento eletrônico, acolhendo presos dos regimes aberto, semiaberto e fechado. De acordo com dados estatísticos disponibilizados pela instituição, o número de presos tem aumentado dia após dia. Atualmente, o estado possui uma população prisional de 41.870 pessoas, sendo 39.448 homens e 2.422 mulheres.

A sociedade atual busca alternativas que auxiliem no enfrentamento da crise no sistema penitenciário brasileiro, marcado pela superlotação e pela reincidência criminal. Muitas vezes, a falta de oferta de ocupações proveitosas durante o cumprimento da pena, como trabalho e estudo, constitui um obstáculo para a melhoria no sistema prisional. Além de informações que chegam por meio das mídias, dados fornecidos pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN¹¹), como os diagnósticos feitos pelo Sistema Nacional de Informações Penitenciária (INFOPEN), demonstram que o sistema penitenciário nacional, na atualidade, é composto por instituições prisionais marcadas pela superlotação e pela violação de direitos humanos.

Advindo desses contextos, têm-se relevantes produções que resultam das práticas de leitura e de escrita nas prisões do Rio Grande do Sul. O trecho a seguir trata-se de um relato escrito por um indivíduo durante cumprimento de pena privativa de liberdade em regime fechado¹². Por meio dele, é possível perceber como o autor/leitor compreende a leitura no seu cotidiano. Ademais, demonstra que, por meio dessa prática, é possível resgatar memórias e transpor as barreiras físicas que o cárcere impõe.

¹⁰ Dados disponibilizados pela Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), subordinada à Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo (SSPS). Acesso em 05/02/2024. Disponível em: http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=185

¹¹ Órgão responsável por acompanhar, inspecionar e fiscalizar a aplicação da Lei de Execução Penal no Brasil, além de fornecer diretrizes da Política Penitenciária Nacional. É vinculado ao Ministério da Justiça.

¹² A Lei de Execução Penal (LEP), bem como o Código Penal Brasileiro, concebem três tipos de regime: aberto, semiaberto e fechado.

Ler faz bem para o corpo e para a mente, isso quer dizer que o ato da leitura nos faz evoluir.

Ao lermos uma história, nós estamos revivendo o que o autor escreveu ou criou, ou até viveu naquele momento.

Um livro pode ajudar-nos, de alguma forma, por exemplo: saber sair de uma determinada situação, aliviar um problema. Enfim a leitura nos ajuda a evoluir nossas mentes.

Ao ler um certo livro, você pode resgatar até alguma lembrança perdida, pode se lembrar de lugares esquecidos, etc.

Cada um de nós possui uma experiência própria, cada leitor leva consigo uma lição. Por experiência própria, eu mesmo já resgatei lembranças passadas, lugares e coisas que eu nem lembrava mais, e isso é muito bom. Agora eu sei disso.

Ao ler um livro, a mente cria imagens, e, conforme se prolonga a leitura, nós conseguimos nos apropriar da história, fazendo com que você se torne parte da história. E, quanto mais nós fazemos isso, mais a mente evolui.

Bom eu poderia falar mais, citar mais alguns exemplos, mas a experiência vai de cada leitor. Deixo aqui mais um pensamento (Dreher *et al.*, 2017, p. 178)¹³.

Esse texto é parte de uma infinidade de relatos e de desenhos resultantes das atividades desenvolvidas em projetos que estimulam a prática da leitura e da escrita dentro dos estabelecimentos prisionais do Rio Grande do Sul. Como resultado dos projetos que vêm sendo realizados, foram publicados cinco volumes da obra intitulada “Vozes de um Tempo”, através de uma parceria entre a Superintendência dos Serviços Penitenciários e o Banco de Livros da Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS). Por meio destes, os autores expressam o cotidiano nas prisões, as estratégias desenvolvidas para suportar o cárcere, as memórias individuais e coletivas, os sentimentos diários.

Essas “escritas marginais”, conforme Gómez (2020), apresentam-se como pequenas autobiografias, escritos e desenhos que retratam o universo prisional, as condições do cárcere e fornecem elementos para conhecer a rotina desses sujeitos invisibilizados socialmente. Sendo assim, no decorrer deste escrito, essas publicações se fazem presentes, visando contextualizar o ambiente prisional e os anseios das pessoas privadas de liberdade.

A exemplo da coleção “Vozes de um Tempo”, muitos livros marcaram gerações ao retratar a vida de sujeitos invisibilizados, considerados infames, de acordo com Foucault (2010, p. 203), “vidas breves, encontradas por acaso em livros e documentos”. Alguns foram escritos nas prisões, outros com seus autores já em

¹³ Relato escrito por M.M, retirado do livro “Vozes de um Tempo: relatos e vivências de pessoas privadas de liberdade”, terceiro volume, publicado em 2017. Visando preservar as pessoas privadas de liberdade, a autoria das produções é identificada apenas pelas iniciais dos nomes.

liberdade, com a intenção de dar voz às experiências vivenciadas. “As Memórias do Cárcere”, de Graciliano Ramos¹⁴, é um exemplo de obra na qual o autor narra suas memórias sobre o período em que esteve encarcerado, denunciando a repressão e o autoritarismo presente na Era Vargas. A obra “Até onde chega a sonda”, de Patrícia Galvão (Pagú), escrita na prisão, em 1939, e recentemente publicada sob organização de Silvana Jeha, também resulta de sentimentos, de angústias e de reflexões de uma prisioneira do Estado Novo.

A presente investigação, dentre outros objetivos, tem por finalidade averiguar a importância da leitura e da escrita nas prisões ao destacar as produções dos indivíduos nelas privados de liberdade e permitir uma compreensão mais aprofundada sobre o que essa prática revela, ancorando-se nos referenciais teóricos da História Cultural. Dentre os pesquisadores que abordam o tema nessa perspectiva encontram-se Lucien Febvre, Henri-Jean Martin, Jean Hébrard, Peter Burke, Natalie Zemon Davis, Carlo Ginzburg, Robert Darnton e Roger Chartier.

A História do Livro, da Leitura e da Escrita, investigada por Roger Chartier, Robert Darnton e Antonio Castillo Gómez, compreende o principal aporte teórico e conceitual para esta escrita. Em seus estudos, esses autores discorrem acerca da função social da escrita e da leitura. Chartier propõe uma análise das práticas de leitura, realizadas em diferentes temporalidades e sociedades, a partir dos conceitos de práticas e de apropriações. No que se refere à História do Livro, Robert Darnton considera relevante todo o “circuito da comunicação”: a autoria, a impressão, a distribuição, os vendedores e os leitores.

Ainda para Chartier (2001), quando o pesquisador se propõe a analisar acervos, seu olhar deve estar voltado para a pluralidade de usos que os indivíduos fazem do impresso, considerando as experiências sócio-históricas dos leitores e também a diversidade de interpretações empregadas ao texto lido.

Após submeter o projeto de pesquisa para avaliação do Comitê de Ética da Escola de Serviços Penitenciários e receber a autorização para desenvolver a pesquisa no Presídio Estadual de Camaquã, iniciamos as atividades. A partir de uma estratégia qualitativa de pesquisa documental aliada a observações de cunho etnográfico, buscamos compreender os mais diferentes aspectos do fenômeno

¹⁴ Obra publicada em 1953, composta por quatro partes: Viagens, Pavilhão dos primários, Colônia correccional e Casa de correção. Graciliano Ramos, o autor-narrador, foi preso, vítima da ditadura que havia sido implementada em 1936. Essa obra foi publicada após sua morte.

analisado e suas particularidades. Como sugere Demo (2009), a pesquisa qualitativa possibilita uma análise mais vertical se comparada à pesquisa quantitativa. Assim, aplicados a esta modalidade de pesquisa, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados a observação direta do ambiente prisional, que contribuiu para o registro minucioso de dados em caderno de campo, e a análise documental.

Com intuito de responder às indagações que norteiam a investigação, selecionamos como fontes os documentos oficiais da instituição prisional (texto do projeto de remição da pena e normativas legais referentes à aplicação da remição da pena pela leitura nos estabelecimentos prisionais do Rio Grande do Sul) para entender como se deu a constituição do projeto de remição e origem do acervo do Presídio Estadual de Camaquã. Para compreender a circulação das obras e o perfil dos leitores, realizamos uma investigação quantitativa por meio das fichas de empréstimos de livros e prontuários penais. Já as observações diretas, realizadas durante a pesquisa de campo, nos auxiliaram a perceber a dinâmica do projeto, as estratégias de acesso ao escrito e os modos de ler no contexto singular em que se inserem as práticas da leitura e da escrita observadas. Por fim, as diferentes produções escritas elaboradas pelas pessoas privadas de liberdade resultantes das experiências de leitura foram analisadas com o intuito de captar a apropriação das obras utilizadas no acervo.

Assim, a dissertação está constituída da seguinte forma: no primeiro capítulo, denominado “A realidade prisional no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul”, abordamos aspectos relevantes sobre o panorama atual do sistema prisional brasileiro e gaúcho. Ainda no mesmo capítulo, retratamos a estrutura e o cotidiano do Presídio Estadual de Camaquã, estabelecimento prisional onde desenvolvemos a pesquisa. Assim, visando situar o leitor na temática pesquisada, apresentamos a trajetória legal que envolve o uso da leitura e da escrita para fins de remição de pena no Rio Grande do Sul, dialogando com o referencial teórico-metodológico da História da Leitura e da Escrita que norteará a análise do objeto de pesquisa, neste caso, o projeto de remição de pena chamado “Carrinho da leitura: estimulando a leitura como forma de libertação”. De modo que o capítulo apresenta a seguinte estrutura: 1.1 O Presídio Estadual de Camaquã: o cotidiano na estrutura prisional; 1.1.1 O acervo documental do Presídio Estadual de Camaquã; 1.2 O projeto de remição de pena: “Carrinho da leitura: estimulando a leitura como forma de libertação”.

No segundo capítulo, chamado “Presídio Estadual de Camaquã: do acervo aos modos de ler”, expomos a constituição e a composição do acervo por meio da biblioteca prisional, demonstrando o que se lê no contexto prisional via projeto de remição de pena, por meio da análise de 96 fichas de empréstimos de livros. Alicerçando-nos nas observações diretas realizadas no ambiente prisional, os modos de ler, a circulação e as estratégias de acesso aos escritos são problematizadas; ademais, apresentamos alguns aspectos importantes sobre o perfil dos leitores aprisionados. Desse modo, o segundo capítulo possui a seguinte estrutura: 2.1 De fora para dentro: a constituição da biblioteca prisional; 2.1.2 O que se lê no Presídio Estadual de Camaquã?; 2.1.3 Onde se lê no Presídio Estadual de Camaquã?; 2.1.4 A representação dos leitores aprisionados.

Para o terceiro capítulo, intitulado “Entre grades e celas: as práticas de leitura e de escrita”, apresentamos os relatórios de leitura utilizados no projeto de remição de pena. Esse capítulo também é dedicado a apresentar a apropriação da leitura resultante do uso do acervo disponibilizado pelo projeto de remição pela leitura, estabelecendo um diálogo com as escritas marginais e o uso dessa prática no contexto prisional. Estão organizados, assim, os seguintes subcapítulos: 3.1 Quem são os leitores aprisionados? O perfil dos participantes do projeto de remição de pena; 3.2 O condicionamento prisional para a escrita marginal; 3.3 A escrita subalterna: as apropriações das obras por meio dos relatórios de leitura; 3.3.1 Apropriações leitoras literárias; 3.3.2 Apropriações leitoras interpretativas; 3.3.3 Nas margens: o caso de uma escrita excepcional.

2 A realidade prisional no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul

Ao abordar a temática de remição de pena pela leitura e práticas de escrita e leitura em prisões é preciso considerar a realidade do sistema prisional brasileiro. Almeida e Martins Fernandes (2023), no artigo intitulado “De um espaço segregado para outro: as relações entre periferia e prisão”, analisam a constituição do espaço urbano, a vulnerabilidade e seletividade penal existente no Brasil. Esse estudo demonstra que o sistema prisional e os espaços periféricos (as periferias) possuem uma relação intrínseca de interdependência. Segundo os autores,

a seletividade vai operar com maior frequência em espaços marginalizados que concentram indivíduos já marginalizados por outros marcadores sociais (como raça, classe e gênero), tornando este espaço também um fator de seleção criminalizante. Esse cenário provocará impactos no fenômeno do encarceramento (Almeida; Martins Fernandes, 2023, p. 1539).

Em junho de 2023, a Secretaria Nacional de Políticas Penais divulgou o Relatório de Informações Penais referente ao primeiro semestre do ano de 2023. O documento reuniu informações fornecidas pelas secretarias responsáveis pela administração prisional de todos os Estados brasileiros, Distrito Federal e pelo Sistema Penitenciário Federal, fornecendo dados específicos relacionados à população privada de liberdade. Dentre eles estão: perfil de homens e mulheres encarcerados, aspectos relacionados à saúde, administração e estrutura prisional, além de questões referentes ao trabalho e estudo dentro e fora dos estabelecimentos, atenção às gestantes e lactantes, grupos específicos etc.

No primeiro semestre de 2023, o número de pessoas privadas de liberdade no Brasil ultrapassou a marca dos 640 mil, sendo 616. 930 a população masculina e 27.375 a população feminina. Ademais, em torno de 180.167 mil pessoas presas no período de levantamento dos dados ainda eram consideradas presos provisórios, ou seja, não haviam sido julgadas e não possuíam uma condenação. Os dados disponibilizados pelo relatório de 2023, quando comparados aos períodos anteriores, apontam que a taxa de aprisionamento cresce constantemente com relação ao número de vagas nos estabelecimentos prisionais brasileiros, o que leva a um déficit total de 162. 470 mil vagas.

Isto aponta para o fato de que o Brasil possui a terceira maior população prisional do mundo. São homens e mulheres, em sua maioria, pretos(as) ou

pardos(as), com idade entre 18 e 30 anos, com baixa escolaridade, que sobrevivem em estabelecimentos prisionais superlotados e em condições precárias. Quanto aos crimes praticados, o documento expõe os seguintes: crimes contra a pessoa (homicídio simples, culposo e qualificado, aborto, lesão corporal, violência doméstica, sequestro e cárcere privado); crimes contra o patrimônio (furto simples, furto qualificado, roubo simples, roubo qualificado, latrocínio, extorsão, extorsão mediante sequestro, apropriação indébita, estelionato, receptação, receptação qualificada); crimes contra a dignidade sexual (estupro, atentado violento ao pudor, estupro de vulnerável, corrupção de menores, tráfico internacional de pessoas para exploração sexual, tráfico interno de pessoas para exploração sexual); crimes contra a paz e contra a fé pública (quadrilha ou bando, moeda falsa, falsificação dos artigos 293 ao 297, falsificação ideológica e uso de documento falso); crimes contra a administração pública (peculato, concussão, excesso de exação, corrupção passiva e ativa, contrabando ou descaminho); crimes no Estatuto do Desarmamento (porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, disparo de arma de fogo, posse ou porte ilegal de arma restrita, comércio ilegal de arma de fogo, tráfico internacional de arma de fogo); crimes de legislações específicas (homicídio culposo no trânsito, crimes do Estatuto da Criança e do Adolescente, genocídio, crimes de tortura, crimes ambientais); bem como os crimes da Lei de tráfico de drogas, associação para o tráfico, tráfico internacional de drogas.

Com relação às questões educacionais, apenas 134.689 pessoas privadas de liberdade estavam inseridas em turmas que ofertavam alfabetização, ensino fundamental, médio e superior ou cursos técnicos com carga horária acima de 800 horas. No tocante à presença de livros nos estabelecimentos prisionais, o documento aponta a existência de 1.518.447 livros distribuídos em bibliotecas por todo Brasil, sendo, 98. 243 no Estado do Rio Grande do Sul (Brasil, RELIPEN, junho de 2023)¹⁵.

No tocante ao caso do estado do Rio Grande do Sul, a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE)¹⁶ é órgão responsável pela gestão e pela

¹⁵ BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais- SENAPPEN. Relatório de Informações Penais – RELIPEN- Primeiro semestre 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-1-semester-de-2023.pdf> Acesso em: 10/10/2024.

¹⁶ Mais informações acerca da estrutura administrativa e organizacional da Superintendência dos Serviços Penitenciários estão disponíveis em: <http://www.susepe.gov.br>.

execução das penas¹⁷. Sua estrutura organizacional é dividida por regiões penitenciárias, constituindo 10 regiões ao total, que são geridas por delegacias penitenciárias. No momento desta pesquisa, essa instituição passa por uma fase de transição e regulamentação para a Polícia Penal no Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio dos dados disponibilizados pela instituição, em março de 2022, das cerca de 43 mil pessoas privadas de liberdade, 58% não haviam concluído o ensino fundamental, 13,36% possuíam o ensino médio incompleto, 1,74% eram analfabetas e, aproximadamente, 1,8% haviam ingressado ou possuíam um diploma do ensino superior. A população carcerária do Rio Grande do Sul era composta por pessoas que têm entre 18 e 29 anos, sendo mais de 94% do sexo masculino. Esses dados constituem informações importantes para desenvolver atividades educativas ou que utilizem as práticas de leitura e de escrita no contexto prisional.

A 5ª região penitenciária, com sede na cidade de Pelotas, compreende a região sul do Estado e é constituída pelas seguintes casas prisionais: Presídio Regional de Pelotas, Presídio Estadual de Rio Grande, Presídio Estadual de Jaguarão, Presídio Estadual de Santa Vitória do Palmar, Presídio Estadual de Canguçu, Instituto de Monitoramento Eletrônico e Presídio Estadual de Camaquã, local onde foi realizada esta pesquisa.

O Presídio Estadual de Camaquã está situado no centro da cidade de Camaquã, localizado a uma hora de distância da capital Porto Alegre. Atualmente, recebe pessoas privadas de liberdade apenas do sexo masculino, que cumprem pena em regimes fechado e semiaberto. Mas, há pouco tempo, recebia mulheres. Hoje, pessoas privadas de liberdade do sexo feminino são conduzidas para a Penitenciária Estadual de Rio Grande para fins de cumprimento de pena. Quanto à questão do gênero, não há um estabelecimento prisional específico para as mulheres na 5ª região penitenciária; esse fato merece um olhar mais atento de estudiosos e órgãos de fiscalização e execução da pena privativa de liberdade,

¹⁷ Existem diversos tipos de estabelecimentos prisionais: os Presídios abrigam réus com processos que ainda não foram julgados, conforme a Lei de Execuções Penais n. 7.210, de 1984; as penitenciárias são unidades prisionais destinadas às pessoas privadas de liberdade que foram condenadas ao cumprimento de pena em regime fechado. Já as colônias agrícolas, industriais ou similares são destinadas às pessoas privadas de liberdade do regime semiaberto; e a casa do albergado, àquelas em regime aberto. No caso de detentos provisórios, devem aguardar o julgamento em cadeia pública; os hospitais de custódia são destinados a pessoas que devem cumprir medida de segurança, ou seja, quem cometeu algum crime motivado por doença mental e foi, por isso, considerado inimputável ou semi-imputável. Mas na prática, devido à situação contemporânea do sistema prisional brasileiro, essa separação em função do perfil das pessoas privadas de liberdade, não ocorre.

considerando que, geralmente, o encarceramento de mulheres – inclusive, outras minorias – ocorre em condições inadequadas e improvisadas em presídios masculinos, favorecendo a violação dos direitos e das garantias individuais.

É nessa conjuntura que o projeto de remição da pena pela leitura chamado “Carrinho da Leitura: estimulando a leitura como forma de libertação” foi criado e é desenvolvido até o momento no Presídio Estadual de Camaquã. Antes de abordar o projeto de remição de pena, decidimos apresentar algumas características sobre o local onde realizamos o estudo, com o objetivo de descrever esse ambiente tão incomum para a maioria das pessoas.

2.1 O Presídio Estadual de Camaquã: o cotidiano na estrutura prisional

Ingressar nos espaços prisionais não é uma tarefa fácil. Aos que não conhecem a realidade dos estabelecimentos prisionais brasileiros, é inevitável a sensação de estranhamento e angústia. Deste modo, cabe colocar para o leitor a experiência metodológica da pesquisa de campo, e aqui peço permissão para utilizar a escrita em primeira pessoa em alguns momentos, uma vez que falarei de uma experiência pessoal.

Atuar como agente penitenciária no sistema prisional do Rio Grande do Sul me permitiu conhecer as organizações administrativa e operacional da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) e vivenciar a rotina prisional em três contextos diferentes: primeiramente, Complexo Prisional de Canoas, situado na região metropolitana de Porto Alegre, onde há uma presença efetiva do Estado e as condições de encarceramento estão mais adequadas aos pressupostos legais; No Presídio Estadual de Camaquã, no qual realizei esta pesquisa; e no Presídio Regional de Pelotas, Hamilton da Cunha Gonçalves, onde atuo no momento. Por meio de minha trajetória profissional, pude estabelecer um comparativo entre esses locais e perceber as reais condições do encarceramento no Estado do Rio Grande do Sul, sendo possível afirmar que as condições de encarceramento no interior do estado são as mais degradantes: a arquitetura prisional extremamente fragilizada concorre para a proliferação de doenças e, ainda, contribui para o crescente domínio das facções criminosas.

Para adentrar no estabelecimento prisional como historiadora, foi necessário solicitar autorização e submeter o projeto de pesquisa para avaliação do Comitê de

Ética da Escola de Serviços Penitenciários (ESP)¹⁸, procedimento padrão da instituição que deve ser seguido pelos interessados em desenvolver pesquisas nos estabelecimentos prisionais do Rio Grande do Sul. Nesta etapa, explicações sobre a metodologia e o porquê da pesquisa foram constantes, mesmo estando todas as informações descritas no projeto.

Nesse sentido, muitos são os empecilhos e os desafios para realizar pesquisa em instituições de controle e de confinamento, conforme bem expressa Fernando Salla (2013, p.13):

A experiência de fazer pesquisa na prisão é a mesma de percorrer dois labirintos. Primeiro, colocam-se os caminhos tortos, sinuosos, com idas e vindas, com autorizações e negações, negociações e astúcias, para que se possa entrar nas prisões. Segundo, a esses percursos confusos e sempre pontilhados de desconfiança que orienta os que governam as prisões, estão os desafios do labirinto real, dos labirintos arquitetônicos, nos quais um pesquisador em geral nunca pode se mover sozinho, com autonomia de decisão (Sala, 2013, p. 13).

Ter atuado como agente penitenciária no Presídio Estadual de Camaquã me proporcionou uma economia de tempo com relação à coleta e produção das fontes, pois já conhecia o espaço prisional e os dados com os quais poderia contar. É preciso considerar que por se tratar de pesquisa em uma prisão as regras de segurança precisariam ser seguidas cuidadosamente. Sendo assim, antes de me deslocar até a cidade de Camaquã para a pesquisa de campo, realizava o contato prévio com a administração, agendando a data para ingresso no estabelecimento.

A cada viagem realizada e a cada ingresso no Presídio Estadual de Camaquã como historiadora, o olhar reflexivo se fez presente. É preciso estar disposto a “olhar o outro” inserido em um contexto tão específico. No ensaio “O Olhar Viajante (do etnólogo)”, Sérgio Cardoso faz uma distinção entre ver e olhar. Nesta pesquisa, durante as coletas de campo, principalmente, o olhar reflexivo esteve presente, buscando perceber o outro sem julgar. Para isso, foi preciso que me desprendesse de qualquer preconceito e, mesmo que por alguns momentos, esquecer de minha profissão atual.

É esse olhar que, para Cardoso (1988, p. 356),

¹⁸ Para desenvolvimento de pesquisas no ambiente penitenciário, é necessário um olhar minucioso acerca das suas particularidades. Assim, a Escola do Serviço Penitenciário do RS apresenta seu Comitê de Ética em Pesquisa no Sistema Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul (CEP-PEN/RS). Tem por objetivo receber e avaliar projetos de pesquisa que serão aplicados no Sistema Penitenciário do RS, envolvendo os estabelecimentos prisionais. Disponível em: https://esp.susepe.rs.gov.br/word/?page_id=1111 . Acesso em: 05/02/2024.

se embrenha pelas frestas do mundo da investigação dos obstáculos ou lacunas que constantemente comprometem a unidade hesitante das significações (quando ele próprio não lhes escava o terreno, abrindo fendas nas aglomerações custosamente sedimentadas na duração): Da mesma forma as viagens. Também elas — como exercícios do olhar — têm origem nas brechas do sentido (Cardoso, 1988, p. 356).

Apoiada nesse olhar reflexivo, por meio de uma abordagem qualitativa de pesquisa e análise documental nos arquivos do projeto aliada a observações de cunho etnográficas, o objetivo era compreender a relação existente entre o encarceramento e a prática da leitura e da escrita. Segundo Minayo (2009), a pesquisa qualitativa tem como objetivo a produção humana, ou seja,

[...] esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (Minayo, 2009, p. 21).

Neste aspecto, buscamos analisar o objeto de pesquisa em seu ambiente natural. Para desenvolver a presente investigação dividimos a etapa da pesquisa de campo em dois momentos: o primeiro, destinado à coleta de documentos relacionados à origem do projeto de remição pela leitura e o acervo. As observações diretas tornaram-se o foco principal em um segundo momento, desse modo, foi possível voltar o olhar especificamente para o cotidiano prisional e para as práticas de leitura e escrita.

A observação direta e o registro em notas de campo foram utilizados como instrumentos de produção de dados empíricos. Nas Ciências Sociais, a observação direta é utilizada para analisar o fenômeno nas condições ambientais e nas circunstâncias espontâneas em que ocorre, com a finalidade de captar situações que possam ser válidas como resultados de pesquisa. Para Vergara (2012), seu uso serve para registrar eventos, condições físicas e comportamentos que auxiliam na descrição dessas circunstâncias. Nesta pesquisa, utilizamos a observação simples ou não-estruturada (Gil, 2010; Vergara, 2012), que ocorre quando não há uma padronização das técnicas de registro da observação.

Assim, o registro dos acontecimentos ocorreu de maneira não planejada, mas espontânea, alinhada a um caráter exploratório. O uso da observação simples e direta nos permitiu entrar em contato com a realidade “tal como se apresenta”, assim, foram captados detalhes que não seriam encontrados em pesquisas bibliográficas. Acreditamos que essas estratégias auxiliaram na pesquisa científica, tornando-a rica em detalhes.

As observações diretas do espaço prisional nos proporcionaram conhecer o cotidiano e as maneiras de ler dos sujeitos, as condições e os espaços de leitura. Mas uma das dificuldades enfrentadas no decorrer da investigação foi a de como e quando realizar as observações. A fim de superarmos essa questão, recorreremos à literatura e à experiência dos profissionais do estabelecimento prisional, visando encontrar a melhor maneira de realizar as observações sem interferir no ambiente e sem influenciar as práticas da leitura e da escrita que lá se dessem.

As grades, as grandes estruturas construídas para o cerceamento dos indivíduos, os protocolos rigorosos de identificação e de segurança fazem parte da rotina prisional. Assim, dois mundos se tornam opostos, o mundo dos que vivem em liberdade e o dos que estão em situação de confinamento. Para Goffman (1987), a tendência ao fechamento é uma das características das “instituições totais” e, aliado a isto, está a obrigatoriedade das regulamentações e da imposição de práticas cotidianas aos sujeitos, neste caso, privados de liberdade. O isolamento social, a falta de contato com os familiares dá início ao processo de “mortificação do eu” (Goffman, 1987), assim, a pessoa privada de liberdade, aos poucos, perde sua identidade.

Durante a coleta das fontes documentais, encontramos a certidão do registro de imóveis da cidade de Camaquã referente ao local onde está situado o Presídio Estadual de Camaquã, constante no anexo A. Nela é possível verificar que em 28 de abril de 1952 foi feito o primeiro registro referente à posse do terreno. O documento especifica a extensão e limites espaciais, além de fazer menção aos trâmites até ser adquirido pela Fazenda do estado do Rio Grande do sul.

Poucas são as informações sobre a origem e arquitetura prisional dos estabelecimentos prisionais no Estado do Rio Grande do sul e no caso do Presídio Estadual de Camaquã esta situação não é diferente, no decorrer da pesquisa percebemos que esta temática carece de estudos acadêmicos. No livro a “Ilusão Panóptica: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da Província de São Pedro (1850-1888)”, o historiador Tiago da Silva Cesar buscou compreender a engrenagem do sistema carcerário no Rio Grande do Sul, tendo como recorte cronológico o período entre 1850 e 1888. Em seu estudo, encontramos uma informação importante que contribuiu para a nossa investigação: ao abordar os modelos carcerários de construção, o autor demonstra que em 1860 a localidade de Camaquã aguardava verbas para a construção de uma cadeia. Segundo ele:

pouco sabemos sobre as plantas e modelos das instituições carcerárias elaboradas a propósito e construídas para essa única finalidade no Rio Grande do Sul. No entanto, há registros que indicam desde muito cedo, a busca por uma padronização pautada pelo tamanho das respectivas populações (Cesar, 2015, p. 78).

Assim, em meio a conversas informais com profissionais do local adquirimos algumas informações importantes, que precisam ser investigadas, mas que consideramos relevantes acrescentar a este estudo para que o leitor conheça um pouco da história do “onde” o desenvolvemos. A primeira delas é que o estabelecimento foi construído em 1953, em um terreno na zona norte da cidade, doado pela prefeitura municipal de Camaquã. Sua área construída tinha capacidade para abrigar 30 pessoas privadas de liberdade e em seu projeto inicial possuía sete celas, enfermaria, sala para visitantes, barbearia, zeladoria, rouparia, banheiros, sala de guarda, hall de entrada e alojamento para os policiais militares.

Naquele período, a segurança, tanto interna como externa, era realizada por policiais militares vinculados à Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Já a administração ficava a cargo de um funcionário civil, investido em cargo comissionado. Conforme relato de um agente penitenciário que atuava no local na década de 90, o efetivo carcerário era de 56 pessoas privadas de liberdade. A segurança interna já era realizada por agentes penitenciários, cabia, então, aos policiais militares a segurança extramuros.

Rodeado pelo centro da cidade, o Presídio Estadual de Camaquã possui uma arquitetura singular, não fosse o emblema da instituição, poucos são os traços que o definem, visualmente, como estabelecimento prisional. É uma construção que possui somente pavimento térreo, composto por salas para fins administrativos, cozinha, alojamentos e banheiros para funcionários, sala de aula, unidade básica de saúde e pátio destinado ao “banho de sol”, assim chamado o período em que os aprisionados saem das celas e desfrutam desse espaço coletivo por aproximadamente duas horas diárias.

Atualmente, o presídio possui duas galerias, galeria A e B, isto é, locais destinados às pessoas privadas de liberdade em situações específicas, a depender do delito cometido. Entretanto, nem sempre foi assim: até 2017, quando o presídio passou por reformas visando a ampliação, havia apenas uma galeria que cada vez mais era insuficiente para acomodar o efetivo carcerário.

A galeria A, construção mais antiga, possui dezesseis celas que acomodam em média 27 pessoas em cada, porém o espaço foi construído para alojar no máximo 8 pessoas. Desse modo, o quantitativo de pessoas privadas de liberdade no local ultrapassa 250 pessoas no total. O interior das celas contém as “jegas”¹⁹ (camas), estruturas de concreto onde são colocados os colchões, uma pia para lavar louça, repartição para higiene pessoal com chuveiro e o “boi” (bacia turca), trata-se de um tipo de vaso sanitário instalado diretamente no chão, é preciso agachar-se para utilizar, não há o assento como no vaso sanitário convencional que a maioria das residências possuem. Não há um refeitório, local destinado à alimentação, essa é realizada na própria cela.

Inaugurada em 2018, a galeria B possibilitou o aumento de 56 novas vagas para o cumprimento de pena no Presídio Estadual de Camaquã. Antes da reforma, o efetivo carcerário desse local já ultrapassava 390 pessoas privadas de liberdade, sendo que sua capacidade carcerária era para apenas 150 aprisionados.

A galeria B possui 7 celas, é mais conhecida como Seguro de Vida²⁰, e acomoda em média 80 pessoas privadas de liberdade. Nesse local cumprem pena privativa de liberdade pessoas que cometeram crimes não aceitos pelos outros aprisionados, como, por exemplo, crimes do artigo 213, mais especificamente, estupro ou crimes de grande comoção social. Além disso, muitas pessoas privadas de liberdade que cumprem pena na galeria B possuem incompatibilidade com a massa carcerária da galeria A, devido às alianças estabelecidas antes ou depois de ingressar no sistema prisional. Logo, não é possível misturar os apenados na sala de aula ou outros espaços, por questões de segurança.

Tanto a galeria A como a B possuem a mesma estrutura física. Extraída de uma matéria²¹ disponibilizada pela Rádio Acústica FM, a Figura 2 nos permite visualizar as celas inauguradas no ano de 2018 e a disposição delas no local; nas laterais percebemos a disposição das estruturas para camas e ao fundo estão

¹⁹ No sistema prisional é comum, entre as pessoas privadas de liberdade, o uso de gírias, utilizadas para a comunicação, transmissão de conhecimento e valores próprios; jegas e boi são exemplos, assim como “semente” é utilizado para o alimento ovo e “vaquinha” para o leite.

²⁰ É uma espécie de local onde a integridade física daqueles que cometeram crimes sexuais, por exemplo, é preservada. Conforme colocado anteriormente, existe um “código de ética” no interior das prisões onde algumas condutas não são aceitas.

²¹ Em 14 de dezembro de 2018, a redação de jornalismo da Acústica FM realizou a cobertura da inauguração da nova galeria no Presídio Estadual de Camaquã, fornecendo dados sobre a situação deste estabelecimento na época. O conteúdo pode ser acessado em: <https://acusticafm.com.br/conheca-como-sao-as-novas-celas-do-presidio-estadual-de-camaqua/>

localizados, um de frente para o outro, o espaço reservado para a higiene de roupas e objetos e o banheiro.

Figura 1 - Frente Presídio Estadual de Camaquã.



Fonte: acervo da pesquisadora, 2023.

Figura 2 - Celas sem uso.

Conheça como são as novas celas do Presídio Estadual de Camaquã

Redação de Jornalismo - 14/12/2018 - 16:04



Fonte: Acústica FM (2018).

Na Figura 3, imagem disponibilizada no site²² da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), é possível perceber a real condição de encarceramento no ano de 2023. Após uma inspeção realizada no Presídio Estadual de Camaquã visando verificar as condições de encarceramento e as denúncias de abuso de autoridade, as defensoras públicas Cintia Luzzatto e Aline Palermo Guimarães, dirigentes do Núcleo de defesa em Execução penal (NUDEP) e do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDDH), apontaram a superlotação como um dos principais problemas no local. Pois, segundo relatam, nos espaços construídos para abrigar oito pessoas (sobre)viviam em média 27 pessoas.

Figura 3 - Celas superlotadas.

GERAL

Dirigentes da DPE/RS realizam vistoria na Penitenciária Estadual de Camaquã (PECAM)

Publicação: 11/04/2023 às 14h44



Fonte: Defensoria Pública do Estado do RS (2023).

Em relação ao cotidiano, a rotina prisional é marcada pela rigidez de horários e normativas. A “alvorada”, como é chamado o momento de iniciar as atividades de rotina, tem início às 07:00 da manhã. O café da manhã é a primeira refeição do dia oferecida pelo estabelecimento prisional, geralmente é composto por pão, leite e café preto, transportados pelos “presos trabalhadores” da cozinha geral para as

²² Mais informações acerca dessa inspeção estão disponíveis em: <https://www.defensoria.rs.def.br/dirigentes-da-dpe-rs-realizam-vistoria-na-penitenciaria-estadual-de-camaqua-pecam>

galerias, em grandes panelas e caixas brancas utilizadas para armazenar o pão. Todas as refeições disponibilizadas, café da manhã, almoço e jantar, são preparadas pelas pessoas privadas de liberdade que possuem “liga laboral”, ou seja, trabalham em troca de remição de pena. Após a entrada do alimento nas galerias, uma pessoa privada de liberdade o distribui de cela em cela por meio da portinhola, uma pequena abertura na porta da cela utilizada para comunicação e entregas de pequenos objetos.

Torna-se importante destacar que ter a oportunidade de trabalhar durante o encarceramento é como receber um prêmio. Devido ao alto número de encarcerados, as oportunidades de trabalho são poucas, a maioria das estruturas prisionais não favorecem a instalação de empresas em seu interior. Ademais, trabalhar na cozinha, em um ambiente onde a alimentação é limitada, torna-se um privilégio. Apesar de haver, na maioria dos estabelecimentos prisionais do nosso estado, a possibilidade de adquirir itens através da cantina²³ ou por meio dos visitantes, nem todas as pessoas têm condições financeiras de acessar a determinados itens de consumo, pois tudo que vem de fora fica supervalorizado dentro das prisões.

Na primeira hora da manhã, a conferência do efetivo prisional ocorre. Nessa ocasião, é possível observar os “dispositivos disciplinares” da instituição prisional. Realizada também ao final do dia, pelos agentes penitenciários, consiste de uma chamada nominal dos aprisionados e da contagem do efetivo carcerário. Existe uma postura para este “ritual”: ao sair da cela, os braços devem estar cruzados, frente ao peito e a cabeça baixa; ao ser chamado pelo nome, a orientação é responder presente e retornar para o interior da cela. Exige-se a docilidade do sujeito visando a manutenção da ordem.

Assim, a disciplina é “um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma física ou uma anatomia do poder, uma tecnologia” (Foucault, 1991, p. 177).

²³ É permitida pela atual gestão da Superintendência dos Serviços Penitenciários a entrada nas prisões do RS de produtos alimentícios e de higiene por meio de empresas que cumpram as exigências estabelecidas pelas casas prisionais.

Considerando o efetivo carcerário do Presídio Estadual de Camaquã, onde em média 27 pessoas dividem uma cela, é possível pensar em individualização da pena?

Realizada a conferência diária, um dos horários mais movimentados em um estabelecimento prisional é a “hora de ir ao pátio” ou “hora do banho de sol”. No caso do Presídio Estadual de Camaquã, somente um pátio é utilizado pelas pessoas privadas de liberdade. Desse modo, é necessário realizar o revezamento das galerias, assim, uma galeria utiliza o pátio na parte da manhã e outra na parte da tarde. São duas horas diárias permitidas conforme legislação para uso desse espaço. É no período de pátio que ocorrem momentos de sociabilidades entre as pessoas privadas de liberdade, pois todas as pessoas privadas de liberdade devem sair das celas e ir para o local ao ar livre. Nesse momento, ocorre a observação visual à distância realizada pelos agentes penitenciários. Durante a saída para o pátio, observamos que algumas pessoas privadas de liberdade saem das celas para desfrutar do período ao ar livre com livros e alguns pertences, assim identificamos a Bíblia Sagrada como uma das obras presente neste momento.

É durante esse período que ocorre a assistência religiosa, momento em que representantes de diversas instituições religiosas comparecem à casa prisional para prestar assistência por meio de atividades, geralmente leituras de obras de cunho religioso e jornais produzidos pelas instituições. Após se identificarem e passar por revista pessoal e de seus pertences, os representantes ingressam no pátio. Neste local, no momento, encontram-se todas as pessoas privadas de liberdade da galeria. Percebemos que nem todos possuem interesse em participar das atividades, a depender da assistência religiosa oferecida. Assim, um pequeno grupo atento se forma ao redor do representante, geralmente chamados de “irmão” pelos aprisionados, para assim ouvir a “palavra” do dia. Além da Bíblia Sagrada. Após a distribuição dos materiais de leitura para as pessoas privadas de liberdade, estas ouvem o que é lido e, também, leem com os olhos o conteúdo presente nesses escritos.

Aliando as observações realizadas durante a pesquisa à minha experiência profissional no sistema penitenciário, o dia de visitas é um dos momentos mais aguardados, o primeiro é sem dúvida, o dia de sair em liberdade. A(o) visitante representa o vínculo com o mundo externo, existe um código interno de respeito absoluto com os familiares. Tratando-se de um presídio masculino, mães, esposas e

filhos(as) são a maioria nas filas para ingressar no estabelecimento. É preciso estar disposto(a) ao ritual de entrada no presídio. A sensação de estranhamento é visível no olhar do(a)s que passam por essa experiência pela primeira vez, é preciso estar com roupas adequadas, submeter-se à revista corporal e de seus pertences, conforme regulamento. Dada a estrutura física do estabelecimento prisional, as visitas de companheiras ocorrem no interior das galerias e as de familiares, como mãe, pai, irmãos, por exemplo, somente no pátio.

No decorrer dos dias, a rotina é basicamente a mesma: alvorada, café, conferência, pátio, pela manhã ou à tarde, almoço, alguns têm a possibilidade de estudar, trabalhar, mas para a maioria essas atividades não chegam, mesmo sendo previstas na legislação. Isso se deve, na maioria das vezes, pela falta de estrutura física dos estabelecimentos prisionais para instalação, em suas dependências, de parcerias com empresas visando oferta de trabalho ou estudo; e, também, pela falta de efetivo funcional para executar as atividades e garantir a segurança nesses locais.

2.1.1 O acervo documental do Presídio Estadual de Camaquã

Com relação à preservação dos documentos, o Presídio Estadual de Camaquã não possui um profissional responsável pela gestão e pela organização dos documentos que produz. Nessa perspectiva, concordamos com Borges (2016) que nos espaços de confinamento e de internação é frequente encontrar certo descaso com os acervos “quando existe algum tipo de organização, ela geralmente atende apenas ao cotidiano funcional da instituição, não prevendo a pesquisa” (Borges, 2016, p.99). Assim, conhecer os labirintos da estrutura prisional foi fundamental para a seleção das fontes, que demonstraram carecer de cuidados adequados, principalmente, relacionados à preservação.

Documentos oficiais, prontuários penais, pequenas autobiografias, relatórios de leitura, fichas de retirada e de entrega de livros, bem como levantamentos educacionais constituem um *corpus* documental heterogêneo que permite diferentes possibilidades de análise. É nesse cenário que o acervo de materiais produzidos pelo projeto “Carrinho da Leitura: estimulando a leitura como forma de libertação”, encontrados no Presídio Estadual de Camaquã, constitui um “arquivo

marginal”, assim como bem define Borges (2023) ao se referir ao acervo utilizado no projeto de extensão desenvolvido na Universidade de Santa Catarina (UDESC), intitulado “Arquivos Marginais”:

Os documentos aqui mencionados guardam narrativas de e sobre sujeitos marginais. São dossiês que documentam a vida institucional de homens infames. Amontoam-se nos arquivos que as instituições de isolamento insistem chamar de arquivo morto, para desespero dos arquivistas e de alguns historiadores. Em outros casos ainda, tornam-se entraves na luta por mais espaço físico frente a superlotação humana. São muitas vezes considerados simplesmente papel velho que extrapola o espaço do arquivo morto, cujo destino são as salas em desuso, os lugares insalubres e os depósitos. São arquivos que tratam daqueles que estão à margem da sociedade e que também estão à margem dentro das instituições que os produziram, são, portanto, arquivos marginais (Borges, 2023, p. 97).

Assim, consideramos relevante realizar a crítica ao documento como um “produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (Le Goff, 1996, p. 102). Baseados nas orientações metodológicas de Cellard (2008) para a constituição do *corpus* documental, buscamos conhecer a produção – apresentada anteriormente – realizada por outros pesquisadores acerca do objeto de estudo e, dedicando atenção ao questionamento inicial da pesquisa, realizamos um exame sobre os documentos institucionais antes de realizar uma análise em profundidade, pois a seleção dos mesmos não deve ser aleatória e estanque. Desse modo, visamos “[...] localizar os textos pertinentes e avaliar sua credibilidade, assim como a sua representatividade” (Cellard, 2008, p. 296).

Para Gil (1991, p. 51), a “pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. No caso dos documentos, estes se colocam como importantes fontes de dados quando seu teor e seu conteúdo contribuem para identificação, para verificação e para apreciação de uma análise científica. Servem para aprofundar o conhecimento ou para responder o problema de pesquisa, além de orientar na formulação de hipóteses ou de confirmar a evidência das fontes (Gil, 2010). Feitas essas considerações, o quadro um demonstra a relação de documentos que selecionamos para responder os objetivos propostos:

Quadro 1 - Fontes disponíveis para a pesquisa.

Documentos oficiais da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE)	Projeto de remição pela leitura desenvolvido no Presídio Estadual de Camaquã; Prontuários penais; Cartazes informativos.
Acervo biblioteca prisional	Conjunto de livros disponíveis ao projeto de remição pela leitura; Livro com a relação de obras da biblioteca prisional digitalizado (Livro Tombo); Fichas de empréstimos de livros digitalizadas; Relatórios de leitura digitalizados;
Notas de campo	Registro da pesquisadora em caderno próprio.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

No quadro, é possível observar o *corpus* documental disponível para a pesquisa. Dentre ele estão os documentos oficiais da instituição responsável pela gestão e execução da pena no estado do Rio Grande do Sul, denominada Superintendência dos Serviços penitenciários (SUSEPE), que determina as rotinas dos estabelecimentos prisionais, a oferta de práticas educativas e institui a remição pela leitura. Fazem parte deste acervo o documento do projeto de remição de pena desenvolvido no Presídio Estadual de Camaquã, prontuários penais, relatórios de leitura e cartazes informativos que, no momento da coleta de dados, estavam anexados nas paredes do local. Esses documentos são analisados com intuito de compreender a constituição do projeto de remição pela leitura e a proveniência do acervo utilizado pelas pessoas privadas de liberdade.

Com relação aos prontuários penais, nestes constam os dados de identificação da pessoa privada de liberdade. São constituídos por uma documentação variada proveniente dos diferentes órgãos da execução penal, fornecem informações relacionadas à educação e às práticas sociais educativas oferecidas pelo estabelecimento prisional. Muitos relatórios de leitura estão inseridos nos prontuários penais. Cabe aqui destacar que os dados de identificação dos indivíduos privados de liberdade não serão expostos nesta pesquisa, seguiremos as

recomendações éticas e metodológicas indicadas por Borges e Salla (2023) no que se refere à pesquisa em ambiente prisional e as orientações do comitê de ética da Escola de Serviços Penitenciários.

Assim, por meio da análise documental, dentre outros procedimentos, nosso intuito foi o de gerar conhecimento e propiciar novas reflexões acerca das práticas de leitura e de escrita vinculadas à remição de pena pela leitura.

2.2 O projeto de remição de pena: "Carrinho da Leitura: estimulando a leitura como forma de libertação"

Qual a motivação que incide sobre as práticas de leitura e de escrita para as pessoas privadas de liberdade? Seria a "leitura como moeda de troca", sendo o único objetivo a remição da pena, ou a prática pode resultar em algo prazeroso e significativo?

A principal motivação institucional para sustentar tais ações no contexto prisional reside na necessidade que a sociedade contemporânea possui de buscar alternativas que auxiliem no enfrentamento da crise no sistema penitenciário brasileiro, marcado pela superlotação e pela reincidência criminal. Para Moura e Ribeiro (2014, p. 6), a situação carcerária é uma das questões mais complexas da realidade social brasileira. Pensar a educação em um espaço no qual nem sequer os direitos humanos são garantidos é uma tarefa complexa.

Onofre (2012, p. 55), após investigar e analisar o significado da escola para pessoas privadas de liberdade, mediante entrevista, demonstrou que elas afirmam a importância da leitura e da escrita para a garantia de seus direitos. Nesse sentido, a leitura e a escrita se revelam como ferramentas importantes durante o período de privação de liberdade. Sendo assim, essas práticas tornam os dias dos sujeitos aprisionados "melhores" durante o cumprimento da pena privativa de liberdade?

A escrita e a leitura nas prisões podem ser utilizadas para diversos fins, no caso do escrito abaixo, este apresenta as condições de encarceramento, no qual a estrutura do espaço coletivo é descrita, conforme pode-se ler a seguir no relato²⁴ de A.L.M.R, ao descrever a cela onde cumpre sua pena:

²⁴ Este relato foi extraído do primeiro livro publicado pela Superintendência dos Serviços Penitenciários, com o título "Vozes de um Tempo", no ano de 2012. Cabe mencionar que o relato não foi escrito por uma pessoa privada de liberdade do Presídio Estadual de Camaquã. A reprodução do relato neste texto emprega a escrita original da edição.

Na minha cela, nós somos em 5 pessoas. Temos 4 camas, e uma dorme no chão. Tem uma televisão na prateleira.
 No outro lado, tem uma caixa de isopor que colocamos as louças.
 Não temos prateleira pra os pratos. Por isso, colocamos uma bandeja em cima de umas garrafas.
 A cela é pequena, não tem muito espaço. As louças ficam amontoadas no canto da parede. Para limpá-las, temos que colocá-las no corredor.
 De noite, quando estamos todas juntas, o espaço fica mais apertado ainda, porque o colchão da outra fica no chão.
 Domingo também ficam todas na cela, eu fico na minha cama e as outras também. E quem fica no chão quer dormir até mais tarde.
 Para sair para o banheiro, tem que ser pelo ladinho para não acordá-la (Nunes *et al.*, 2012, p. 45).

A autora lança mão da escrita para tratar das condições de encarceramento, descrever a rotina diária, dentre outros usos que faz dessa prática. Neste contexto, a prática da escrita e da leitura pode oferecer diferentes sentidos e motivações.

Nos últimos anos, diversos encaminhamentos legais foram discutidos e implementados com objetivo de consolidar uma política nacional que garanta o direito à educação às pessoas privadas de liberdade, prevista na Lei de Execução Penal²⁵. Além do acesso à educação, a legislação oferece uma oportunidade de remição da pena mediante à comprovação de participação em atividades educacionais que buscam preparar o preso para o retorno ao convívio social. Não pretendemos abordar todas as normativas que nortearam a trajetória da remição pela leitura até o momento. Entretanto, visando situar o leitor sobre essa temática, apresentamos, a seguir, um quadro demonstrativo contendo os principais marcos legais.

Quadro 2 - Trajetória legal até a remição pela leitura

Ano	Normativa	Órgão responsável	Conteúdo
1988	Constituição Federal do Brasil	Congresso Nacional (Brasil)	No artigo 205 aborda a educação como um direito de todos. Além disto, em outros artigos discorre sobre outras questões referente ao acesso à educação.
1984	Lei n.º 7.210 de	Congresso	Esta lei estabelece o direito à educação

²⁵ Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984, tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou a decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado, além de orientar a execução da pena na prática.

	Execução Penal	Nacional (Brasil)	e às práticas culturais às pessoas privadas de liberdade, o acesso à cultura e à instalação de bibliotecas nos estabelecimentos prisionais, providas de obras de gêneros variados.
2009	Resolução n.º 03	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	Esta resolução discorre acerca da implementação de bibliotecas, ou reforma daquelas já existentes, de práticas de fomento à leitura associadas à educação.
2010	Resolução n.º 2	Conselho Nacional de Educação	Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para educação nas instituições prisionais.
2011	Lei n.º 12.433	Congresso Nacional (Brasil)	A referida lei dispõe sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho.
2012	Portaria conjunta n.º 276	Justiça Federal juntamente ao Departamento Penitenciário Nacional	No âmbito do sistema penitenciário federal, é instituída uma portaria prevendo a remição da pena por meio da leitura no sistema penitenciário federal.
2013	Recomendação n.º 44/2013	Conselho Nacional de Justiça	Recomendou-se acerca das atividades complementares educacionais para fins de remição pela leitura e estabeleceram-se critérios para seu reconhecimento.
2021	Habeas Corpus n.º 190.806/SC	Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal	Contribuiu e auxiliou no reconhecimento da remição pela leitura e determinou, ao Conselho Nacional de Justiça, a expedição de recomendações para a implementação, no sistema prisional, condições básicas para fins educacionais.
2021	Resolução n.º 391	Conselho Nacional de Justiça	Revogou a Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça. Estabeleceu procedimentos e diretrizes para o reconhecimento da remição da pena por meio das práticas sociais educativas, inclusive pela leitura, em unidades privativas de liberdade federais e estaduais.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito de todos, sendo um pressuposto dos debates sobre Educação de Jovens e Adultos, e determina a oferta do ensino fundamental obrigatório para todos, inclusive, pessoas privadas de liberdade. No ano de 2010, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou a Resolução n.º 2, que regulamentou as diretrizes nacionais para a oferta de educação voltada às pessoas privadas de liberdade. O objetivo central dessa resolução era elevar o nível de escolaridade. Para esse fim, percebe-se, nessa resolução, o incentivo à prática da leitura nos estabelecimentos prisionais, sendo vista como fundamental no processo.

Nessa direção, desde 2011, a Lei de Execução Penal passou a prever a remição da pena pelos estudos²⁶. No entanto, não aborda a remição pela leitura, especificamente, nem questões relacionadas a recursos para prover as bibliotecas dos estabelecimentos prisionais.

A Recomendação n.º 44 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aborda que, para fins de remição por estudo, deve ser considerado o número de horas correspondentes à efetiva participação das pessoas privadas de liberdade nas atividades educacionais, independentemente de aproveitamento, com exceção dos casos em que a pessoa seja autorizada a estudar fora do estabelecimento prisional, em escolas públicas, por exemplo. Neste caso, é preciso comprovar, mensalmente, por meio de autoridade educacional competente, tanto a frequência, quanto o rendimento escolar.

Além disso, a mesma recomendação possibilita a remição pelo estudo por meio do ensino à distância, e também para as pessoas privadas de liberdade que estudam sozinhas e que participam de avaliações nacionais visando obter os certificados de conclusão de ensino fundamental e médio, com a aprovação no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), respectivamente, aplicados nos estabelecimentos prisionais.

²⁶ Atualmente, no Brasil, existem três tipos de remição da pena na execução penal: pelo trabalho, pelo estudo, e por meio de práticas sociais educativas, dentre estas a leitura. As duas primeiras estão reconhecidas em lei, conforme Art. 126 da Lei de Execuções Penais, na redação que foi alterada pela Lei n.º 12.433/2011.

Outro ponto importante da Recomendação n.º 44 estabeleceu a possibilidade de remição da pena por meio de atividades educacionais complementares ao estudo. Assim, a prática da leitura nos estabelecimentos prisionais passa a oferecer a possibilidade da remição da pena, especialmente, para apenados aos quais não são assegurados os direitos ao trabalho, à educação e à qualificação profissional, pelos estabelecimentos prisionais.

Nessa lógica, passou a ser necessária a elaboração de um projeto por parte das autoridades penitenciárias, no âmbito estadual ou federal, com objetivo de implantar a remição da pena pela leitura nos estabelecimentos prisionais brasileiros, assegurando, entre outros critérios, a participação voluntária da pessoa privada de liberdade e a existência de um acervo de livros dentro da unidade prisional. Alguns prazos que devem ser seguidos em todo o país também foram estabelecidos pela norma. Sendo assim, o participante do projeto tem o prazo de 21 a 30 dias para a leitura da obra escolhida e deve apresentar, ao final do período, uma resenha a respeito do assunto, que será avaliada pela comissão técnica responsável pelo desenvolvimento do projeto. Se aprovado o relatório, este é encaminhado ao Juiz de Execução Penal competente para fins de remição. Cada obra lida possibilita a remição de quatro dias de pena, com o limite de doze obras por ano, ou seja, no máximo 48 dias de remição por leitura a cada doze meses.

Entretanto, mesmo estabelecendo elementos norteadores sobre a remição de pena por meio da leitura, essa recomendação deixava lacunas, pois as especificidades e os níveis de alfabetização não eram definidos. Tendo em vista que as jurisprudências anteriores validavam somente a remição da pena pela leitura, as pessoas privadas de liberdade que não possuísem essa competência continuavam não podendo participar dos projetos de remição de pena nessa modalidade. Percebe-se, assim, que mesmo após regulamentações e experiências anteriores, a remição da pena pela leitura no Brasil não era acessível a todas as pessoas privadas de liberdade.

Considerando o direito à educação como fundamental para todas as pessoas, a Resolução n.º 391, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do ano de 2021, é considerada atualmente a resolução que norteia, de fato, a temática da remição da pena pela leitura em todo território nacional. Essa resolução estabelece procedimentos e diretrizes a serem seguidos pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição da pena por meio de práticas sociais

educativas. Além disso, permitiu que os estabelecimentos prisionais criassem seus projetos, adequando-os a sua realidade estrutural e ao perfil dos sujeitos-aprisionados.

A resolução, em seu artigo segundo, reconhece o direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas, considerando as atividades escolares, as práticas sociais educativas não-escolares e a leitura de obras literárias. Assim, reconhece as práticas educativas para fins de remição de pena nos seguintes termos:

- I – atividades escolares: aquelas de caráter escolar organizadas formalmente pelos sistemas oficiais de ensino, de competência dos Estados, do Distrito Federal e, no caso do sistema penitenciário federal, da União, que cumprem os requisitos legais de carga horária, matrícula, corpo docente, avaliação e certificação de elevação de escolaridade; e
- II – práticas sociais educativas não-escolares: atividades de socialização e de educação não-escolar, de autoaprendizagem ou de aprendizagem coletiva, assim entendidas aquelas que ampliam as possibilidades de educação para além das disciplinas escolares, tais como as de natureza cultural, esportiva, de capacitação profissional, de saúde, dentre outras, de participação voluntária, integradas ao projeto político-pedagógico (PPP) da unidade ou do sistema prisional e executadas por iniciativas autônomas, instituições de ensino públicas ou privadas e pessoas e instituições autorizadas ou conveniadas com o poder público para esse fim (Brasil, 2021).

A resolução estabeleceu e ampliou as possibilidades de atividades a serem consideradas para fins de remição de pena, utilizando práticas sociais educativas diversas, dentre as quais a leitura e a escrita podem ser encontradas. Com relação ao direito à remição da pena pela leitura, a Resolução n.º 391 especifica:

- Artigo 5º Terão direito à remição de pena pela leitura as pessoas privadas de liberdade que comprovarem a leitura de qualquer obra literária, independentemente de participação em projetos ou de lista prévia de títulos autorizados, considerando-se que:
- I – a atividade de leitura terá caráter voluntário e será realizada com as obras literárias constantes no acervo bibliográfico da biblioteca da unidade de privação de liberdade;
 - II – o acervo bibliográfico poderá ser renovado por meio de doações de visitantes ou organizações da sociedade civil, sendo vedada toda e qualquer censura a obras literárias, religiosas, filosóficas ou científicas, nos termos dos art. 5º, IX, e 220, § 2º, da Constituição Federal (Brasil, 2021).

Torna-se importante destacar que a presente resolução assegura a liberdade de escolha das obras pelos leitores, tendo como intenção vedar qualquer forma de censura. Ademais, destaca que o acervo prisional deve ser composto por obras de diferentes autores e gêneros textuais, incluindo obras em outros idiomas, para que

peças privadas de liberdade de origem estrangeira também possam usufruir do direito.

Sendo assim, visando possibilitar o acesso universal, a adesão voluntária e estimular a prática da leitura e da escrita entre as peças privadas de liberdade, os estabelecimentos prisionais podem atuar na constituição dos projetos de remição de pena por meio de práticas sociais educativas, conforme definido:

§ 2o Deverão ser previstas formas de auxílio para fins de validação do relatório de leitura de peças em fase de alfabetização, podendo-se adotar estratégias específicas de leitura entre pares, leitura de *audiobooks*, relatório de leitura oral de peças não-alfabetizadas ou, ainda, registro do conteúdo lido por meio de outras formas de expressão, como o desenho (Brasil, 2021).

Nessa perspectiva, cabe apontar aqui os estudos de Magda Becker Soares (1998) sobre os diferentes níveis de alfabetização que um indivíduo pode apresentar, sendo eles: pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético. Além disso, a autora enfatiza a diferença entre os conceitos de alfabetização e letramento, sendo a alfabetização o ato de ensinar/aprender habilidades necessárias para ler e a escrever; já o letramento, o estado/condição em que se encontra o indivíduo e como ele utiliza a competência da leitura e da escrita, ou seja, como responde as demandas sociais por meio dessas práticas.

Neste íterim, ao se referir às práticas educativas, Soares (2009), Kleimam (2001) e Tfouni (2010) colocam que o baixo nível de escolaridade prejudica o desenvolvimento das habilidades de leitura, já que o letramento está relacionado às práticas cotidianas de utilização da leitura e da escrita. Assim, experiências diversas de leitura podem aprimorar aprendizagens e podem elevar o nível de letramento.

Ao considerar, ainda, as peças com deficiências visual, intelectual e analfabetas, a resolução busca inseri-las nessas práticas. Assim, o estabelecimento prisional deverá disponibilizar livros em braile ou *audiobooks*, e também desenvolver formas específicas para fins de validação dos relatórios de leitura. No Presídio Estadual de Camaquã, por meio das observações, não foi possível constatar nenhuma obra específica para peças com alguma deficiência visual ou destinada para peças com surdez. Com relação à acessibilidade e garantia de direitos para peças com deficiência, estamos muito longe do ideal descrito na resolução. Entretanto, foi possível perceber que existe uma adaptação das obras ao nível de alfabetização de participante do projeto, muitas obras de literatura infantil circulam

por meio do Carrinho da Leitura, essa e outras informações sobre o acervo serão apresentadas no capítulo 2.

A oportunidade de remição pela leitura representa um estímulo para ler, assim, é importante desenvolver um trabalho que garanta ao indivíduo leitor em privação de liberdade situações de aprendizagem voltadas para o caráter libertador do ato de ler, visto que tão importante quanto aprender a compreender, é aprender a utilizar essa compreensão para se tornar uma pessoa apta a exercer sua cidadania, capaz de agir, de interagir e de fazer parte de uma sociedade letrada.

As palavras que seguem são da professora Cleusa Maria Rodrigues, uma das idealizadoras do projeto, que atua como docente no Presídio Estadual de Camaquã por meio do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA) Julieta Vilamil Balestro, vinculada à rede pública estadual de educação. Este trecho constitui parte de uma entrevista concedida por ela ao portal de notícias da cidade de Camaquã, intitulado *Clic Camaquã*, que produziu e divulgou uma série sobre os projetos de ressocialização desenvolvidos no presídio:

O presídio não é uma casa prisional ele é sim um hospital aonde nós temos essa possibilidade de sair melhor. Nem sempre estamos na UTI, trabalhamos para que a gente possa sair daqui e cada um é capaz de transformar e se transformar (Rodrigues, *Clic Camaquã*, 2021).

Por meio dessas palavras, é possível perceber o envolvimento afetivo da professora com os projetos e com a educação no contexto prisional. Sobre a prática docente e suas experiências nesse contexto, ela coloca:

Quando eu cheguei aqui, realmente foi uma surpresa, né? Porque os nossos alunos eles são como alunos da escola, hã... fora do sistema prisional e é um trabalho de formiguinha. Cada dia é um dia, nós temos que respeitar a individualidade de cada um, respeitar esse aluno, hã, o seu crescimento, né? escolar e nós temos tido bons resultados através... mesmo sendo uma escola de ensino fundamental incompleto os nossos alunos eles têm se dedicado ao estudo, à leitura, hã... nós temos vários parceiros, né? Da comunidade que nos doam livros. Esse trabalho a gente tem feito com eles, não nos limitando apenas no trabalho do ensino fundamental incompleto, mas que esse aluno ele possa avançar através, hã, do ENCEJA e talvez quem sabe em uma outra oportunidade ele possa sair daqui, fora dos muros e continuar os estudos na escola regular, esse é o nosso objetivo (Rodrigues, *Clic Camaquã*, 2021).

José Libâneo (2000, p. 22), a este respeito, ressalta que a educação é o conjunto de ações, de processos, de influências, de estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e de grupos na relação ativa com o ambiente natural e social, em um determinado contexto de relações entre grupos e

classes sociais. Nesse sentido, o papel da leitura nos presídios é amplo, pois pode permitir a liberdade e a esperança de transformação da realidade do mundo prisional, representado por meio das mídias como uma fábrica de delinquentes.

Atualmente, o Presídio Estadual de Camaquã oferece, para as pessoas privadas de liberdade, somente o ensino fundamental incompleto até o 5º ano, com avaliações semestrais, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. A limitação está relacionada à estrutura física do local, que não permite ampliar a oferta.

O ensino ofertado é multisseriado, pois integra alunos não alfabetizados ou que se encontram em diferentes níveis de alfabetização. Nessa perspectiva, a turma agrupa diferentes séries conduzidas por uma professora. As aulas são ofertadas no turno da manhã, os horários e os dias são adequados à rotina prisional.

É na galeria A que está localizada a sala de aula, e em função das especificidades das pessoas privadas de liberdade da galeria B (Seguro de Vida), visando oferecer atividades educativas aos apenados localizados na galeria B (Seguro de Vida), existe a possibilidade de um ensino do “tipo remoto”, ou seja, o material é preparado pelos professores e distribuído para os alunos em suas celas. Depois, é recolhido para posterior avaliação. Essa foi a alternativa encontrada pelos gestores e professores para garantir o direito à educação para essas pessoas.

Diante das dificuldades impostas para oferta do direito à educação no contexto prisional do Presídio Estadual de Camaquã, principalmente relacionadas à falta de estrutura física adequada para desenvolver atividades educativas e de lazer, no ano de 2017 surge o projeto de remição chamado “Carrinho da Leitura: estimulando a leitura como forma de libertação”.

Considerada pioneira na região sul, pois no âmbito da 5ª região penitenciária, onde é desenvolvida, não havia experiências nesse estilo, a estratégia desenvolvida pelas idealizadoras do projeto Cleusa Maria Rodrigues, professora do estabelecimento prisional, e pela técnica superior penitenciária em psicologia, Luciane Figueiredo Centeno, consistiu em selecionar algumas obras da biblioteca prisional e colocá-las em um carrinho de supermercado, adquirido por meio de doação realizada pela comunidade. Esse esquema deu origem ao nome do projeto de remição de pena pela leitura.

Na Figura 4 podemos ver o carrinho da leitura, no qual os livros selecionados passaram a circular efetivamente no interior do presídio, propiciando o acesso das pessoas privadas de liberdade ao acervo da biblioteca prisional.

Figura 4 – Carrinho da Leitura.



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2023.

Além do uso de mão de obra prisional para fazer a distribuição e apontamentos necessários para o controle de entrega e retirada das obras, o projeto recebeu apoio de todos os profissionais do estabelecimento prisional para sua implementação.

No tocante ao projeto de remição de pena pela leitura, o documento é constituído por 6 páginas. Na primeira página, apresenta-se o logo da Superintendência dos Serviços Penitenciários e um cabeçalho centralizado, que faz menção ao Estado do Rio Grande do Sul, à Secretaria da Segurança Pública, à Superintendência dos Serviços Penitenciário e ao Presídio Estadual de Camaquã.

Em seu corpo, possui um texto de introdução à temática da remição da pena pela leitura embasado na recomendação n. 44/2013 do Conselho nacional de justiça, e à remição de pena, prevista na Lei de Execução Penal n. 7.2010/84. A possibilidade de remição da pena por meio da prática da leitura foi instituída nos

estabelecimentos prisionais das comarcas de Camaquã, Canguçu, Jaguarão, Rio Grande e Pelotas tendo em vista a Portaria n. 01/2018 disponibilizada pela Vara de Execução Criminal de Pelotas, de 09/08/2018, autorizada pelo juiz de direito Marcelo Malizia Cabra.

Neste contexto, foi criada uma Portaria Interna de número 001/2018 do Presídio Estadual de Camaquã, a qual apresenta uma comissão de criação, análise e comprovação da remição da pena por meio da leitura, a qual apresenta como objetivo principal a ressocialização do preso. Essa comissão era composta, na época, pelo administrador do estabelecimento prisional, Luiz Alberto Scheutzen Tavares, intitulado presidente da comissão; pela psicóloga Luciane Figueiredo Centeno; pela assistente social Mareli Schwank Schardosin; e pela professora Cleusa Maria Farias Rodrigues.

Conforme o texto do projeto, a remição da pena pela leitura seria aplicada de forma complementar, especialmente, para as pessoas privadas de liberdade que não tinham os direitos ao trabalho, estudo e qualificação profissional assegurados. Percebe-se, assim que surge como uma necessidade do estabelecimento prisional em criar alternativas para garantir os direitos das pessoas privadas de liberdade.

Com relação ao pioneirismo, destacamos um excerto do documento que demonstra a existência do projeto “Carrinho da Leitura: estimulando a leitura como forma de libertação” antes da regulamentação da remição da pena pela leitura no Rio Grande do Sul, no ano de 2023, e no Presídio Estadual de Camaquã, a partir de 2018. De acordo com o texto abaixo, a prática da leitura

já acontecia com o Projeto Carrinho da Leitura, que há mais de um ano está em andamento no PECAM, projeto esse que também teve como incentivo a implementação futura da remição de pena pela leitura neste estabelecimento prisional [...] As atividades do projeto Carrinho da Leitura estão em andamento desde o ano de 2017, com as portarias passa para o projeto de remição pela leitura (Projeto Carrinho da Leitura, 2018, p.04-05).

Inicialmente, o projeto “Carrinho da Leitura” tinha como objetivo fomentar a prática da leitura com fins recreativos entre as pessoas privadas de liberdade, visando a integração entre os privados de liberdade. A fala da psicóloga Luciane Figueiredo Centeno, transcrita abaixo, nos revela algumas informações sobre a implantação e o desenvolvimento do projeto. Segundo ela:

o Carrinho da leitura ele começou com o intuito de esperar a remição pela leitura que é um projeto onde eles leem um livro e ganham quatro dias de remição de pena, hã... Então ele é passado nas galerias, né, porque, a

gente com as dificuldades que tínhamos do efetivo, de trazer eles na sala de aula, a gente achou interessante então de fazer esta biblioteca itinerante, onde o carrinho passa na galeria, nas celas e aí é entregue os livros pra eles, e eles... Antes da remição eles tinham a oportunidade de sair daqui, né? Por que a leitura nos transporta pra outros lugares né? Então, em 2018 começou a remição pela leitura e aí eles continuaram. É um projeto que tem bastante adesão, assim... eles retiram bastante livros, devolvem (Centeno, *Clic Camaquã*, 2021).

Na justificativa do projeto, captamos a compreensão que os idealizadores têm sobre a educação e a prática da leitura para além da remição de pena:

É importante destacar que o cumprimento de pena tem como finalidade a ressocialização do indivíduo. Dessa forma, a remição pelo estudo se justifica pelo entendimento de que a educação é a forma mais efetiva de integrar o indivíduo à sociedade [...] O projeto Carrinho da Leitura, foi elaborado a partir de uma concepção que supera seu objetivo inicial, o da remição, por se considerar a leitura imprescindível para o desenvolvimento dos indivíduos no exercício da cidadania, já que é uma atividade social constante, que possibilita a interação entre os sujeitos (Projeto Carrinho da Leitura, 2018, p.03).

No que tange à metodologia, o conteúdo do projeto menciona a necessidade da participação de todos os profissionais do estabelecimento prisional para desenvolver as ações, inclusive, de atores externos, dentre eles o Conselho Penitenciário de Camaquã e a comunidade camaquense. A professora responsável pela educação no estabelecimento prisional, Cleusa Rodrigues, inicialmente, ficou responsável pela divulgação do projeto de leitura entre as pessoas privadas de liberdade do presídio, visando alcançar o maior número de participantes tendo em vista que as normativas legais colocam a participação voluntária.

Com relação à dinâmica do projeto, temos o seguinte:

O Carrinho da Leitura passará no corredor do presídio uma vez por semana, oferecendo as mais variadas obras para os apenados (prioritariamente os do seguro), estimulando a leitura para que os apenados possam desenvolver uma perspectiva saudável de futuro para fora da prisão... (Projeto Carrinho da Leitura, 2018, p. 05).

No trecho citado acima observamos uma atenção especial dedicada às pessoas privadas de liberdade que estão localizadas na galeria B (Seguro de Vida). Estariam essas pessoas à margem dentro do sistema prisional? De fato, durante as observações realizadas percebemos que uma das questões que dificultam a participação dos apenados da galeria B (Seguro de Vida) nas atividades educativas é a da localização da sala de aula e da biblioteca prisional, ambas na galeria A. Em

vista disso, acreditamos que propiciar e desenvolver atividades educativas para esses sujeitos aprisionados seja mais difícil. Mas ao analisar o documento percebemos o olhar atento a essa dificuldade de acesso, que as idealizadoras procuram solucionar.

Sobre o acesso ao acervo disponibilizado pelo Carrinho da Leitura para as pessoas privadas de liberdade, o documento nos diz que na galeria Seguro de Vida o carrinho passará:

toda a sexta-feira no seguro e, para os demais apenados da galeria, independentemente de estarem estudando, farão a retirada na quinta-feira, na sala de aula. O prazo para devolução será de 30 dias, e após o apenado fará o resumo crítico na oficina de leitura (Projeto Carrinho da Leitura, 2018, p. 05).

Deste modo, os livros são selecionados e renovados semanalmente e, na retirada de cada livro, a pessoa privada de liberdade que fica responsável por passar o carrinho de leitura nas galerias e na sala de aula deve preencher, na contracapa de cada livro, os dados do leitor: nome, data de retirada e data de devolução.

Dentre os objetivos a serem desenvolvidos no projeto estão:

Estimular a leitura para que os apenados possam desenvolver um olhar para fora da prisão; instigar a ressignificação do tempo livre em privação de liberdade; promover a responsabilidade de conservar em bom estado, evidenciando que o livro pertence ao coletivo e de que o mesmo deverá ser devolvido da mesma forma como foi pego; fomentar a perspectiva de um futuro extramuros melhor, ampliando sua visão de mundo (Projeto Carrinho da Leitura, 2018, p.05).²⁷

Além dos objetivos, observamos a preocupação com a preservação do acervo da biblioteca prisional. E sobre suas características o documento nos possibilita conhecer que:

O acervo bibliográfico do projeto, composto por vários clássicos de literatura, serão selecionados dos cadastrados no Projeto Carrinho da Leitura e aprovados pela comissão de criação, análise e comprovação da remição pela leitura (Projeto Carrinho da Leitura, 2018, p.05).

Para realizar a seleção dos livros que integrarão o Carrinho da Leitura, é considerada a proporção das pessoas privadas de liberdade participantes e os níveis de escolarização. Assim, os idealizadores do projeto classificam os participantes por níveis, sendo eles: nível 1, alfabetizados com ensino fundamental

²⁷ A preocupação com a conservação do acervo é evidente. É possível inferir que, em algum momento, esse cuidado não se fez presente. Seria o acervo utilizado para outros fins?

incompleto; nível 2, ensino fundamental completo; nível 3, ensino médio completo ou incompleto; e nível 4, ensino superior completo e incompleto, inclusive, pós-graduados.

Com relação à censura de temáticas no acervo, o documento do projeto de remição pela leitura não faz referência a nenhum tipo de proibição. Nesse sentido, a Resolução n. 391 (2021) estabelece, em seu artigo 5º, que “terão direito à remição de pena pela leitura as pessoas privadas de liberdade que comprovarem a leitura de qualquer obra literária, independentemente de participação em projetos ou de lista prévia de títulos autorizados”. Destaca-se essa questão uma vez que em alguns estados do Brasil já ocorreram casos de censura nas obras disponibilizadas em projetos de remição pela leitura.

Benaglia e Heller (2023), no artigo “Prisão Intelectual: a censura do estado em livros que compõem projetos de remição de pena”, relatam o caso de censura que ocorreu no ano de 2020 e que envolveu o acervo utilizado no projeto de remição da pena pela leitura, chamado Remição em Rede, desenvolvido em presídios paulistas²⁸. Esse caso foi noticiado pelo jornal Folha de São Paulo e pelo Portal G1, no dia 13 de fevereiro de 2020. O projeto em questão foi criado em 2017 por convênio estabelecido entre a Fundação Professor Doutor Manoel Pedro Pimentel (FUNAP), vinculada à Secretaria da Administração Penitenciária.

Segundo os autores, 12 obras foram censuradas pelos gestores desses órgãos, dentre elas o livro “Cabo de Guerra”, de Ivone Benedetti, que foi finalista do Prêmio São Paulo de Literatura em 2010 e publicado pela Boitempo em 2016. Trata da história de um militante da esquerda durante a ditadura militar no Brasil. Segundo os autores, “é possível inferir que a censura pode ter ocorrido pelos temas abordados na obra: traição, medo, violência, política” (Benaglia; Heller, 2023, p. 24).

Para além da censura de obras, ao se referir às prisões inquisitoriais dos séculos XVI e XVII, Castillo Gómez (2020) coloca que a escrita não era totalmente proibida aos prisioneiros. Porém, no caso da inquisição espanhola, com objetivo de impedir a circulação de informações entre os prisioneiros, as folhas de papel eram contadas e rubricadas uma a uma pelo escrivão do Santo Ofício, assim, “se o réu pedir papel para escrever o que disser respeito à sua defesa, devem dar-lhe as folhas contadas e rubricadas do Notário” (Gómez, 2020, p. 236).

²⁸ Com menção à obra “Censores em Ação”, de Robert Darnton, é preciso considerar “como o Estado enfrentou a literatura no dia a dia” (2016, p.09).

Deste modo, resolvemos refletir sobre a escolha das obras que compõem o acervo utilizado no projeto desenvolvido no Presídio Estadual de Camaquã. Durante as observações, acompanhamos a preparação do Carrinho da Leitura, e, naquele momento, não percebemos nenhum meio de censura. O texto presente no documento do projeto não faz referência a uma lista prévia de obras ou proibição de temáticas.

Após a escolha da obra pela pessoa privada de liberdade, ao término do prazo de 30 dias disponibilizado para a leitura, ocorre a avaliação da atividade que consiste na produção de um relatório de leitura. A produção textual é avaliada pela comissão e segue alguns critérios específicos. Assim, o relatório de leitura:

Será aprovado o texto que alcançar nota mínima de 6,0 pontos, considerando a pontuação 0,0 a 10,00. Em seguida a comissão preencherá o mapa de correção, que abrangem os critérios: estética, limitação do tema, fidedignidade, interpretação, capacidade de síntese, ortografia e análise crítica, que será encaminhado ao juiz para que possa avaliar e ser aprovado, declarar a remição, de modo que o custodiado terá quatro dias diminuídos da pena (Projeto Carrinho da Leitura, 2018, p. 6).

Embora o documento considere os diferentes níveis de escolaridade das pessoas privadas de liberdade na seleção das obras, ele não menciona estratégias e/ou adaptações necessárias caso o participante encontre dificuldades para produzir o texto final, ou até mesmo caso o participante seja uma pessoa com deficiência. Entretanto, faz menção à necessidade de oficinas de estudos. E, “acredita-se que a solução será o apoio da professora Cleusa e os voluntários que por ventura encontrar durante o percurso do projeto” (Projeto Carrinho da Leitura, 2018, p. 02).

Sobre a avaliação geral do projeto, suas atividades e a participação das pessoas privadas de liberdade, o documento coloca que os dados são compilados semestralmente para averiguação do quantitativo de apenados que aderiram ao projeto. No entanto, durante a coleta de dados não foi possível observar e nem ter contato com algum documento que demonstrasse essa análise. Entretanto, tendo em vista que as idealizadoras, Luciane e Cleusa, desenvolvem outras funções de extrema importância, como, por exemplo, educação e apoio psicológico, dentro do estabelecimento prisional, somadas às atividades do projeto, considerando o número de pessoas privadas de liberdade não é de se estranhar a falta de tempo para realizar essas análises. É relevante destacar que a Superintendência dos Serviços Penitenciários possui um déficit histórico de servidores penitenciários, fator que acarreta o acúmulo de funções, portanto insegurança para desenvolver as

atividades diárias inerentes à função, ocasionando adoecimento de muitos profissionais.

Feitos os apontamentos relevantes e necessários sobre o documento que norteia o projeto de remição da pena pela leitura chamado “Carrinho da Leitura: estimulando a leitura como forma de libertação”, o processo de implantação e a dinâmica de desenvolvimento, passamos ao próximo capítulo, no qual abordaremos questões mais específicas sobre o acervo e os modos de ler, embasados na perspectiva da História Cultural.

3 Presídio Estadual de Camaquã: do acervo aos modos de ler

A História do Livro e da Leitura são campos de investigação nos quais o historiador busca compreender a transmissão das ideias a partir dos impressos e como o contato com estes afeta o comportamento dos sujeitos. Essa corrente de investigação se desenvolveu, principalmente, na França, sob a perspectiva da escola dos *Annales*. A partir de então, os novos historiadores do livro e da leitura ampliaram seus olhares, passando a investigar além dos livros raros, os livros comuns, os sujeitos que os produziam, a circulação e a apropriação dos livros pelos leitores.

A produção no campo da História do Livro e da Leitura no Brasil, a partir da década de 1980, tem acompanhado o movimento internacional baseado na História Cultural, contribuindo para a ampliação do campo com a implementação de temáticas diversificadas. O uso de novos objetos ampliou as possibilidades de investigação, passando a conceber e a olhar as experiências dos múltiplos sujeitos envolvidos nos processos.

No Brasil, inúmeros pesquisadores de diferentes áreas, como literatura, linguística, educação e história, vêm desenvolvendo pesquisas sobre História do Livro, da Leitura e da Cultura Escrita, investigando desde o perfil de leitores às práticas de leitura e de escrita em diferentes espaços, como o meio rural, por exemplo. Dentre esses estudos, estão os de: Jorge Carvalho do Nascimento (2001), André Belo (2002), Márcia Abreu (2006), Lisiane Manke (2021), Vania Grimm Thies (2013) e Ana Maria Galvão (2007), Eliane Cristina D. Fleck e Mauro Dillmann (2019).

A exemplo dos estudos realizados pelos pesquisadores(as) citados(as), os pressupostos teórico-metodológicos da Nova História Cultural possibilitam transpor barreiras existentes no percurso investigativo, auxiliam a superar os desafios que envolvem seus objetos de estudo, permitindo a percepção de outras configurações sobre as temáticas analisadas anteriormente.

Desse modo,

Concordando com Marc Bloch que afirmava que “tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar-nos sobre ele”. Roger Chartier ampliou o conceito de fonte histórica, ultrapassando os limites do texto escrito para abordar também as práticas culturais a qual estes estabeleciam ou se inseriam, as formas de produção, reprodução e recepção dos textos. Assim, Chartier valoriza não somente a materialidade, mas, também a oralidade, a forma de ler ou dizer, que

segundo ele, em alguns momentos da história e, em determinadas sociedades, foi utilizada para perpetuação do poder (Lima, 2011, p.188).

Assim, quando levado ao terreno da leitura e da escrita Darnton (2018) afirma:

as diferenças parecem infinitas, pois a leitura não é simplesmente uma habilidade, mas uma maneira de estabelecer significado, que deve variar de cultura para cultura. Seria estranho encontrar uma fórmula que pudesse considerar todas essas variações (Darnton, 1992, p. 2018).

Posto isso, os valores atribuído às leituras de obras são elementos que podem ser utilizados para revelar a relação existente entre o texto e o leitor a partir das práticas, que incluem a apropriação da leitura e os modos de ler.

Para Darnton, o “onde” da leitura é mais importante do que se pode pensar, porque a contextualização do leitor em seu espaço pode fornecer indícios sobre a natureza de sua experiência (Darnton, 1995, p. 156). Desse modo, para investigar as práticas de leitura, é preciso considerar o contexto da leitura, o que engloba o ambiente, o mobiliário, as posições corporais e os modos de ler, ou seja, as particularidades que as situações apresentam.

Cavallo e Chartier (1997) afirmam que a leitura nem sempre foi praticada do mesmo modo, modificando-se conforme o surgimento dos diferentes conteúdos e suportes, então estes influenciaram as apropriações e as representações da leitura de uma determinada época, seja rolo, livro ou telas digitais. Aspecto relevante de ser considerado, uma vez que as formas materiais do texto impresso interferem e possibilitam “efeitos de sentido” (Chartier, 2002a, p. 271).

Ainda com relação aos modos de ler, Chartier (1994) aponta as transformações que ocorreram ao longo do tempo nas maneiras de ler e nos locais onde ocorriam essas práticas. Uma das mudanças importantes nos padrões predominantes de leitura foi a passagem da leitura oral, realizada para plateias na Idade Média, para a silenciosa, realizada solitariamente. A invenção da imprensa no século XV teve participação significativa nessa revolução, pois possibilitou expressiva revolução técnica, repercutindo diretamente na produção, na difusão e na materialidade dos livros.

Segundo Fischer (2006), as primeiras leituras públicas na Grécia e em Roma ainda mantinham íntima ligação entre a literatura oral e a escrita, pois os autores apresentavam suas próprias obras para uma pequena parcela da sociedade e eram conhecidos pessoalmente.

Nesse panorama, a passagem da leitura intensiva, a qual requer uma imersão profunda no texto por parte do leitor, ocasionada em épocas anteriores pela escassez de obras, dá espaço para a prática da leitura extensiva, principalmente, a partir do século XVIII, na qual o leitor realiza uma leitura mais dinâmica, sem se deter aos detalhes. Ademais, a leitura em voz alta e a leitura em silêncio representam duas maneiras de ler que se relacionam historicamente com a história da leitura e apresentam implicações mais intrínsecas decorrentes da forma como é realizada a partir de uma abordagem histórico-social (Chartier, 1994)

Com relação aos espaços destinados à prática da leitura em prisões, na contemporaneidade, de acordo com o Censo Nacional de Práticas de Leitura no Sistema Prisional (2023), nem todos os estabelecimentos prisionais brasileiros possuem biblioteca ou um lugar específico para a leitura. Além disso, para fins de efetivação do direito e acesso à leitura, o Censo Nacional de Práticas de Leitura no Sistema Prisional informa que no Estado do Rio Grande do Sul não há distribuição de material didático e/ou recursos provenientes do Programa Nacional do Livro Didático (PNLE) e do Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE) destinados aos estabelecimentos prisionais. Também, a Ordem de Serviço n 01 de 2021, embasada na Resolução n. 391, de 10 de maio de 2021, criada pelo Departamento de Tratamento penal da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), não menciona recursos ou estratégias para constituição, ampliação e manutenção dos acervos das bibliotecas prisionais.

Entretanto, o Censo Nacional de Práticas de Leitura no Sistema Prisional aponta que existem diferentes projetos com diversas modalidades, que envolvem práticas de escrita e de leitura nos estabelecimentos prisionais brasileiros. São elas: leitura individual, leitura e produção de resenhas, avaliações e fichas de leitura, clubes de leitura ou rodas de leitura, leituras compartilhadas entre pessoas privadas de liberdade, leituras compartilhadas com auxílio do mediador, oficinas literárias, aulas sobre a obra ou obras selecionadas previamente e, também, a leitura expressa por meio de teatro, desenhos etc.

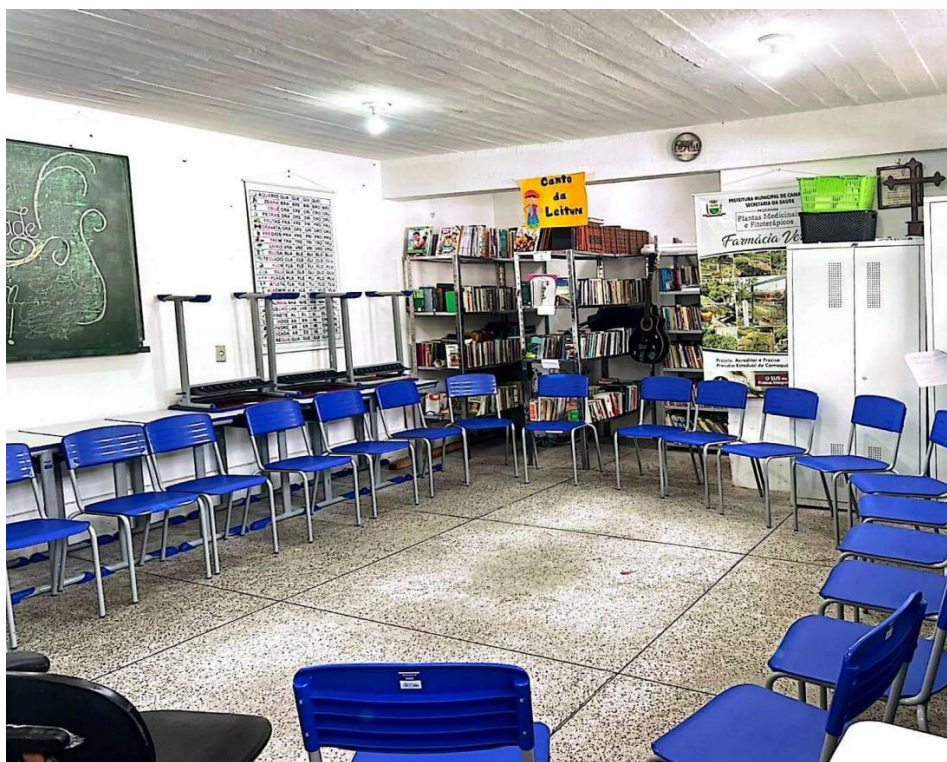
Nesta conjuntura, considerando que a práticas de leitura possuem uma história que revela a relação que os leitores estabelecem ao longo do tempo com os suportes de leitura, no decorrer deste capítulo buscaremos apresentar aspectos referentes aos meios e modos de ler. Para tanto, observamos o acervo disponibilizado para a leitura no Presídio Estadual de Camaquã e a estrutura

prisional que possibilita tal prática, vislumbrando alcançar os modos de ler existentes no local.

3.1 De fora para dentro: a constituição da biblioteca prisional

Inserida na galeria A, a biblioteca prisional²⁹ divide espaço com a sala de aula, timidamente, organizada em um cantinho da sala, onde oferece seu acervo para a leitura e pesquisas. Assim, verificamos que no Presídio Estadual de Camaquã não há um local destinado à prática da leitura e da escrita que proporcione um ambiente silencioso e individualizado para os leitores. Na Figura 5 podemos observar a disposição da biblioteca prisional, o chamado “canto da leitura”, no interior da sala de aula localizada na galeria A.

Figura 5 - Biblioteca prisional.



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2023.

No que se refere à constituição do acervo, foi possível constatar que se deu por meio de doações e campanhas de arrecadações de livros. Em novembro de

²⁹ A biblioteca prisional não possui um nome. Segundo os profissionais do estabelecimento prisional, eles já pensaram sobre essa questão, mas ainda não chegaram a um consenso.

2018, a Vara de Execução Regional de Pelotas organizou uma campanha com objetivo de aprimorar as bibliotecas prisionais, visando inserir e ampliar a remição da pena pela leitura nos estabelecimentos prisionais da região sul do estado do Rio Grande do Sul. Por meio dessa campanha, o Presídio Estadual de Camaquã adquiriu diversas obras. Além disso, a biblioteca prisional recebeu doações realizadas pela comunidade e pelos servidores penitenciários do estabelecimento.

É válido destacar que quando atuava como agente penitenciária neste local, presenciei vários momentos em que os servidores traziam livros de suas casas para disponibilizar às pessoas privadas de liberdade. Atualmente, algumas editoras também organizam campanhas para prover bibliotecas prisionais de obras literárias. A Penitenciária Estadual de Rio Grande, em 2023, recebeu inúmeras obras de gêneros variados da Companhia das Letras, por exemplo.

Em 2024, os gestores e professores do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA) Julieta Vilamil Balestro, do Presídio Estadual de Camaquã, e os gestores da Biblioteca Pública da cidade de Camaquã firmaram uma parceria com o intuito de fomentar a prática da leitura no interior do estabelecimento prisional por meio de empréstimos de livros. Além disso, no mesmo ano, uma parceria com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFSUL/RS) foi criada com objetivo de implementar um programa que auxilie na informatização da biblioteca prisional.

Até o momento da escrita desta dissertação o acervo é registrado no Livro Tombo, assim chamado pelos profissionais do presídio, no qual são registrados o nome da obra e do autor. Essa forma de registro foi implantada em 2023 pela professora Suzana de Alencastro, que passou a integrar a equipe docente do local. Esse trabalho é desenvolvido por uma pessoa privada de liberdade responsável pelo registro e pelo cuidado do acervo.

A análise do Livro Tombo demonstra que o acervo disponibilizado para leitura no Presídio Estadual de Camaquã é composto por mais de 3 mil obras, dentre elas estão, em sua maioria, obras de literatura, livros didáticos, obras de cunho religioso e dicionários. Devido ao curto período para realização da pesquisa de mestrado, e por não ser objeto de análise, não realizamos a classificação das 3 mil obras por gênero literário. Contudo, foi possível constatar que a biblioteca está organizada por setores, o que já demarca os gêneros que constituem o acervo, sendo eles: obras

religiosas e de autoajuda, de literatura (adulta e infantil) e livros didáticos (Figura 6 e 7).

Figura 6 – Livros Religiosos.



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2023.

Figura 7 - Livros Literários.



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2023.

Realizamos uma análise quantitativa das fichas de retirada e entrega de livros, assim passamos a operar com um número reduzido de obras, considerando aquelas que mais recorrentemente foram retiradas do acervo. Foram analisadas 96 fichas, dessa maneira tomamos conhecimento das obras que mais circulam por meio do Carrinho da Leitura, chegando aos títulos mais lidos no Presídio Estadual de Camaquã.

3.1.1 O que se lê no Presídio Estadual de Camaquã?

A fontes denominadas nesta pesquisa como “fichas de retirada e de entrega de obras” foram fundamentais para compreender quais livros mais circularam no interior do Presídio Estadual de Camaquã. Na Figura 7, podemos verificar todos os dados presentes nessa fonte. Ela contém informações sobre o período de retirada, nome da obra, nome³⁰ e código do leitor e, em vermelho, a anotação referente à devolução da obra. Analisamos todas as fichas existentes no acervo do presídio, desde a implantação do projeto até final do ano de 2023, assim constatamos que neste período 76 pessoas privadas de liberdade retiraram obras para leitura, uma ou mais vezes. Na sequência apresentamos um exemplo dessas fichas, o que nos permite compreender como ocorre a dinâmica do registro de retirada das obras.

Figura 8 - Ficha de retirada e entrega de obras.

Período	Código do Leitor	Título da Obra	Devolução
14/11/2019			OK
14/11/2022			OK
14/11/2019		Criatividade para Reinventar	OK
14/11/2019		Vida Selvagem	OK
14/11/2019		Calles Molhados	OK
14/11/2019		O Sonho de Presqu coastal	OK
14/11/2019		Baile do menino Deus	OK
14/11/2019		Conceber uma esperança de viver	OK
14/11/2019		O Milagre da Fé	OK
14/11/2020		Nem um, nem outro	OK
14/11/2021		Os mistérios da fé	OK
14/11/2022		A arte da meditação	OK
14/11/2021		O espírito e o pensamento	OK
14/11/2020		Estranhos vizinhos	OK
14/11/2022		Mensagem para a vida diária	OK

Fonte: Acervo documental do Presídio Estadual de Camaquã.

³⁰ Os dados de identificação do leitor foram suprimidos com intuito de preservar este sujeito.

Após a organização e quantificação das fichas de retirada através das categorias “leitor” e “nome da obra”, foi possível identificar as obras que mais circularam no presídio e os leitores mais assíduos. No Quadro 3, apresentamos a relação de obras que foram retiradas mais de uma vez, por meio do Carrinho da Leitura. Para melhor visualização decidimos agrupá-las conforme a classificação existente na biblioteca prisional. A relação completa de obras retiradas apenas uma vez no período analisado pela pesquisa consta nos anexos.

Quadro 3 - Relação de obras mais lidas e quantidade de retiradas especificadas entre parênteses.

LITERATURA INFANTIL	LITERATURA DIVERSA	OBRAS DE CUNHO RELIGIOSO/ AUTOAJUDA
- A FORMIGUINHA E A NEVE; AUTOR: JOÃO DE BARRO (02).	- O PODER DO MACHO; AUTORA: HELEIETH SAFFIOTI (02).	- A GRANDE ESPERANÇA; AUTORA: ELLEN G. WHITE; (10).
- PASSARINHO RAFA; AUTORA: REGINA DRUMMOND (02).	- ARCAZ DE LEMBRANÇAS; AUTORA: HELOISA ASSUMPÇÃO MARTINS (02).	- O PODER DA ESPERANÇA; AUTORES: JULIÁN MELGOSA E MICHELSON BORGES (09).
- COMO RECONHECER UM MONSTRO; AUTOR: GUSTAVO ROLDAN (02).	- AMORES DIVERSOS; AUTORES: ARNALDO ANTUNES, RENATA PALLOTINI, FLÁVIA SAVARY, MARIO QUINTANA, OSWALDO DE ANDRADE (02).	- BÍBLIA SAGRADA; AUTORES DIVERSOS; NOVO TESTAMENTO (08).
- O BAILE DO MENINO DEUS; AUTOR: RONALDO CORREIA DE BRITO (02).		- EM BUSCA DE ESPERANÇA; AUTORA: ELLEN G. WHITE (04).
- O GATO MIMOSO; AUTORA: LYDIA MOMBELLI DA FONSECA (02).		- ESPERANÇA VIVA; AUTOR: EDUARDO ROSETTI E JURUÁ EDITORA (03).
- A RAPOSA E O CARANGUEJO; AUTOR: WILLIAN LAGOS (04).		- JEREMIAS; AUTORES DIVERSOS

- UMA GRAÇA DE TRAÇA; AUTOR: CARLOS URBIM (02).		(CAPÍTULO DA BÍBLIA NOVO TESTAMENTO) (03). - VIVA COM ESPERANÇA; AUTORES: EDUARDO ROSETTI E JURUÁ EDITORA (02). - MILAGRE DA FÉ; AUTOR: GINGER KOLBABA (02). - VENCER, LIVRE-SE DO LIXO EM SUA VIDA; AUTOR: DAVE PELZER (02).
--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Observamos que o acervo está organizado a partir de esferas de circulação social, segundo denomina Marcuschi (2002) ao considerar que os gêneros são um campo aberto que oferece diversas possibilidades. Assim, as obras precisam ser consideradas pela interação entre os sujeitos, não somente pela forma ou a estrutura que apresentam, mas pelo caráter dinâmico e social que desempenham.

Para Marcuschi (2006, p.30):

A circulação dos gêneros textuais na sociedade é um dos aspectos mais fascinantes, pois como a própria sociedade se organiza em todos os seus aspectos... os gêneros são a manifestação mais visível desse funcionamento que eles ajudam a constituir, envolvendo crucialmente a linguagem, atividades enunciativas, intenções e outros aspectos (Marcuschi, 2006, p. 30).

Desse modo, a enunciação das obras é um critério importante de classificação deste acervo. Por meio do Quadro 3 é possível visualizar que as obras que abordam temáticas de cunho religioso ou autoajuda são as que mais circulam pelo interior do estabelecimento prisional. Nessa perspectiva, é possível inferir que os leitores buscam as obras tendo no título um elemento definidor da escolha, com objetivo de transformar e/ou melhorar suas condutas, ou ainda, buscar um alento durante a privação da liberdade.

No que tange à necessidade de ler, ao tratar das práticas de leitura no contexto europeu e ao refletir sobre os porquês dessa prática, Darnton coloca que

“homens e mulheres leram para salvar suas almas, para melhorar seu comportamento, para consertar suas máquinas, para seduzir seus enamorados, para tomar conhecimento dos acontecimentos do seu tempo, e ainda simplesmente para se divertir” (Darnton, 1992, p. 212).

Frente a esta questão, vale destacar o estudo de Ribeiro (2023) sobre literatura na contemporaneidade aborda a prática da leitura no contexto prisional destacando a preferência dos leitores por obras de cunho religioso e/ou autoajuda. Sua investigação sobre o encarceramento feminino e a relação estabelecida com a leitura em uma penitenciária localizada no Distrito Federal identificou a existência de uma comunidade leitora plural em que, “guardadas as devidas proporções, alguns aspectos do grupo pesquisado se assemelham ao perfil leitor do brasileiro, como o gosto por livros religiosos, ao lado de romances” (Ribeiro, 2023, p.124).

E, ainda, com relação à escolha das obras pelas leitoras encarceradas, destaca:

A preferência pelos gêneros e obras invocam contornos que dizem muito sobre essa mulher que sofreu com o abandono parental, com os abusos e aliciamentos, violências travadas ainda fora do cárcere. Talvez, por isso, a escolha pelo romance e os livros religiosos espelhem as lacunas de adaptação ao cárcere (Ribeiro, 2023 p. 129).

No Presídio Estadual de Camaquã, durante alguns momentos de observação das atividades, percebemos que existe um hábito coletivo entre as pessoas privadas de liberdade: a indicação de obras entre os leitores. Esse diálogo sobre o conteúdo ou linguagem de determinado livro pode ser um fator que contribui para retirada de determinadas obras de forma mais recorrente.

No que se refere aos leitores mais assíduos, aqui entendidos como aqueles que possuem uma frequência na retirada de livros, foi possível identificá-los também através das fichas de retirada. Assim, visando identificar os leitores mais assíduos, condicionamos como critério a participação no projeto de leitura por pelo menos o período de um ano e a retirada de 12 obras, no mínimo. Esse critério foi utilizado com intuito de selecionar participantes que tiveram uma presença ativa nas atividades do projeto durante o período selecionado como recorte de pesquisa, sendo os anos entre 2017 e 2023.

Isto posto, o Quadro 4 revela os leitores mais assíduos do projeto de remição de pena pela leitura, que participaram por pelo menos um ano, identificados

pelos Algarismos de 01 à 04, considerando a quantidade de obras que retiraram para a leitura e suas preferências de leitura.

Quadro 4 - Leitores assíduos X obras retiradas para leitura.

Leitor	Título de obras retiradas entre os anos de 2017 a 2023	Nível de escolaridade durante a participação no projeto
01	1- A formiguinha e a neve 2- O gato mimoso 3- Passarinho Rafa 4- Garcia do Prado 5- Gato pra cá, rato pra lá 6- Uma graça de traça 7- Bebelá, a pulguinha sapeca 8- Amores Diversos 9- A rainha camponesa 10- Tantas histórias tem o tempo 11- A grande esperança 12- Um homem de família 13- Ulisses: história para ninar meninos 14- A menina aniversariante 15- O que não se pode prever 16- O segredo debaixo das coisas 17- Três processos de cura 18- A motorista de táxi 19- As viagens de Guliver 20- Dudu Calunga 21- Como reconhecer um monstro 22- A raposa e o caranguejo 23- Era uma vez um cão 24- As aventuras e desventuras de um sapo 25- A aventura da tartaruga de pente 26- O patinho feio 27- Selor e Maya 28- Madeline Finn e Bonnie	Ensino fundamental incompleto
02	1- Criatividade para reinventar 2- Vida selvagem 3- Cabelos molhados 4- O sonho de prequete 5- Baile do menino Deus 6- Câncer, uma esperança de viver 7- O milagre da fé 8- Nem um nem outro 9- Os mistérios da fé	Ensino fundamental incompleto

	10- A arte da meditação 11- O espírito e o pensamento 12- Estranhos vizinhos 13- Mensagens para a vida diária 13- Dinheiro do Céu 14- O bom ladrão 15- Tonico e Carniça 16- O cortiço 17- O poder do macho 18- A cabana -19 A missa do galo 20- Garota exemplar 21- O milagre da Fé 22- Ninho dos gaviões	
03	1- Tenha um pouco de fé 2- Esperança Viva 3- Histórias de ventos e lenços 4- Monstrinhos de estimação 5- Personalidades negras 6- Em busca de esperança 7- Cinco minutos com Jesus 8- Princesas 9- Diário do outro 10- A arte da guerra 11- O espírito e pensamento 12- O endereço de Jesus Cristo 13- História da Lagoa Grande 14- Benção de Inverno	Ensino fundamental incompleto
04	1- Zé vagão da roda fina e sua mãe 2- A excelência da sabedoria 3- Jeremias (Bíblia/ Novo Testamento) 4- Introdução à prática amorosa 5- O fingidor 6- O bom ladrão 7- Os meninos da nave faz de conta 8- Manual de persuasão do F.B.I 9- Quem pensa enriquece 10- Livro de Jó 11- Marca da Vitória 12- Evangelho de Marcos 13- Pega Visão	Ensino fundamental incompleto

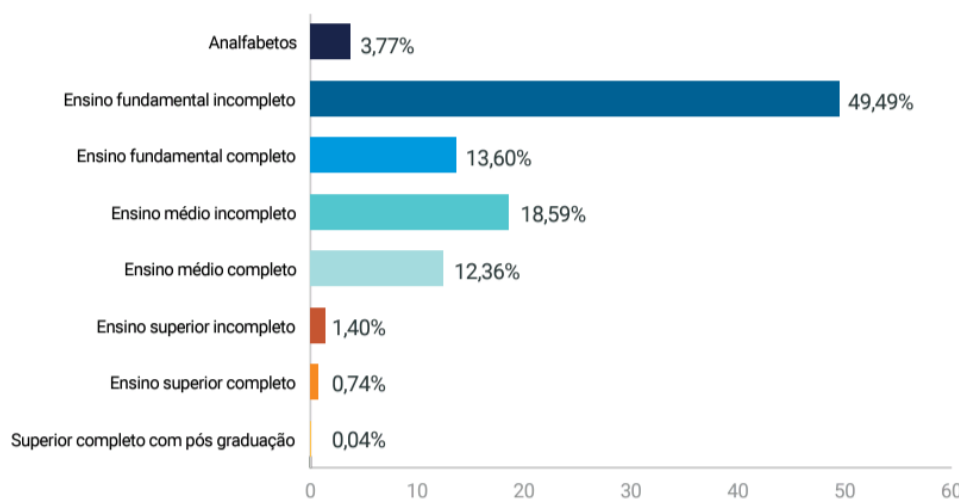
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Com relação às obras retiradas, identificamos a recorrência de leituras religiosas com características de autoajuda: a Bíblia Sagrada e obras que oferecem algum subsídio para que leitores possam melhorar aspectos da vida constituem o

grupo dos títulos que mais circulam no ambiente prisional. Além disto, percebemos a presença de inúmeras obras de literatura infantil. No caso do leitor 01, por exemplo, das 28 obras retiradas para leitura, 22 são de literatura infantil. Este fato pode estar relacionado à competência leitora deste sujeito, pois, durante as observações constatamos que as obras de literatura infantil e infantojuvenil eram utilizadas pela professora como recurso pedagógico para introduzir alguns participantes do projeto no mundo da escrita e da leitura. Assim, as recomendações de leitura eram adequadas às competências leitoras dos participantes.

Nessa direção, cabe destacar as contribuições trazidas pelo Censo Nacional de Práticas de Leitura sobre educação nas prisões brasileiras, divulgado no ano de 2023, o qual aponta como um dos problemas para ressocialização das pessoas privadas de liberdade o baixo nível de escolaridade. Como podemos observar na Figura 9, leitores com ensino fundamental incompleto constituem a maioria no sistema prisional brasileiro.

Figura 9 – Percentual de pessoas privadas de liberdade por escolaridade nos estabelecimentos prisionais respondentes em âmbito nacional.



Fonte: Censo Nacional de Práticas de Leitura No Sistema Prisional, 2023.

Em paralelo a isto, Onofre e Julião (2013) destacam a complexidade de desenvolver práticas educativas e garantir o direito à educação nas prisões. Para os autores, isto ocorre em função das estruturas precárias dos estabelecimentos prisionais, da inexistência ou número reduzido de salas de aula, da ausência de

materiais didático-pedagógicos adequados, além da inexistência de formação específica para educadores que atuam no contexto prisional e da singularidade do público-alvo.

No contexto prisional a leitura torna-se extremamente relevante, isso porque esta prática não ocorre somente em contato com as obras disponibilizadas pelo projeto de remissão pela leitura, os sujeitos inseridos no ambiente prisional estão rodeados por elementos que requerem essa habilidade. Ao observar o ambiente prisional percebemos a presença de cartazes nas paredes fixados pelos profissionais que atuam no Presídio Estadual de Camaquã. Muitos apresentam informações³¹ referentes a campanhas de prevenção à violência contra a mulher e suicídio, além de instruir as pessoas privadas de liberdade e profissionais sobre os cuidados com o corpo e prevenção e tratamento de doenças como, por exemplo, a tuberculose (Conforme notas do Caderno de Campo, 2024). Assim, conforme podemos ver na Figura 10, a leitura tem o papel de informar os sujeitos inseridos neste contexto.

Figura 10 - Campanha Agosto Lilás.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal de Pelotas, 2024.

³¹ Os cartazes informativos sobre prevenção de doenças são distribuídos pelas Secretarias Municipais de Saúde das casas prisionais.

Nesse sentido, compartilhamos do pressuposto discutido por Emilia Ferreiro (2002), de que a leitura é um direito que possibilita às pessoas, privadas de liberdade ou não, o exercício pleno da cidadania.

Durante as observações, o caderno de campo foi o suporte utilizado para registrar informações importantes sobre a estrutura prisional, rotina e usos dos espaços. Em meio a conversas informais, anotávamos tudo que pudesse contribuir para a pesquisa. Em um desses momentos, a professora e a psicóloga responsáveis pelo desenvolvimento do projeto colocaram que muitas pessoas privadas de liberdade já possuíam o hábito de ler obras antes de ingressar no Presídio Estadual de Camaquã, pois solicitavam a elas livros para a leitura.

Deste modo, as observações de cunho etnográfico foram fundamentais para compreender a rotina prisional que envolve a dinâmica do projeto e é por meio dessa técnica que buscamos investigar os modos de ler tal como se apresentam no cotidiano deste estabelecimento prisional.

3.1.2 Onde se lê no Presídio Estadual de Camaquã?

No Presídio Estadual de Camaquã notamos a permanência da leitura oral e coletiva com função social. Por meio das observações verificamos que, no cotidiano prisional, em duas situações essa modalidade de leitura se faz presente, e a primeira ocorre durante a assistência religiosa oferecida às pessoas privadas de liberdade por representantes religiosos. A leitura de cunho religioso, praticada por um mediador, ocorre principalmente quando os aprisionados estão no pátio; mesmo que nem todos os apenados participem, muitos observam de longe (Conforme notas do Caderno de Campo, 2024).

Visando nortear o ingresso e as atividades de instituições religiosas nas prisões brasileiras, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), vinculado ao Ministério da Justiça, publicou em abril de 2024 uma resolução com objetivo de regulamentar a assistência religiosa em prisões. Esse conselho é formado por profissionais da área jurídica, professores e representantes da sociedade civil. A Resolução nº 34, de 24 de abril de 2024³², dentre outras, apresenta como objetivo evitar o proselitismo religioso nas prisões, considerando

³² No momento da publicação desta resolução, líderes de diferentes bancadas religiosas brasileiras contestaram o conteúdo do texto.

que as pessoas privadas de liberdade possuem o direito inviolável de consciência e de crença.

Contudo, observando essa prática com recorrência, percebemos que tão logo os “mediadores da leitura” ingressam no local, já se forma um grupo que permanece atento às palavras proferidas. Assim, dois mundos distintos se cruzam por meio da prática da leitura, o mundo dos que vivem em liberdade e o dos aprisionados. É um momento de socialização dos privados de liberdade com pessoas que vêm de fora do ambiente prisional.

O segundo momento de leitura coletiva ocorre durante as atividades na sala de aula, pequenos textos são distribuídos pela professora para as pessoas privadas de liberdade para que a leitura em voz alta seja realizada por uma delas (Conforme notas do Caderno de Campo, 2024). Dessa maneira, enquanto um lê os outros ouvem a leitura realizada pelo colega ou pela professora, colocando-se na situação de leitores-ouvintes, como bem define Bortolin (2010), ao se referir à mediação oral em práticas de leitura literária, na qual “leitor-ouvinte é todo indivíduo que tem a sua leitura mediada, isto é, que recebe a interferência oral de um mediador para se encontrar com diferentes textos, podendo também ser chamado de leitor que lê com os ouvidos” (Bortolin, 2010, p. 21).

Para Goulemot (2001, p. 109), “somos um corpo leitor que cansa ou fica sonolento, que boceja, experimenta dores, formigamentos, sofre de câibras”. Assim, os livros tratam de determinar a posição e o lugar da leitura. E, nas prisões, quais seriam os outros elementos condicionantes dessa prática? Em conformidade com os apontamentos realizados anteriormente sobre a estrutura e o cotidiano prisional, apontamos que a delimitação dos horários estabelecidos pela rotina prisional e o compartilhamento de um espaço inadequado caracterizado pela superlotação certamente influenciam na prática leitora. Como pensar, assim, em uma leitura no foro privado?

Em relação à prática da leitura individual e silenciosa, esta foi sem dúvida a mais difícil de investigar, principalmente porque não realizamos entrevistas³³ em profundidade com os próprios leitores; para mais, durante as observações

³³ Compreendemos que a metodologia da História Oral nos propiciaria conhecer histórias e relatos que, na maioria das vezes, não constam nos documentos. No entanto, devido aos entraves burocráticos para realizar pesquisa em instituições de confinamento, optamos por não realizar entrevistas com as pessoas privadas de liberdade e profissionais do estabelecimento prisional nesta investigação.

procuramos não interferir na rotina prisional. Nesse sentido, o Censo Nacional de Práticas de Leitura no Sistema Prisional (2023, p. 124) nos fornece informações relevantes sobre as condições de realização das práticas de leitura individual e silenciosa nos estabelecimentos prisionais brasileiros que dialogam com nossas constatações, ao afirmar que: “no curso da pesquisa, inúmeras unidades prisionais registraram que as práticas de leitura são realizadas no interior das celas e que o acesso às obras literárias é garantido por meio de estratégias diversas”. De igual modo, nas celas do Presídio Estadual de Camaquã não há um espaço, muito menos um mobiliário que propicie a prática da leitura e da escrita conforme a representação social que carregamos, na qual o indivíduo tem a possibilidade de escolher um espaço adequado a sua condição de leitor.

Por não haver locais específicos para práticas de leitura no presídio e também pelas rotinas de segurança do estabelecimento prisional, não foi possível observar os leitores praticando a leitura individual e silenciosa, a qual ocorre no interior das celas. Percebemos que a falta de um local adequado para instalação da biblioteca prisional e a falta de salas para leitura restringem o acesso às obras do acervo, afetando a autonomia de escolha que será lido, entre outras práticas educativas. É perceptível, assim, a necessidade de investimentos no sistema prisional do Rio Grande do Sul para a criação de espaços adequados para o cumprimento da pena em condições dignas e humanas que viabilizem a ressocialização das pessoas privadas de liberdade. Especialmente observamos a falta de investimentos para fins estruturais e de recursos para a criação de projetos educacionais e de leitura, a exemplo das carências encontradas também nas escolas públicas gaúchas, no que se refere à ausência de bibliotecas em funcionamento, fato divulgado a todo momento pelas mídias.

Para além da prática de leitura, observamos também em que condições são produzidos os relatórios de leitura, ou seja, onde e como são escritos. Conforme o documento do projeto Carrinho da Leitura, mensalmente, um dia é destinado para produção do relatório de leitura para fins de avaliação das atividades do projeto. Entretanto, observamos que, na prática, não há um dia específico, podendo, por motivos diversos, essa atividade ser adiada. Contudo, na oportunidade, os participantes do projeto recebem a ficha para produção do relatório, que deve ser entregue no mesmo dia, logo após o preenchimento (Conforme notas do Caderno de Campo, 2024).

Para a produção do relatório de leitura, as pessoas privadas de liberdade localizadas na galeria A utilizam a sala de aula, sentadas em cadeiras com a ficha do relatório sobre a mesa, assim realizam sua produção escrita com o auxílio da professora. Já as pessoas privadas de liberdade da galeria B (Seguro de Vida) não possuem acesso à sala de aula, a chamada “oficina de produção” dos relatórios ocorre no corredor da galeria, com todos sentados em caixotes, apoiando a ficha do relatório de leitura em um pequeno caderno sobre os joelhos. Com orientação da professora escrevem a respeito da obra lida (Conforme notas do Caderno de Campo, 2024).

Inferimos que não possuam o hábito de realizar anotações ao realizarem a leitura, pois, no momento de produção do relatório estes sujeitos só utilizam um caderno como base para a escrita na ficha, e não é consultado. Assim, é possível concluir que a escrita resultante nos relatórios é resultado dos sentidos mais gerais sobre a obra lida, os leitores utilizam como suporte suas memórias sobre as leituras que realizaram, pois, como dito, normalmente não lançam mão de anotações prévias para elaboração do relatório.

Considerando as práticas de leitura e escrita destacadas até aqui, é possível questionar quais são as bases que pautam a representação social do ambiente prisional, ou seja, “o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, dada a ler” (Chartier, 1990, p. 17). Na próxima sessão será discutida a representação social do leitor aprisionado, ou mesmo, sobre a imagem do “sujeito criminoso” construídas por diferentes direcionamentos advindos das mídias e instituições sociais.

Nesse sentido, é preciso levar em conta que a História Cultural tem como base o estudo das representações (Chartier, 1990), que compreendem o modo como os sujeitos constroem intelectualmente a realidade social que os cerca. Dessa forma, tem como propósito “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, dada a ler” (Chartier, 1990, p.17). Nessa lógica, cabe alguns apontamentos sobre a representação social sobre leitura e leitores e prisões.

3.1.3 A representação do leitor aprisionado

Na obra intitulada “Leituras e Leitores na França do Antigo Regime”³⁴, Roger Chartier analisa como os diferentes tipos de escritos do período ultrapassavam as fronteiras sociais estabelecidas no Antigo Regime e destaca a representação que os letrados urbanos construíram sobre as práticas de leitura do público rural. Um dos pontos abordados pelo autor é a representação da leitura em pinturas de telas. No contexto analisado, a representação da prática da leitura do foro privado, da intimidade, é predominante. Essa representação foi disseminada por meio das obras dos pintores franceses do século XVIII, que retratavam mulheres leitoras seduzidas pelos livros. Chartier descreve a obra intitulada

A Moça lendo de Fragonard (*National Gallery*, Washington), confortavelmente instalada, lê com uma atenção comportada e aplicada um livro elegantemente seguro na mão direita. Por trás da imobilidade perfeita da leitura, como que retirada fora do mundo, adivinha-se uma animação totalmente interior, uma tensão calma (Chartier, 2004, p.214).

Já, nos retratos masculinos, outra representação da leitura é abordada pelo autor: “o papel do livro no retrato masculino se acha deslocado: de atributo estatutário, índice de uma condição ou de uma função, ele torna companheiro de solidão” (Chartier, 2004, p. 215). Atentando-se à representação da leitura nas prisões e ao isolamento forçado dos leitores, Chartier nos fornece algumas informações relevantes que guardam similaridades com nossa pesquisa:

No Camille Desmoulins na prisão de Hubert Robert (Wadsworth Atheneum, Hartford, Connecticut), a representação da leitura solitária atinge um limite: num isolamento forçado e absoluto, o livro torna-se companheiro de infortúnio, exatamente como os poucos objetos familiares ou o retrato da mulher amada. Lido enquanto se caminha, ele introduz na clausura carcerária a memória do mundo exterior e fortifica a alma numa sorte contrária e injusta (Chartier, 2004, p. 215).

Logo, essas representações possibilitam compreender os hábitos de leitura em determinado tempo e espaço, visto que, ao longo dos séculos, os usos dos escritos e as maneiras de ler sofreram mudanças. Da mesma forma, os mobiliários e os locais onde ocorriam essa prática também foram alterados gradativamente, assim como as representações sobre os sujeitos e as suas relações com a leitura.

No que se refere ao Presídio Estadual de Camaquã, por meio das observações se tornou possível afirmar que a prática da leitura individual ocorre no

³⁴ CHARTIER, Roger. **Leitura e Leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: UNESP, 2004.

interior das celas, e que o estabelecimento não possui um local de uso coletivo apropriado para a leitura além da sala de aula, na qual, por vezes, a leitura coletiva ocorre (Conforme notas do Caderno de Campo, 2024), como já pontuado.

Conforme verificamos anteriormente, na Figura 03, as celas são locais extremamente insalubres, com pouca iluminação e conforto para o ato de ler. Desse modo, o corpo do leitor aprisionado busca alternativas para adequar-se às condições contemporâneas do encarceramento e desenvolver modos de ler frente a tal situação.

Com relação às representações sociais, por parte dos meios de comunicação, acerca das pessoas privadas de liberdade, os autores Andrade, Marinho e Lima (2012) afirmam:

A construção social da imagem do sujeito criminoso, longe de ser um processo simples, depende de diversos fatores, nem sempre coerentes. Partindo do princípio de que o crime consiste em tudo aquilo considerado ilegal dentro de uma sociedade, o infrator é, cedo, resumido como malfeitor, bandido, deslocado, o que não traduz com justiça a complexidade da personalidade e nem mesmo os atos ou motivações desses sujeitos. E mesmo antes de serem definitivamente condenados, via de regra esses indivíduos acabam julgados, execrados e até punidos pelos diversos atores das sociedades, dentre os quais a mídia se destaca com excelência (Andrade, Marinho e Lima, 2012, p. 28).

Nessa perspectiva, Foucault (2009) já afirmava que a sociedade, há muito tempo, abandonou a prática dos suplícios físicos, exibidos em praças públicas. No entanto, passou a utilizar a condenação prévia para marcar aquele indivíduo acusado de cometer crimes; “É a própria condenação que marcará o delinquente com sinal negativo ou unívoco: publicidade, portanto, dos debates e da sentença” (Foucault, 2009, p. 15).

Posto isso, é possível perceber na sociedade contemporânea movimento similar, considerando o quanto as mídias influenciam na construção de identidades estereotipadas, estimulando a incorporação das representações sociais disseminadas por parte dos grupos dominados.

Ao encontro dessas questões, o historiador francês Dominique Kalifa, associando a História Social e a História Cultural, desenvolve estudos acerca das representações midiáticas sobre os crimes e suas consequências sociais na França nos séculos XIX e XX. No capítulo intitulado “Virilidades Criminosas”, retrata o perfil do homem criminoso construído a partir do imaginário social que circulava na

sociedade francesa por meio dos impressos. Características em comum identificavam esses sujeitos, o corpo forte em músculos era sinônimo de virilidade e de potência, os estigmas aliados às cicatrizes e às tatuagens esboçavam as experiências vividas na prisão e a relação com o mundo do crime.

Sobre essa virilidade criminosa, Kalifa (2013) afirma que:

Da potência do corpo procede igualmente certo número de atitudes e traços de caráter. A força supõe a resistência: homem é aquele que suporta e sabe suportar o álcool como os golpes. Ela supõe igualmente a dureza, a coragem; estes homens são uns “caras peludos”, do tipo que não recua. O olhar confiante dita também a vontade. [...] Ser um homem de verdade, isso deve se fazer notar: o corpo, a postura, os gestos são mesmo sinais de ostentação, registros de virilidade (Kalifa, 2013, p. 305-306).

Da aparência física aos modos de agir, tais acepções constituíam a representação do sujeito delinquente na França. No subtítulo “A Fábrica de um Olhar”, o autor reflete acerca das fontes que originaram tais representações, destacando a necessidade de ir mais a fundo nessa questão, pois “os garotos maus escrevem pouco, e algumas das recordações disponíveis têm muitas vezes a marca da pena do jornalista ou do romancista que as recolheram” (Kalifa, 2013, p.318). Representações como esta colocam-se como relevantes para problematizar e refletir sobre as percepções do social difundidas nas narrativas que envolvem os sujeitos privados de liberdade em diferentes tempos históricos.

Estudos recentes sobre as prisões, mais especificamente sobre a ressocialização de pessoas privadas de liberdade, buscam modificar essa representação social negativa que ainda se perpetua. De Jesus (2023), em seu artigo intitulado “A Leitura como um Poderoso Instrumento de Inclusão, Ressocialização e Remissão da Pena do Detento”, demonstra experiências positivas de países como Reino Unido e Noruega com programas de ressocialização por meio da leitura que contribuem para um retorno positivo dos aprisionados ao convívio social.

É nesse sentido que o conceito de representação, baseado nos estudos de Chartier, nos permite refletir acerca das narrativas apresentadas pela mídia sobre as pessoas privadas de liberdade. Independente dos gêneros e do suporte em que são divulgadas, escritos ou visuais, essas narrativas estão impregnadas de discursos que não podem ser vistos com neutralidade, pois revelam os interesses de quem os produz. Desse modo, os meios de comunicação têm a capacidade de criar e de

transformar as representações sociais sobre determinado fato ou sujeito, principalmente se este se encontra à margem da sociedade.

Sendo assim, o conceito de representação é mobilizado neste estudo visando questionar ideias preconcebidas que a sociedade possui em relação às pessoas privadas de liberdade, ao ampliar o espectro de representações. Quem são os leitores privados de liberdade? A sociedade contemporânea é capaz de lhes reconhecer como leitores? Que sentidos produzem esses leitores em relação ao que leem, diante das condições e condicionamentos impostos pela instituição prisional? Estas são algumas questões que permeiam o próximo capítulo, e que nos ajudam a ampliar as representações sobre esses sujeitos enquanto leitores singulares.

4 Entre grades e celas: as práticas de leitura e de escrita

Neste capítulo apresentamos o perfil dos participantes do projeto de remição da pena pela leitura e a apropriação da leitura realizada por pessoas aprisionadas no Presídio Estadual de Camaquã, analisando os sentidos e as significações decorrentes do ato de ler.

Darnton (1995) e Chartier (2002a) reconhecem a complexidade e a dificuldade para identificar e para definir a instância que trata das práticas empreendidas pelo leitor no que se refere a como assimila suas leituras e os efeitos que os textos produzem sobre ele. Ademais, Darnton (1995, p. 112), ao tratar do “circuito de comunicação” enquanto um modelo geral, analisa como os livros são produzidos e se difundem na sociedade, o que compreende as seguintes etapas: produção, edição, distribuição, circulação do livro e leitor. Esse circuito pode sofrer variações conforme o lugar e a época que está inserido, mas, de modo geral, aborda o percurso desde o autor, o editor, o impressor, o distribuidor, o vendedor até chegar ao leitor.

Contudo, compreender como os leitores se apropriam dos livros é o estágio do circuito que apresenta maiores dificuldades de investigação, segundo o autor. Desse modo, analisar a prática da leitura e da escrita no contexto prisional é um desafio, sendo de extrema importância considerar as relações sociais que envolvem essas práticas. Entendendo que a leitura é tarefa ativa dos sujeitos-leitores, os sentidos atribuídos aos textos dos quais os leitores se apropriam são resultados de interesses individuais e coletivos. Acrescenta-se a essa questão as singularidades das experiências individuais e coletivas vivenciadas pelos sujeitos que possibilitam diferentes produções de sentido ao texto lido. Dessa forma, Goulemot (1998) define o ato de ler do seguinte modo:

Ler é dar um sentido de conjunto, uma globalização e uma articulação aos sentidos produzidos pelas sequências. Não é encontrar o sentido desejado pelo autor, o que implicaria que o prazer do texto se originaria na coincidência entre o sentido desejado e o sentido percebido, em um tipo de acordo cultural, como algumas vezes se pretendeu, em uma ótica na qual o positivismo e o elitismo não escaparão a ninguém. Ler é, portanto, constituir e não reconstituir um sentido (Goulemot, 1998, p.108).

Logo, perceber a maneira como o homem se relaciona com a leitura e a escrita presume uma abordagem dessa tecnologia como prática e como representação do ser humano. Além disso, a leitura envolve também um contexto

mais amplo que considera o mundo e os sujeitos que dele fazem parte, alfabetizados ou não. Portanto, interpretar um texto requer saberes que precisam ser desenvolvidos e que vão muito além da simples junção mecânica de letras, de palavras ou de frases.

Partimos da compreensão, então, de que ao produzir sentido sobre um texto, o indivíduo mobiliza conhecimentos sobre si mesmo, sobre a sociedade e o contexto em que vive. Nesta perspectiva, a leitura e a escrita são utilizadas como possibilidades de ampliação da visão e da reflexão sobre as identidades individuais e coletivas.

4.1 Quem são os leitores aprisionados? O perfil dos participantes do projeto de remição de pena

Após identificarmos as obras que mais circulam por meio do projeto Carrinho da Leitura, consideramos necessário conhecer um pouco dos participantes do projeto. Para este fim, recorreremos aos prontuários penais. Essa fonte tem origem quando a pessoa privada de liberdade ingressa no estabelecimento prisional, nela constam os registros de identificação, documentos relacionados à prisão e condenação, informações sobre visitantes e demais documentos legais produzidos pela instituição de encarceramento e órgãos da execução penal referentes ao cumprimento de pena. Assim, nos fornece informações relevantes para conhecer o histórico social e prisional das pessoas privadas de liberdade que ficam registradas no sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro (INFOPEN). Uma cópia desse relatório é anexada ao prontuário penal, no qual é possível verificar dados como faixa etária, cor de pele, grau de escolaridade, preferência religiosa, entre outros.

Além do prontuário penal, no âmbito da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), é confeccionado também o prontuário penal médico, ou seja, um documento que contém todas as informações referentes aos atendimentos com profissionais da área da saúde que a pessoa privada de liberdade utilizou durante o período de encarceramento. Nessa fonte, não observamos apontamentos realizados pelos profissionais de saúde que estabelecessem alguma relação entre os diagnósticos obtidos e a capacidade de leitura e escrita dos participantes do projeto. Para pesquisas na área da saúde, alimentação e morte em prisões, essa fonte possibilita inúmeras informações, por exemplo, exames clínicos e diagnósticos

de doenças, receituário de tratamentos médicos e prescrições de dietas específicas para pacientes com alguma comorbidade.

Algumas indagações foram essenciais para delinear o perfil dos participantes. Dessa maneira, analisamos esse material por meio dos seguintes questionamentos: faixa etária dos participantes, cor da pele, nível de escolaridade, estado civil, número de filhos, local de residência (meio rural ou urbano), situação carcerária e tempo de pena/ condenação; além disso, nos atentamos aos tipos de crimes praticados. Essa etapa da pesquisa ocorreu da seguinte forma: de posse da listagem dos leitores participantes do projeto das galerias A e B (Seguro de Vida), recorremos aos prontuários penais no interior do Presídio Estadual de Camaquã. Considerando o recorte cronológico selecionado para a pesquisa (2017 a 2023), não foi possível encontrar os documentos referentes a todos os participantes do projeto, pois no decorrer do período de privação de liberdade ocorrem transferências, voluntárias e involuntárias, de um estabelecimento prisional para outro. Em situações como essas, os prontuários penal e médico acompanham a pessoa privada de liberdade até o novo local de cumprimento de pena.

Em consequência disso, encontramos 51 prontuários penais de um total de 74 participantes do projeto de remição de pena pela leitura no período investigado. Desses 51 prontuários penais, 08 são de pessoas privadas de liberdade que cumpriram pena na galeria denominada Seguro de Vida, e 43 são de participantes que cumpriram pena na galeria A.

Se considerarmos o número total de aprisionados no Presídio Estadual de Camaquã, em relação aos participantes do projeto, 43 na galeria A e 08 na B, podemos constatar que há uma participação maior nas atividades do projeto dos sujeitos que estão localizados na galeria A. Podemos inferir que tal situação ocorre devido à localização da biblioteca prisional, que está situada no interior desta galeria. Pois, conforme verificamos no documento do projeto de remição de pena pela leitura, a estrutura prisional é um dos impeditivos para o acesso às obras pelas pessoas privadas de liberdade da galeria Seguro de Vida, fator que já no momento de produção do documento gerava preocupação nos idealizadores do projeto.

Para melhor visualização, produzimos as seguintes tabelas que apresentam os dados quantitativos referentes às categorias estabelecidas para conhecer o perfil dos participantes do projeto Carrinho da Leitura. Decidimos utilizar como critério de organização dos dados a localização das pessoas privadas de

liberdade no interior do estabelecimento prisional, galeria A ou Seguro de vida, com o intuito de demonstrar a proporção de participantes por galeria durante o período analisado.

Tabela 1 - Faixa etária dos participantes do projeto.

Galeria A				
Idade	21 a 31 anos	32 a 41 anos	42 a 61 anos	mais de 61 anos
Qtd. de participantes	7	15	21	0

Galeria B (Seguro de Vida)				
Idade	21 a 31 anos	32 a 41 anos	42 a 61 anos	mais de 61 anos
Qtd. De participantes	1	6	1	0

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Para facilitar a compilação dos dados relacionados à faixa etária dos participantes, estabelecemos 4 categorias: de 21 a 31 anos, de 32 a 41 anos, de 42 a 61 anos e mais de 61 anos (Tabela 1). Assim, percebemos que a maioria dos participantes do projeto de remição de pena no Presídio Estadual de Camaquã, entre os anos de 2017 e 2023, possuíam entre 32 a 61 anos.

Tabela 2 - Cor da pele dos participantes do projeto.

Galeria A					
Cor de pele	Branco	Pardo	Preto	Amarelo	Indígena
Qtd.	26	13	4		

Galeria B					
Cor de pele	Branco	Pardo	Preto	Amarelo	Indígena
Qtd.	3	3	2	0	0

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Em relação à cor da pele (Tabela 2), recorreremos às categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para análise, que também são utilizadas nos relatórios prisionais. Assim, verificamos que na galeria A, 26

participantes se autodeclararam brancos, 13 pardos e apenas 4 pretos. Na galeria Seguro de Vida, 03 participantes se autodeclararam brancos, 03 pardos e 02 pretos. Tanto na galeria A como na B nenhum participante se autodeclarou amarelo ou indígena, nesse sentido cabe salientar que o município de Camaquã fica próximo a reservas indígenas como, por exemplo, aldeia Tekoá Yvy'ã Poty, localizada no Sítio Água Grande, inserida no município. Além disso, próxima à região está a Terra Indígena Pacheca, que abriga outra comunidade indígena. Desse modo, a maior recorrência de participantes no projeto é de homens brancos e pardos.

Tabela 3 – Escolaridade dos participantes do projeto.

Galeria A						
Escolaridade	Fundamental Completo	Fundamental Incompleto	Ens. Médio Completo	Ens. Médio Incompleto	Ens. Superior Completo	Ens. Superior Incompleto
Qtd.	5	27	5	3	0	3
Galeria B (Seguro de Vida)						
Escolaridade	Fundamental Completo	Fundamental Incompleto	Ens. Médio Completo	Ens. Médio Incompleto	Ens. Superior Completo	Ens. Superior Incompleto
Qtd.	1	6	1	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

No tocante ao grau de escolaridade, os dados demonstram que a maioria dos participantes do projeto possuem o ensino fundamental incompleto, que 05 concluíram o ensino médio e que 03 ingressaram no ensino superior, mas não chegaram a concluir os estudos (Tabela 3). Conforme citado anteriormente, o baixo nível de escolaridade das pessoas privadas de liberdade interfere no desenvolvimento de práticas educativas no interior dos estabelecimentos prisionais. Ao analisarmos as obras retiradas para a leitura por meio das fichas de retirada e entrega, percebemos o interesse dos participantes por obras de literatura infantil, acreditamos que isso ocorre devido à pouca habilidade que os participantes possuem para ler e escrever. Durante as observações percebemos que a professora Cleusa Maria Rodrigues costumava sugerir obras para leitura aos participantes do projeto adequando-as ao nível de escolaridade destes. Nesses momentos, portanto,

a competência leitora dos participantes era considerada pela docente (Conforme diário de campo, 2024).

Considerando os dados obtidos com relação à crença religiosa, verificamos que a religião católica possui o maior número de adeptos. Em um segundo momento, notamos que a religião evangélica apresenta o maior número de seguidores. Com relação a religiões de matriz africana, 10 participantes declararam ao ingressar no sistema prisional ser seguidores da Umbanda (Tabela 4). Neste contexto, o envolvimento das pessoas privadas de liberdade com o sagrado também é possível perceber por meio das obras escolhidas para a leitura, muitas dela de cunho religioso.

Tabela 4 - Crença Religiosa dos participantes do projeto.

Galeria A					
Crença religiosa	Católica	Evangélica	Espírita	Umbanda	Candomblé
Qtd.	17	12	05	07	02
Galeria B (Seguro de Vida)					
Crença religiosa	Católica	Evangélica	Espírita	Umbanda	Candomblé
Qtd.	03	02	0	03	0

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

As tabelas 5 e 6 estão relacionadas, pois, nas categorias estado civil e número de filhos tínhamos como intenção perceber a existência de vínculo entre o sujeito privado de liberdade e familiares. A tabela apresenta dados pertinentes, a maioria dos participantes se autodeclarou solteiro, tendo de 1 a 2 filhos. A manutenção dos vínculos familiares é de extrema importância durante o cumprimento de pena, e interfere na forma com que o sujeito vivencia o encarceramento, sendo fundamental para o retorno ao convívio social.

Tabela 5 - Estado Civil dos participantes do projeto.

Galeria A				
Estado Civil	Solteiro	Casado	Divorciado	Amigado
Qtd	21	14	2	6

Galeria B (Seguro de Vida)				
Estado Civil	Solteiro	Casado	Divorciado	Amigado
Qtd	6	2	0	0

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Tabela 6 - Número de filhos dos participantes do projeto.

Galeria A				
Número de filhos	1 a 2	3 a 4	mais de 5	não possui filhos
Qtd.	24	10	3	6

Galeria B (Seguro de Vida)				
Número de filhos	1 a 2	3 a 4	mais de 5	não possui filhos
Qtd.	5	2		1

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Acerca da zona de domicílio, antes de ingressar no estabelecimento prisional constatamos que 35 participantes são provenientes do meio urbano e 16 são do meio rural (Tabela 7). A relação cotidiana com o contexto urbano pode ser um indício de maior proximidade com a cultura escrita, como têm apontado as pesquisas de Galvão (2001, 2007) que consideram os diferentes usos sociais da leitura e da escrita no universo urbano, sendo este o espaço que desenvolve maior letramento, independentemente do nível de escolarização dos indivíduos. Contudo, isso não deve significar a ausência de leitores no meio rural, como bem indicam os estudos de Manke (2012) e Thies (2013) sobre a relação que indivíduos estabelecem com a leitura e a escrita nesse contexto.

Tabela 7 - Zona de residência antes de ingressar no sistema prisional.

Galeria A		
Local de residência	Meio Urbano	Meio Rural
Qtd.	32	11

Galeria B (Seguro de Vida)		
Local de residência	Meio Urbano	Meio Rural
Qtd.	3	5

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

No que se refere à situação carcerária das pessoas privadas de liberdade buscamos analisar se somente indivíduos com condenação definitiva participavam do projeto de remição de pena pela leitura. Os dados obtidos atestam que 13 participantes, ainda em prisão provisória, já buscavam a remição da pena pela leitura, ou mesmo, buscavam nos livros uma maneira de ampliar as condições de existência durante o período do cárcere.

Tabela 8 - Situação carcerária dos participantes do projeto.

Galeria A		
Situação Carcerária	Preso com condenação	Preso com pena provisória
Qtd.	31	12
Galeria B (Seguro de Vida)		
Situação Carcerária	Preso com condenação	Preso com pena provisória
Qtd.	7	1

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Tabela 9 - Tempo de pena/condenação dos participantes do projeto.

Galeria A				
Tempo de pena	Menos de 10 anos	Entre 10 e 20 anos	Entre 21 e 30 anos	Mais de 30 anos
Qtd.	7	6	10	20
Galeria B (Seguro de Vida)				
Tempo de pena	Menos de 10 anos	Entre 10 e 20 anos	Entre 21 e 30 anos	Mais de 30 anos
Qtd.	3	2	2	1

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Com relação ao tempo de condenação pelos crimes praticados, tivemos o intuito de relacionar o tempo de pena com a aderência dos participantes ao projeto (Tabela 9). Para esse fim utilizamos as seguintes categorias: menos de 10 anos, entre 10 anos e 20 anos, entre 21 e 30 anos, e mais de 30 anos. Os dados

demonstram que na galeria A, a maioria dos participantes possuem condenação que ultrapassa mais de 21 anos, este pode ser um fator que influencia na tomada de decisão para participação nas atividades do projeto de remição de pena por meio da leitura. Já na galeria B (Seguro de Vida) apenas uma pessoa privada de liberdade que participa do projeto possui condenação superior a 30 anos; neste caso, a adesão ou não ao projeto parece não ter nenhuma relação com o tempo de pena. No caso dos participantes da galeria Seguro de Vida, compreendemos que o uso da leitura não é só para fins de remição de pena, o livro torna-se companheiro das pessoas privadas de liberdade nos momentos de solidão e a leitura uma companhia para salvar a alma, assim como Darnton (1992) identificou no contexto europeu em seus estudos.

No que diz respeito aos crimes praticados que originaram a condenação à pena privativa de liberdade dos leitores, ao explorar os prontuários penais chegamos na relação exposta na Tabela 10. Os artigos referentes à conduta considerada crime foram divididos conforme a localização dos leitores no interior do estabelecimento prisional, ou seja, por galeria.

Tabela 10 - Relação de crimes praticados pelos leitores aprisionados.

Crimes	Galeria A	Galeria B (Seguro de Vida)
Artigo 121 (Tentativa de Homicídio)	16	-
Artigo 33 (Tráfico de Drogas)	15	2
Artigo 155 (Furto)	1	-
Artigo 157 (Roubo)	13	03
Artigo 35 (Associação Criminosa)	03	-
Artigo 159 (Extorsão mediante sequestro)	01	-
Artigo 14 (Porte de Arma de Fogo)	01	-
Artigo 216 A (Assédio Sexual)	-	02
Artigo 180 (Receptação produto por meio do crime)	02	-
Artigo 121/2 (Feminicídio)	-	01

Fonte: Tabela produzida pela autora, 2024.

Cruzando os dados encontrados nas fichas de retiradas e prontuários penais traçamos um perfil aproximado do leitor participante do projeto Carrinho da Leitura. Em síntese, podemos dizer que a maioria dos leitores aprisionados no Presídio

Estadual de Camaquã são homens provenientes da zona urbana, que se autodeclaram brancos e têm, em média, de 31 a 42 anos. Com relação ao nível de escolaridade, no momento da coleta de dados um significativo número de participantes possuía apenas o ensino fundamental incompleto. São homens solteiros que possuem de 01 a 02 filhos, apresentam como preferência religiosa especialmente o catolicismo e possuem uma condenação superior a 5 anos de prisão em função dos crimes cometidos.

Assim, por meio dos prontuários penais podemos conhecer o perfil de “quem” lê em privação de liberdade no Presídio Estadual de Camaquã. No próximo tópico procuramos demonstrar a apropriação das obras selecionadas para a leitura pelos participantes a partir das escritas prisionais dadas a ver nos relatórios de leitura do projeto Carrinho da Leitura.

4.2 O condicionamento prisional para a escrita marginal

Nesta etapa da pesquisa, nosso objetivo foi verificar a apropriação do conteúdo das obras recorrendo às escritas registradas nos relatórios de leitura, considerando também se, em algum momento, as experiências de vida e as singularidades desses sujeitos privados de liberdade se refletiam nessa prática.

Para isso, tomamos como fonte os relatórios de leitura anexados em meio aos 51 prontuários penais que utilizamos anteriormente para traçar o perfil dos participantes do projeto de remição da pena pela leitura. Entretanto, nem todos os relatórios de leitura produzidos pelos participantes do projeto foram anexados aos prontuários penais ou armazenados em outro local no Presídio Estadual de Camaquã, este foi um fator dificultador nesta etapa da pesquisa. Assim, constituímos um corpus de 47 relatórios de leitura, produzidos por diversos leitores participantes do projeto. Realizamos uma leitura prévia e agrupamos esses relatórios por temáticas conforme as obras lidas, sendo elas: obras de literatura infantil, obras de literatura com temas diversos e obras de cunho religioso e de autoajuda. Para fins de análise das apropriações leitoras, selecionamos os relatórios de leitura que mais contribuíram para esta etapa da pesquisa.

Antes de tratar do conteúdo dos relatórios de leitura, é preciso contextualizar tal fonte. O relatório de leitura é produzido pelos leitores aprisionados conforme o modelo solicitado pela Superintendência dos Serviços Penitenciários. Nesse

documento oficial, o leitor deve relatar o que compreendeu da obra lida, ou seja, expressar a sua apropriação da leitura, seja por meio da escrita e/ou desenhos. Após essa prática, o documento passa por uma avaliação da comissão técnica, por profissionais das áreas de serviço social, psicologia e professoras do estabelecimento prisional. Concluída essa etapa, é encaminhado para a Vara de Execuções Criminais da região. É nesta etapa que a remição da pena é validada e, conseqüentemente, descontado do tempo de condenação.

No que se refere à estrutura do relatório de leitura, o mesmo é composto, na parte da frente, por um cabeçalho de identificação da instituição, o local onde deve constar o nome do leitor, da obra lida e do autor, que deve ser preenchido pelo leitor. Para a confecção do relatório sobre a obra são disponibilizadas 30 linhas (Figura 11).

No verso (Figura 12), o relatório é composto por campos a serem preenchidos pela comissão de avaliação, o primeiro deles referindo-se ao nível de alfabetização do leitor. Com relação à prática da escrita, esta é avaliada a partir dos seguintes critérios: estética do texto, limitação do tema, fidedignidade, interpretação, capacidade de síntese, análise crítica e ortografia. Com relação ao parecer da comissão, existem três opções para assinalar, sendo elas: aprovado, reprovado e refazer. Para finalizar esta avaliação, a seguinte frase é escrita “atingiu os objetivos propostos”, seguido da assinatura dos avaliadores.

Como podemos visualizar, o documento apresenta uma estrutura fixa, com número de linhas pré-estabelecido para a prática da escrita.

Figura 11 - Relatório de leitura (frente).

[illegible]

Fonte: Presídio Estadual de Camaquã, 2023.

Figura 12 – Relatório de leitura (verso).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E SISTEMA PENAL E SOCIOEDUCATIVO
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS
5ª DELEGACIA PENITENCIÁRIA REGIONAL - PELOTAS/RS
PRESÍDIO ESTADUAL DE CAMAQUÃ
SETOR TÉCNICO



Informações Institucionais					
Nome do Estabelecimento Prisional:		Presídio Estadual de Camaquã			
Município/Estado:		Camaquã-RS			
Diretor(a) responsável:		Luiz Alberto S. Tavares			
Comarca/Vara de execução:		Camaquã-RS / VEC REG. PELOTAS-RS			
Informações sobre a leitura					
Nome do Leitor:					
Nome do Livro:					
Data do empréstimo:		Data da devolução:		Data da Validação:	
Informações sobre a validação					
O relatório atende ao critério de estética textual (legibilidade e organização do relatório)?		SIM		NÃO	
O relatório atende ao critério de fidedignidade (autoria)?		SIM		NÃO	
O relatório atende ao critério de clareza (tema e assunto do livro lido)?		SIM		NÃO	
O relatório habilita o/a leitor à remição de pena pela Leitura?		SIM		NÃO	
Justifique abaixo os itens analisados como NÃO:					
Nome do/a responsável pela análise do relatório:				Data:	

Fonte: Presídio Estadual de Camaquã, 2023.

Torna-se necessário destacar que a escrita presente nesta fonte não é uma escrita livre, pois, para ser validada passa por uma comissão de avaliação devendo estar adequada às regras institucionais. Sendo assim, é uma escrita condicionada a controles e imposições, que tem por princípio atender à expectativa dos destinatários.

Em um primeiro contato com os relatórios para posterior análise, observamos que poucos leitores ultrapassam o número de linhas disponíveis, ou seja, a grande maioria adequa sua escrita ao espaço fornecido. Além disso, não encontramos relatórios em duplicidade sobre a mesma obra e leitor, rascunhos ou relatórios inacabados não são enviados para análise e consequente aprovação da comissão. Deste modo, a cada obra lida um único relatório de leitura é enviado para avaliação.

Ao considerarmos a materialidade e o conteúdo dos textos escritos, destacamos a variedade e a riqueza que essas fontes expõem. Por vezes, apresentam além de elementos da obra lida, pensamentos e relatos de experiências pessoais. Neste cenário, percebemos ser preciso olhar atentamente para o conteúdo dessas produções e para suas peculiaridades. Em alguns casos, o relatório de leitura produzido pelo participante do projeto não tem relação direta com a obra lida, como demonstraremos a seguir, alguns escritos apresentam solicitações dos leitores para demandas pessoais e coletivas. Além disso, através desta fonte é possível observar a competência gráfica dos leitores. Assim, decidimos empregar o termo “escritas marginais” ao tratar dessas escritas, conforme Antonio Castillo Gómez (2020) define:

Quando levado ao terreno da escrita, esta se ressentir das ditas disfunções. O emprego do termo “popular” tem plena validade quando se trata de designar as atividades de cultura escrita protagonizadas pelas classes subalternas. Não obstante, também é frequente referir-se a elas com a expressão mais genérica de “escritas das pessoas comuns”, ou, inclusive, “escritas marginais”, considerando que esta marginalidade se deriva por vários motivos: 1) a necessidade de dar espaço à voz e ao depoimento de muitas pessoas que, com frequência, se situam nos umbrais da sociedade; 2) as peculiaridades de uma competência gráfica que costuma mover-se entre o oral e o escrito; e 3) a vocação de ponto de confluência de distintos enfoques disciplinares e metodológicos (Gómez, 2020, pp. 82-83).

Nessa perspectiva, concordamos com o entendimento de que os participantes do projeto de remição pela leitura compartilham uma subalternidade social, pois se encontram às margens da sociedade. Ademais, acreditamos que as práticas da leitura e da escrita são condicionadas pela posição social que o leitor ocupa e o lugar em que está inserido.

4.3 A escrita subalterna: as apropriações das obras por meio dos relatórios de leituras

O que realmente se sabe sobre a trajetória da leitura e dos leitores nas prisões? Qual a motivação que incide sobre as práticas de leitura para as pessoas privadas de liberdade? Com relação à escrita de pessoas encarceradas, Castillo Gómez, no livro “Grafias no cotidiano: escrita e sociedade na história (séculos XVI a XX)”³⁵, investiga a difusão social da escrita, suas diferentes práticas e os objetos escritos desde o final do século XV até a época contemporânea.

No capítulo intitulado “Letras Aprisionadas”, utiliza como objeto de análise as escritas de presos da inquisição, entre os séculos XVI e XVII. Após se debruçar sobre as fontes manuscritas, demonstrou que a prática da escrita era utilizada como estratégia pelos indivíduos encarcerados para se defender das acusações e, também, para transgredir o isolamento, uma vez que permitia a comunicação com o mundo exterior e auxiliava no alívio da distância sentida pelos presos e pelos familiares. Segundo o autor, a escrita era uma forma de resistência.

Assim, a leitura envolve diferentes motivações e resulta em significações variadas. Roger Chartier aponta que a história dos livros e da leitura precisa focar atentamente na tensão entre o poder do livro sobre o leitor, a liberdade e a inventividade deste último na produção de sentidos no contato com os textos (Chartier, 1990, p. 121). Isso pressupõe perceber os modos de ler e o processo pelo qual os leitores dão sentidos aos textos dos quais se apropriam.

Nas palavras de E.C.S.³⁶, um dos autores-leitores aprisionado que teve um de seus escritos publicado no livro “Vozes de um Tempo”,

a prática da leitura é uma das atividades que mais proporciona oportunidades ao indivíduo, pois é através dela que aprendemos a interagir com o mundo que nos cerca e também oportuniza uma distração única, uma forma de sair da realidade em que estamos e vivenciar a história contada nos livros, entrar no mundo imaginário onde os personagens vivem situações inusitadas. Também adquirimos conhecimento, cultura e experiências únicas descritas num livro, o que nos faz cada vez mais tomar gosto pelo hábito de ler. Sendo assim, a leitura é uma janela aberta para novas oportunidades, num cotidiano tão restrito onde atualmente nos encontramos. O hábito de ler passa a ser uma ponte com o mundo (Ericksson *et al.*, 2022, p.176).

³⁵ Sobre escritas subalternas ver: CASTILLO, G. Antônio. **Grafias no cotidiano: escrita e sociedade na história (séculos XVI a XX)**. Rio de Janeiro: Eduerj; Niterói: Eduff, 2021.

³⁶ Utilizamos esse relato, extraído do livro *Vozes de um Tempo*, volume 3, com a intenção de enfatizar os sentidos da leitura para os sujeitos aprisionados. Esta prática constitui um elo entre a prisão e o mundo fora dela.

Através da textualidade do relato acima, evidenciamos que as práticas de leitura não se resumem a operações “abstratas de inteligência”, pois compreendem as “significações plurais” e “móveis”, relacionadas aos hábitos culturais de um determinado tempo e espaço. Logo, a leitura envolve vários elementos que precedem o ato de ler, processos que remetem à constituição material dos objetos de leitura e de sua especificidade: o “uso do corpo”, a “inscrição em um espaço”, a “relação consigo e com o outro”, conforme Chartier (2002a, p.70). Dessa forma, as análises no campo da história das práticas de leitura devem considerar os protocolos de leitura, as competências dos leitores e, principalmente, as apropriações e os desvios que ocorrem nessa prática.

Sob este olhar, os pressupostos da História da Leitura nos permitem compreender que existe uma distância entre o sentido atribuído pelo autor e a apropriação do texto por seus leitores. Ou seja, o mesmo material escrito, encenado ou lido não tem o mesmo significado para as diferentes pessoas que dele se apropriam. Para Chartier, a história das práticas de leitura compreende, de um lado, estudos sobre as estratégias usadas pelos autores e pelos editores para impor uma leitura única, forçada do texto; e, de outro, estudos voltados para a diversidade de leituras sobre um mesmo texto (Chartier, 1990, p.123).

Todo texto é produto de uma leitura, sendo assim, a construção do livro como um todo só pode existir com as interpretações dos leitores, pois a leitura é uma prática que envolve gestos, espaços e hábitos, que carrega interpretações, mediações e apropriações que fazem com que seja necessária uma história dessas formas de leitura (Santos, 2011, p. 83). Ou seja, uma obra possibilita inúmeras formas de interpretação que irão depender da materialidade em que é lida, de sua temporalidade, do contexto e da comunidade em que circula.

Tendo em vista que sempre haverá diferença entre o público que o escrito pretende atingir e aqueles que realmente atinge, neste estudo o conceito de apropriação servirá de base para analisar os sentidos da leitura para pessoas privadas de liberdade, considerando as obras disponibilizadas pelo projeto de remição de pena.

Ao considerar o processo sócio-histórico dos leitores, Chartier (1990) define o termo *apropriação* do seguinte modo: “A apropriação, tal como a entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas

determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (Chartier, 1988, p. 26).

Ainda, para o autor a apropriação que resulta da leitura de um texto, ou seja, a interpretação e os sentidos produzidos pelo leitor, pode ser múltipla e variável. Desta forma, Chartier enfatiza que: “devemos ver que cada apropriação tem seus recursos e suas práticas, e que uns e outras dependem da identidade sócio-histórica de cada comunidade e de cada leitor” (2001a, p.116).

Logo, a leitura é uma atitude “intelectual” que permite a “reapropriação”, o “desvio”, a “desconfiança” ou a “resistência”, nas palavras do historiador Roger Chartier (1990, p. 59 - 60). Durante o processo da leitura, o leitor consegue construir uma pluralidade de significações que não necessariamente correspondem às intenções e às ideias do autor, isso porque o leitor, literalmente, cria e recria interpretações.

Manguel (1997) e Chartier (1990) destacam a multiplicidade de práticas de leituras produzidas a partir de sujeitos-leitores variados, inseridos em contextos diferentes. Dessa forma, analisar as práticas de leitura e de escrita no contexto prisional permite trazer elementos para conhecer os sujeitos-leitores aprisionados e o real interesse dado à leitura durante o período de cárcere. Para isto, cabe alguns apontamentos sobre o processo que envolve o ato da leitura.

Conforme Menegassi (2010), a leitura possui diferentes etapas, sendo elas: a decodificação (etapa essencial para que a leitura ocorra, pois refere-se a identificação do código escrito); a compreensão (etapa na qual o leitor aciona seus conhecimentos prévios e reconhece as informações que o texto apresenta; é neste momento que as memórias do leitor auxiliam na construção de um sentido para o texto lido); a interpretação (caracterizada pela atividade crítica do leitor, etapa em que este analisa o texto lido, reflete e realiza interpretações distintas sobre o que lê); e a retenção (etapa que contribui para a constituição do conhecimento prévio do leitor, na qual este armazena em sua memória as informações consideradas mais importantes sobre o texto lido).

Aliados a estas questões e apoiados nos questionamentos norteadores da pesquisa, selecionamos os relatórios de leitura como fonte principal para perceber a apropriação das obras lidas. Nesta fase a metodologia consistiu em realizar uma análise textual, ou seja, uma leitura interpretativa. Desse modo, buscamos captar a

relação existente entre as experiências vividas e as temáticas da obra lida, observando a produção de sentido, expressa ou não por meio da escrita.

Isto posto, classificamos os relatórios de leitura conforme as características da escrita dos leitores, que assinalavam diferenças nos modos de apropriação das leituras. Nessa perspectiva, as definições de Possenti (2014), disponibilizadas no glossário Ceale³⁷, no verbete Interpretação de Leitura, contribuem para nossa análise em virtude de apontar que a leitura possui pelo menos dois movimentos, um mais literal e outro mais interpretativo.

Considerando que a apropriação se efetua em diferentes níveis, podendo exigir esforço interpretativo ou não dos sujeitos, agrupamos os relatórios de leitura em duas categorias. A primeira refere-se à prática da leitura literal, em que o leitor capta as informações do documento de maneira mais explícita, ou seja, narra e descreve fielmente os conteúdos dos livros, sem se desviar do tema lido. A segunda ocupa-se da leitura interpretativa, na qual o leitor elabora uma análise mais ampla do texto, escrevendo sobre aspectos subjetivos do conteúdo do livro lido, sob influência de suas experiências pessoais aliadas a seus conhecimentos prévios. Assim, nas próximas páginas buscamos dar visibilidade às leituras plurais com o intuito de compreender os efeitos de sentido presentes nas escritas³⁸ dos leitores privados de liberdade inseridos no Presídio Estadual de Camaquã.

4.3.1 Apropriações leitoras literais

A leitura literal, conhecida popularmente como leitura “ao pé da letra”, está presente em nosso cotidiano e é constituída por uma compreensão imediata do que é lido. A partir dela o leitor busca captar informações explícitas do texto, sem interpretar ou fazer inferências sobre o conteúdo lido. Ao analisar as escritas presentes nos relatórios de leitura, percebemos que alguns leitores utilizam este tipo de leitura para construir a escrita dos relatórios.

Um desses leitores foi identificado como o mais assíduo do projeto Carrinho da Leitura. Com relação ao seu nível de escolaridade, esse leitor possuía o ensino

³⁷ O Glossário Ceale - Termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores constitui um importante suporte técnico para pessoas interessadas em termos técnicos relacionados à alfabetização.

³⁸ As transcrições das frases presentes nos relatórios de leitura seguem a grafia e estrutura original utilizada pelos leitores, estas se farão presentes no decorrer das próximas páginas com o intuito de destacar a apropriação leitora.

fundamental incompleto quando ingressou no sistema prisional no ano de 2019, e encontrava-se na galeria A durante o período em que participou do projeto de leitura. Essas informações nos auxiliam a compreender o gosto por obras de literatura infantil, pois esta preferência pode estar vinculada às competências e habilidades que esse leitor possui para a prática da leitura. Já o fato de cumprir pena na galeria A pode ter favorecido o acesso às obras do acervo.

Por meio de uma análise quantitativa verificamos que o referido leitor retirou para a leitura, entre os anos de 2017 e 2023, um total de 28 obras do acervo disponibilizado, para fins de remição de pena. Destas obras, 22 eram de literatura infantil, 02 continham poemas e apenas 04 abordavam temáticas vinculadas à religiosidade ou autoajuda.

Ao analisar a escrita presente nos seus relatórios de leitura, percebemos a presença do hábito de escrever narrando trechos das obras lidas, sem relacionar com conhecimentos prévios, experiências pessoais ou desenvolver uma mais análise crítica do texto lido. Desse modo, retratava somente o conteúdo literal das obras, como podemos perceber no excerto abaixo referente à obra da autora Lydia Mombelli da Fonseca, intitulada “Gato Mimoso”, a qual faz parte da coleção “Já Sei Ler”, que apresenta obras de literatura infantil (Figura 13).

Também na obra “Passarinho Rafa”, de autoria de Regina Drummond, que aborda a história de um passarinho o qual queria saber o que havia além da gaiola, percebemos esta marca na escrita. Apesar do leitor estar inserido em um contexto de privação de liberdade, ele não relaciona suas experiências de vida com a obra por meio da escrita e restringe-se ao relato do conteúdo da história, como se observa na Figura 14.

Figura 13: Relatório de leitura sobre a obra “Gato Mimoso”.

Essa História fala de um gato Mimoso que vivia na casa da vovó.

De manhã ele sentava na janela do quarto.

De tarde ele deitava no tapete da sala.

De noite ele pulava para o colo da vovó.

Mimoso ficava todo bobo roncava e virava cambalhotas, e brincava com seus mouseiros de lã muito feliz.

mas a noite de lua cheia Mimoso escapava de fininho pela janela e subia no telhado e miava miauu - miauu mas a lua só ria.

Mas Mimoso só dormia dia todo e miava apareceu um Rato no seu mouseiros de lã e ele disse Mimoso você tem que caçar Ratos o Rato roeu meu queijo e meus tricô!

Assim cada dia aparecia mais Ratos na casa da vovó. a neta da vovó desmaiava de susto lá estava o ratinho Mimoso vindo correndo e pegava os ratos mas um dia fizeram a festa na cozinha comião tudo fizeram a comilança comiam queijo, banana, Era até Ratão comendo Salada e Parmesão.

Mimoso e sua turma só aumentaram a marquinha na cozinha da vovó mas assim a rataiada foi em breve proporção na casa da vovó não podião ir na cozinha Mimoso cuidava a casa da vovó feliz e a maior tranquilidade ele vivia com a vovó.

Fonte: Presídio Estadual de Camaquã, 2023.

Figura 14 : Relatório de leitura sobre a obra "O passarinho Rafa".

Certo dia Juliana e Lillian ganharam um amiguinho um passarinho que se chamava Rafa. As meninas compraram uma gaiola pra ele. Rafa cantava feliz Piu-Piu quando Rafa cresceu comeram a encinar ele a voar baixinho no patio mas não ia além da quele muro do patio onde vivia.

Na manhã cedo Rafa cantava para acordar Juliana e Lillian e elas corriam para alimentá-lo com alpisti e ele gostava muito quando o dia estava lindo levaram ele para o patio com elas ele brincava e cantava todo dia.

Certo dia ele queria saber o que teria? além dos muros um céu azul queria conhecer coisas novas ter uma vida de canário. Certo momento passou um pardal e ele perguntou: ei amigo é bom voar? e ele riu e disse nunca voei tão alto mas nuncais mas minhas amigas deceram e falaram e meito perigoso.

Rafa tentou voar e se deu mal quebrou uma das asas e ficou triste mas ele aprendeu. e se explicou criou coragem e sua asa melhorou e ele voou livre e feliz e foi viver sua vida nas florestas livre com outros passaros.

Fonte: Presídio Estadual de Camaquã, 2023.

Apesar de apresentar alguns erros ortográficos, a escrita deste leitor é clara, as produções textuais caracterizadas pela narração apresentam uma boa estrutura, seguindo uma sequência de acontecimentos e personagens.

Com intenção de compreender mais sobre esta preferência por obras de literatura infantil recorremos ao prontuário penal, no qual constatamos que o leitor em questão residia na zona rural de Camaquã, possuía um filho e durante o período de encarceramento concluiu o ensino fundamental na modalidade de Ensino para Jovens e Adultos. Destacamos que as obras de literatura infantil retiradas para a leitura apresentam ilustrações e pequenos trechos da história, o que torna a leitura mais leve e auxilia o leitor a compreender o conteúdo, podendo ser estas características físicas da obra que influenciaram a escolha deste gênero pelo leitor.

Seguindo as análises, o relatório de leitura sobre a obra “Viva Esperança”, de Valdomiro Santiago, considerado líder da Igreja Mundial do Poder de Deus, contém mensagens de fé e palavras de esperança. Por meio da escrita, encontramos mais marcas de um leitor enfático, que realizou uma leitura literal da obra lida, apropriando-se do texto e a reproduzindo partes no relatório de leitura. Acreditamos que a transcrição da obra, tal como se apresenta, foi utilizada para evidenciar seu descontentamento em relação à sociedade em que está inserido. Para isso, o leitor afirma: “O livro me ensinou que a sociedade humana é hipócrita, porque julga e condena as pessoas”. Assim, as palavras do autor da obra sustentam sua argumentação.

É possível identificar a percepção do leitor, ainda que motivada pelo conteúdo do texto, pois efeitos de sentido são produzidos, como podemos observar na frase “mas todos nós somos pecadores, todos nós precisamos do perdão do nosso senhor”, na qual o leitor coloca seus desejos.

Outro relatório analisado toma como referência a obra “Para que servem os poetas”, escrita pela brasileira Márcia Kupstas, e narra um romance entre dois jovens, Lucas e Mariana. As ilustrações da obra foram realizadas por Alvelino Guedes, o qual o leitor citou como autor da obra. Esse relatório também apresenta indícios de uma leitura literal, na qual o leitor demonstra ter compreendido elementos básicos do conteúdo da obra lida, conforme identificamos na frase: “Este livro conta uma história de um rapaz que gosta de poemas”. Ademais, identificamos a presença de uma escrita truncada, como, por exemplo, na frase: “O rapaz com o nome de lucas gostava tambem de ler poemas romanticos tambem gostava de escrever, fazer criar poemas falando sobre criar poemas falando sobre amor, (roamantico)”. Neste caso, percebemos um comprometimento quanto à clareza do texto. Acreditamos que este leitor utilizou suas memórias da experiência de leitura para escrever o relatório,

e, provavelmente, não realizou uma releitura visando corrigir erros de repetição de palavras, como se observa na Figura 15:

Figura 15 - Relatório de leitura sobre a obra "Para que serve os poetas".

Livro:	Para que serve os poetas	Autor:	Antônio Guedes
Este livro conta uma história de um rapaz que gostava de poemas. O rapaz com o nome de Lucas, gostava também de ler poemas românticos também gostava escrever, fazer criar poemas falando sobre criar poemas falando sobre amor, (romântico). Lucas um rapaz de 15 anos de idade cresceram com seu pai, O rapaz Lucas teve que despedir de sua mãe seus irmãos e sua namorada a que era a pairomado, Lucas precisou, sair de sua cidade de interior para ir para a cidade grande (São Paulo) porque seu pai precisava de sua ajuda pois estava se recuperando de uma cirurgia no estômago seu pai era alcohólico e se meteu em uma briga pois estava bebendo e discutiu com um homem que estava no bar. Onde José o pai de Lucas trabalhava de empregado. José acabou sendo atingido com um tiro no estômago. José sem condições de trabalhar ficou de repouso As coisas ficaram apertando e sem dinheiro para mandar pro sua família que morava em São Paulo teve de pedir ajuda a seu filho Lucas que tem apenas 15 anos de idade.			

Fonte: Presídio Estadual de Camaquã, 2023.

Como é possível observar, o relatório narra a trajetória do personagem Lucas, apresentando uma sequência de acontecimentos. Embora a caligrafia apresente

legibilidade, o texto possui vários erros de ortografia e um estilo de escrita marcado pela oralidade.

O anseio pela liberdade e retomada da vida fora dos muros da prisão é expresso em muitos relatórios. Entretanto, não é só a busca pela liberdade do corpo físico que se manifesta nos escritos, a liberdade de expressão também foi assunto selecionado para leitura e apareceu em um dos relatórios.

A obra "Liberdade de Expressão", escrita por Carlos Heitor Cony, Herodoto Barbeiro e Artur Xexéo, aborda diferentes opiniões sobre sexo, religião, esportes e política. A leitura dessa obra resultou no relatório apresentado na Figura 16:

Figura 16 - Relatório de leitura sobre a obra "Liberdade de Expressão".

Liberdade...
 ... de expressão não se confunde com liberdade de imprensa. Vai mais além.
 É um direito fundamental humano, uma vez que atende ao princípio do direito de informar e ser informado.
 Garante que todos podem expressar livremente suas ideias, seus sonhos, sem qualquer limitação.
 A liberdade de expressão é um ideal a ser perseguido não apenas por jornalistas, mas por qualquer pessoa que queira divulgar um manifesto, uma reflexão, fazer uma denúncia ou dizer porque está ou não contente com os governantes.
 A liberdade de expressão é um patrimônio social e por isso deve ser protegida por política pública, o que não isenta o cidadão da responsabilidade de zelar por sua existência. Historicamente, tanto a liberdade de imprensa como a de expressão sofreram restrições nos períodos autoritários da sociedade e foram restauradas graças a ação daqueles que entenderam que a existência delas é um caminho para deixar de ser o objeto e passar a ser o sujeito da história.

Fonte: Presídio Estadual de Camaquã, 2023.

Dos direitos e garantias fundamentais à necessidade de um posicionamento crítico social, o leitor demonstra que se apropriou de conceitos importantes presentes no conteúdo da obra; para ele, a liberdade de expressão “é um direito fundamental humano, uma vez que atende ao princípio de direito de informar e ser informado”. Aqui identificamos a leitura enquanto direito social, em que sua prática contribui para a formação de cidadãos críticos e reflete o grupo social que o leitor está inserido. Com relação à narrativa, é possível inferir que o leitor utilizou as lembranças sobre o conteúdo lido para escrever o relatório, assim, conforme lembrava-se da obra lida produzia a escrita, como percebemos na frase: “Historicamente, tanto a liberdade de imprensa como a de expressão sofreram restrições nos períodos autoritários da sociedade...”.

Nos relatórios analisados até aqui o conteúdo literal dos livros foi privilegiado, sem que os leitores chegassem a expressar opiniões ou produzir conclusões a respeito do tema lido, indicando um movimento de leitura ainda inicial, o que resulta em uma apropriação literal do texto. Entretanto, para a escrita parece ter sido necessário fazer recortes, seleções e destacar apenas alguns aspectos do que foi lido, o que indica para a autonomia destes leitores e para uma apropriação singular de leitura.

4.3.2 Apropriações leitoras interpretativas

A leitura interpretativa diferencia-se da leitura literal, pois é considerada uma habilidade complexa na qual o leitor associa seus conhecimentos com informações que o texto fornece, ampliando seu conhecimento prévio. Por meio desta prática, o leitor é capaz de identificar pontos de vista dos autores, extrair informações implícitas do texto, analisar criticamente o conteúdo da obra lida, entre outras coisas. Deste modo, não há leituras iguais, conforme Menegassi e Angelo colocam, já que:

[...] ao ler, sujeito-leitor constrói um “outro texto”, produto de sua história de vida, de seu repertório de experiências, dos seus conhecimentos, sempre a partir da interação com o texto, conseqüentemente, com o autor do texto que sempre apresenta no discurso efetivado no material linguístico (Menegassi; Angelo, 2005, p. 32).

Enquanto produção de sentidos, a leitura tem efeitos diferentes para diferentes leitores. Ao encontro das colocações dos autores, analisamos duas produções escritas por leitores distintos sobre a obra intitulada “O Poder do Macho” com intuito de compreender as diferentes apropriações leitoras. Escrito pela socióloga Heleieth Safioffioti, o livro em questão apresenta a relação existente entre o racismo, o patriarcado e o capitalismo.

Na Figura 17, onde é apresentado um trecho do relatório da obra “o Poder do Macho”, o primeiro leitor preocupa-se em fazer uma síntese sobre os assuntos tratados nela, preconceitos de raça e gênero. Para esse leitor, “a autora nos faz perceber como o próprio ato de escrever sobre discriminação era recebido com preconceito”. Ao finalizar o relatório de leitura, percebemos a produção de sentido que nos permite conhecer a imagem criada sobre a autora; para ele, trata-se de “uma mulher forte, importante figura feminista representando a ciência social, sobre questão de gênero, sobre lutas feministas e violência de gênero”.

Figura 17 - Trecho do relatório da obra “O Poder do Macho” realizado pelo leitor 01.

O livro proporciona uma compreensão mais ampla da sociedade, e quanto é necessário um estudo mais profundo e respeito das injustiças, inicia-se com uma exposição sobre os papéis sociais cedidos as diferentes categorias de sexo. Podemos perceber o quanto o livro afirma que o racismo e o capitalismo estão em conjunto, presente a discriminação contra a mulher e contra o negro, fala sobre pressões de gênero, espaço do homem e da mulher na sociedade e como o poder de masculinidade do homem, de certa forma imobiliza a mulher nas mais diversas sociedades. A autora nos faz perceber como o próprio ato de escrever sobre discriminação era recebido com preconceito, uma mulher forte, importante figura feminista representando a ciência social, sobre questão de gênero, sobre as lutas feministas e violência de gênero.

Fonte: Presídio Estadual de Camaquã, 2023.

Já o segundo leitor inicia o relatório de leitura apontando o público-alvo da obra: “este livro é para todos e qualquer jovem que esteja disposto a conhecer um pouco da discriminação contra as mulheres e contra os negros na sociedade brasileira”. Para ele, a obra auxilia na identificação das formas de discriminação contra negros e mulheres, demonstrando seus sentimentos ao escrever que “lamentavelmente” atitudes discriminatórias ocorrem em diversos locais.

A construção narrativa deste último relatório busca aproximar-se do leitor, pois ao escrever parece conversar com o leitor do texto, conforme percebemos no trecho “ao lerem este livro vocês perceberão que tem algumas letras de músicas populares brasileiras que foram utilizadas como exemplo. que muitos das vezes utilizamos no nosso cotidiano do dia a dia”. Desse modo, chama a atenção do leitor sobre a necessidade de cuidar o conteúdo de algumas músicas que exaltam e perpetuam práticas discriminatórias, como se observa na Figura 18:

Figura 18 - Trecho do relatório da obra “O Poder do Macho” realizado pelo leitor 02.

Este livro é para todos e qualquer jovem que esteja disposto a conhecer um pouco da discriminação contra as mulheres e contra os negros na sociedade Brasileira.

Muitos dos Assuntos aqui abordados não são exclusivamente deste país lamentavelmente apresenta-se com maior e menor intensidade, em todos os partes do mundo. e ao lerem este livro vocês perceberão que tem alguns livros de músicos populares Brasileiros, que são utilizadas como exemplo, que muitos das vezes utilizamos no nosso cotidiano dia a dia.

Um livro bem recomendado para todos os jovens. de mente aberta, que terão uma outra visão mais ampla sobre o nosso país e o que diariamente acontece nele com as discriminações.

Fonte: Presídio Estadual de Camaquã, 2023.

Ao finalizar a escrita, o segundo leitor parabeniza a obra e a caracteriza como um bom livro. São poucos os leitores que ao finalizar o relatório expressam sua opinião sobre o conteúdo lido, destacando os efeitos de sentido da obra e fazendo uso da primeira pessoa do singular, o que confere certa autoridade ao autor do relatório. Pode-se perceber o apontado na frase: “um livro bom recomendo para todos os jovens de mente aberta, que terão uma outra visão mais ampla sobre o nosso país e o que diariamente acontece nele com as discriminação”.

Ao comparar os dois relatórios de leitura, observamos que o primeiro leitor se preocupou em realizar uma síntese da obra demonstrando que absorveu o conteúdo lido, destacando os aspectos abordados no texto. Já o segundo leitor buscou

relacionar o conteúdo com suas vivências, indicando que a leitura da obra tem o potencial de modificar posicionamentos de outros leitores.

Outro aspecto que merece destaque na análise refere-se à leitura de cunho religioso e de autoajuda. No capítulo anterior, demonstramos que ao explorar quantitativamente as fichas de retirada e entrega de livros foi possível perceber que os participantes do projeto possuíam um interesse maior por obras que abarcavam essas temáticas.

As fichas de retirada de um dos leitores mais assíduos nos chamaram a atenção e aguçaram nosso olhar. As anotações referentes às retiradas de obras para leitura deste leitor nos possibilitaram conhecer suas preferências leitoras. Das 16 obras retiradas para leitura, 09 obras continham temáticas de cunho religioso, 07 eram de literatura sobre assuntos diversos, sendo 02 destas de literatura infantil.

Através dos relatórios de leitura, identificamos que esse sujeito aprisionado leu, entre outras, as seguintes obras: “Em Busca da Esperança” (Ellen G. White), “O Poder da Esperança” (Julian Melgosa e Michelson borges), “Bíblia Sagrada” (trechos referentes a primeira carta de Pedro; Jó e sua Família, a história do rei Davi, o evangelho de Matheus), “Presente Diário” (devocional produzido pela Rádio Trans Mundial).

Destacamos na Figura 19 o relatório produzido por este leitor, que se refere à obra “O Poder da Esperança”, de Ellen G. White, classificada como autoajuda, na qual são abordados assuntos relacionados a sofrimentos, doenças e vícios, com a autora apontando estratégias para que os leitores aprendam a lidar com esses problemas.

Figura 19 - Relatório de leitura sobre a obra “O Poder da Esperança”.

LIVRO:	Autor:
O PODER DA ESPERANÇA	JULIANO MELGOSA E MICHELSON BORGES

ESTE LIVRO NOS CONTA HISTÓRIAS DE VÁRIAS PESSOAS.
 NOS MOSTRA O DIA A DIA DE MUITAS PESSOAS.
 E COMO DEVEMOS TER PACIÊNCIA PARA LIDAR
 COM TODOS OS PROBLEMAS E DIFICULDADES, QUE NÓS
 ENFRENTAMOS TODOS OS DIAS.
 ISSO TUDO, NOS CAUSA MUITA ANSIEDADE, ESTRES-
 SE, DEPRESSÃO E TRAUMAS.
 SENTIMENTOS DE CULPA E ACABAMOS ESCRAVOS DOS
 VÍCIOS. ISSO TUDO CRIA UMA ANGSTIA DENTRO DE
 NÓS.
 TEMOS QUE APRENDER A LIDAR COM TUDO, O QUE
 ACONTECE NO NOSSO DIA A DIA.
 O LIVRO NOS MOSTRA ALGUMAS DICAS E EXEMPLOS
 DE PESSOAS QUE JÁ PASSARAM OU CONVIVEM COM
 ESSES PROBLEMAS.
 E NOS MOSTRA, QUE AO LERMOS, A PALAVRA DE DEUS
 SEGUINDO CORRETAMENTE SEUS CAMINHOS, JESUS NOS
 CURA DE TODOS ESSES MALES, QUE NOS ASSOMBRA
 É SÓ TERMOS FÉ E HEREDITARMOS, QUE JESUS
 É O ÚNICO E ETERNO SALVADOR, QUE ASSIM SE-
 REMOS CURADOS DE TODAS ESSAS DOENÇAS E
 PROBLEMAS.
 O LIVRO DIZ: QUE O BOM SERIA QUE NÓS NÃO USÁSE
 MEDICAMENTOS, PORQUE ELES, NOS DÃO UM SENSAÇÃO
 DE ALÍVIO. MAS TAMBÉM PODE NOS CAUSAR DEPEND-
 ÊNCIA.
 E EXPLICA QUE PARA NOS SENTIRMOS MELHOR
 DEVEMOS NOS ALIMENTARMOS BEM, PRATICARMOS
 ESPORTES FAZERMOS EXERCÍCIOS, DIANTE A NATUREZA
 QUE DEUS DEU PARA O SER HUMANO DESFRUTAR.

Fonte: Presídio Estadual de Camaquã, 2023.

Os escritos desse leitor nos permitem visualizar que o conteúdo da obra foi incorporado na escrita e sentidos foram produzidos a partir desta, como se observa na frase: “temos que aprender a lidar com tudo o que acontece no nosso dia a dia”. A apropriação realizada expressa os significados do texto lido, demonstrando a necessidade de ser resiliente frente às adversidades da vida. Ainda, é possível inferir pelo tom da escrita que existe conexão entre os “ensinamentos” do livro e as

convicções do leitor, o que produz uma leitura de convergência, que reforça crenças e valores.

A obra “Vozes de Um Tempo”, volume 5, que apresenta relatos escritos por pessoas aprisionadas no estado do Rio Grande do Sul, distribuída nas casas prisionais no ano de 2022, também foi selecionada para leitura por esse leitor. Apresentamos o relatório de leitura correspondente, na Figura 20, visando compreender como leitores encarcerados se apropriam da produção de pessoas que também viveram ou vivem em situação de privação de liberdade. Para ele, o livro contém escritos nos quais as pessoas demonstram seu arrependimento, o abandono familiar e a espera pela liberdade.

Figura 20 - Relatório sobre a obra Vozes em um Tempo”, volume 5.

Livro:	Autor:
VOZES DE UM TEMPO	RELATOS E VIVENCIAS DE PESSOAS PRIVADAS
VOZES DE UM TEMPO É UM LIVRO QUE NOS CONTA RELATOS DA VIDA DOS PRESOS.	
ELES TIVERAM A OPORTUNIDADE DE RELATAR OS ARREPENDIMENTOS POR ERROS COMETIDOS.	
O AMOR PELA FAMÍLIA OU ALGUÉM MUITO PRÓXIMO.	
TÊM POEMAS E VERSOS ESCRITOS PELOS PRÓPRIOS PRESOS.	
HISTÓRIAS REAIS CONTADAS POR ELAS, FATOS QUE ACONTECERAM EM SUAS VIDAS, E ACABOU DESTRUINDO COM A FAMÍLIA DE MUITOS.	
POR ISSO É QUE TODOS OS QUE ESCREVERAM ESTE LIVRO MOSTRAM ARREPENDIMENTO, ESPRESSADOS EM PALAVRAS.	
SE PUDEREM VOLTAR NO TEMPO, ELAS MUDARIAM TUDO.	
OS PRESOS ESCRIVEM ESTE LIVRO COM PALAVRAS MUITO SINGELAS, QUANDO SE LÊ O LIVRO A PESSOA VÊ MUITA FRANQUEZA.	
É COMO SE O PRESO ESTIVESSE TENTANDO TRANSMITIR UMA MENSAGEM PARA AS PESSOAS QUE ESTÃO EM LIBERDADE. DIZENDO NÃO USE DODAS NÃO ENTRE PARA O MUNDO DO CRIME, ISSO SÓ NOS LEVA A PRISÃO.	
TAMBÉM TEM HISTÓRIAS DE PRESOS ABANDONADOS PELA FAMÍLIA, E AMIGOS.	
MAS TODOS EXPRESÃO OS MESMOS SONHOS. QUANDO TEREM A SUA LIBERDADE DE VOLTAR.	
RECOMEÇAR DE NOVO E TER UMA NOVA VIDA LONGE DE TUDO O QUE OS LEVOU PARA A PRISÃO.	
É MUITA SAUDADE DE TUDO E DE TODOS E MUITO ARREPENDIMENTO.	

De modo geral, as escolhas desse leitor nos permitem inferir que seu interesse em leitura está voltado para temáticas que auxiliem a refletir sobre sua experiência de vida, neste caso, o encarceramento. A apropriação que faz das leituras é ampla, buscando destacar o sentido geral da obra, sem se deter apenas em descrever aspectos pontuais do texto lido. Em determinado momento do relatório, registra: “os presos escrevem este livro com palavras muito sinceras, quando se lê o livro a pessoa vê muita franqueza”, demonstrando ser capaz de produzir significados que expressam a subjetividade dos depoimentos que constituem o livro, ampliando o sentido dos relatos.

Já se encaminhando para o final do relatório, a busca por um recomeço para as pessoas privadas de liberdade é manifestada pelo leitor, como se observa na frase: “Recomeçar de novo e ter uma nova vida longe de tudo o que os levou para a prisão é muita saudade de tudo e de todos e muito arrependimento”.

Esse relatório foi produzido no ano de 2021. Quando ingressou no sistema prisional o leitor em questão possuía somente a 3 série do ensino fundamental. No período de observação tomamos conhecimento de que ele concluiu o ensino fundamental durante o tempo em que esteve no Presídio Estadual de Camaquã, por meio da modalidade de ensino para jovens e adultos (EJA), e o ensino médio após o cumprimento de pena privativa de liberdade, já preparando-se para realizar processos seletivos para ingressar em cursos de nível superior.

Na figura a seguir (Figura 21), apresentamos as apropriações leitoras de outros sujeitos aprisionados que também leram obras de cunho religioso ou autoajuda. Outro relatório que analisamos, produzido por outro leitor participante do projeto, versa sobre a obra “Viva Esperança”, de Valdomiro Santiago, considerado líder da Igreja Mundial do Poder de Deus, que contém mensagens de fé e palavras de esperança.

Por meio da escrita encontramos um leitor enfático, que realizou uma leitura apropriando-se do texto e a reproduzindo partes da obra lida no relatório de leitura. Acreditamos que a transcrição da obra tal como se apresenta foi utilizada para evidenciar seu descontentamento em relação à sociedade em que está inserido. Para isso, o leitor afirma: “O livro me ensinou que a sociedade humana é hipócrita, porque julga e condena as pessoas”. Assim, as palavras do autor da obra sustentam sua argumentação.

Figura 21- Relatório de leitura sobre a obra “Viva Esperança”.

Livro: Viva a esperança Autor: Vilhemiro Santiago

O livro me ensinou que a sociedade humana é hipócrita, porque julga e condena as pessoas, mas todos nós somos pecadores, todos nós precisamos do perdão do nosso senhor.

Como vemos, o senhor Jesus é a razão de tudo. Busque a sua presença agora coloque a sua vida nas mãos dele e mantenha no seu coração ~~o~~ Viva a esperança, lembrando sempre do seguinte: Com a VIVA esperança você onde quer!?

O que nos temer para dar a Jesus para chamar a atenção dele!

Uma coisa? Não! Tudo o que nos tivermos na verdade já é dele mesmo!

O que ele quer é ocupar o primeiro lugar no nosso coração. É assim que nos chamamos a atenção dele. É ele quer nos perdoar e nos abençoar. Devotamos o seu coração na presença dele, e o amor independente de qualquer coisa.

Fonte: Presídio Estadual de Camaquã, 2023.

Contudo, neste relatório é possível identificar a percepção do leitor, ainda que motivada pelo conteúdo do texto, pois efeitos de sentido são produzidos, como podemos observar na frase “mas todos nós somos pecadores, todos nós precisamos do perdão do nosso senhor”, na qual o leitor coloca seus desejos. Assim, por meio da escrita, o leitor demonstra que captou elementos essenciais da obra lida.

Na Figura 22, apresentamos o relatório sobre o livro “O Poder Sobrenatural da Fé”, o líder religioso Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus,

que defende o poder sobrenatural da fé e o uso desta para transpor barreiras impossíveis. Nesse relatório, um dos participantes do projeto que cumpre pena privativa de liberdade na galeria Seguro de Vida manifesta o modo como compreendeu o conteúdo da obra.

Figura 22 - Trecho do relatório sobre a obra "O Poder Sobrenatural da Fé", de Edir Macedo.

Livro:	A PODER SOBRENATURAL	Autor:	BISPO MACEDO
DA FÉ. AMIGOS quando FALAMOS. sobre O PODER DA FÉ. VOCE. TA. RECEBENDO ALGO. que NÃO VE MAS SENTE. por EXEMPLO. O VENTO NÃO VE MAIS SENTE. igual A PALAVRA que CORTA DE MALHUA e NÃO SAI sangue que FERE MAS NÃO REPRESENTA. ENTÃO QUANTAS VEZES VOCE. FEREU e NÃO SE IMPORTA PAI'S MAMÃS cuida o que VOCE FALA para SEUS. FILHOS e FILHAS. para NÃO MATAR porque. uma PALAVRA tem MUITO poder e tem a PALAVRA que PODI SALVAR TAMBEM. dependendo como ELA e EXPRESSADA. nesse momento VOCE. CHINGO. se ENRAIVA e TAMBEM EXERCE A SUA FÉ. aí ENTÃO ENTRA. o TITULO DO LIVRO. O PODER. sobre NATURAL. DA FÉ PORTANTO ANTES. de VOCE. FALAR para RESPIRE e PENSE. o que RESPONDER para VOCÊ FERIR uma pessoa. o ENTÃO MATAR DE VEZ. a quem VOCE. TANTA A ANA de VERDADE. OBSERVE. se ESTA ENTEDIADA. Leia um LIVRO com um RESUMO. obrigado			
AUTOR do RESUMO e poder sobrenatural DA FÉ. CRIADA. por A. C2 Seguro			
Obrigado			

AUTOR DO LIVRO. BISPO MACEDO
 O PODER SOBRENATURAL. FÉ

Fonte: Presídio Estadual de Camaquã, 2023.

Para ele, a fé é "algo que não se vê, apenas se sente". Com relação a esse envolvimento afetivo entre leitor e obra lida, Chartier destaca que: "Todo leitor diante de uma obra a recebe em um momento, uma circunstância, uma forma específica e,

mesmo quando não tem consciência disso, o investimento afetivo ou intelectual que ele nela deposita está ligado ao objeto e a esta circunstância" (Chartier, 1999, p. 70). Logo, o leitor escolhe a obra não só pelo conteúdo, mas também pela capacidade de reconstrução de situações marcantes de uma experiência de vida. Naquele momento de sua experiência, a recepção da obra esteve relacionada com a capacidade de lhe fazer sentir o que não é visível, o que se expressa especialmente na leitura religiosa.

Neste caso, o sentido da leitura que está posto é um indício de que esta prática não é utilizada apenas para diminuir a pena, mas de que ela pode representar mais do que isso. Trata-se de uma leitura que produz ensinamentos para a vida prática, conforme percebemos quando o leitor explica a importância de refletir antes de falar, por exemplo. Desse modo, o sentido da leitura ultrapassa o objetivo inicial de remissão de pena, distanciando-se de uma leitura pragmática e intencional, tornando-se uma prática como possibilidade de ocupar o tempo, vencer o desânimo, alimentar a alma e produzir diferentes sentidos para o verbo "resistir".

Outro ponto a se destacar nesse sentido, é que esse leitor recomenda a prática da leitura e da escrita para superar o tédio, finalizando o relatório com a frase "por tanto antes de você falar pare respire e pense o que responder para não ferir uma pessoa o então matar de vez a quem você tanto ama de verdade. Observe. Se está entediado leia um livro crie um resumo. Obrigado".

Para mais, esse leitor ultrapassa o espaço disponibilizado para a escrita ao reafirmar a autoria do livro e indicar o nome da obra. Dentre os relatórios analisados, este é o único o leitor que se reconhece como "criador", ou seja, como autor do resumo, como podemos verificar no trecho "autor do resumo o poder sobrenatural da fé, criado por C2 (cela 2) seguro".

Contudo, alguns relatórios diferenciam-se dos citados acima, pois tratam de apresentar a obra e destacar trechos na escrita, a exemplo do relatório que resulta da leitura da obra "O poder da Esperança", escrito por Julian e Annette Megosa e Michelson Borges, que apresenta um conteúdo referente à saúde e bem-estar social (Figura 23).

Figura 23 - Trecho do relatório da obra "Poder da Esperança".

Livro:	O Poder da Esperança	Autor:	Weligson Juliano
--------	----------------------	--------	------------------

Este foi um resumo de um livro chamado o poder da esperança que é dividido em capítulos este é o capítulo 10, onde fala que se realmente funciona nos ter fé e os benefícios que nos traz no mundo real. Este capítulo conta que temos uma fé como religião que temos que acreditar.

Toda religião traz benefícios quando for bem respeitada e bem praticada.

A esperança também ajuda nas catástrofes para arrumar solução para seus problemas que ocorrem com suas famílias e suas casas.

A esperança é muito boa também para benefícios de pensamento, tranquilidade, ajuda também na rotina.

Conto também com a restauração do vida e do bem estar.

Conto que perderam alguns materiais e entes queridos e se beneficiaram com a esperança.

Conto uma história onde pai e filho se reconciliaram e se beneficiaram com o benefício da esperança...

Fonte: Presídio Estadual de Camaquã, 2023.

Ao referir-se ao conteúdo da obra, percebemos inicialmente uma preocupação com a apresentação desta. No decorrer da escrita, há uma leitura reflexiva sobre os ensinamentos religiosos que a obra apresenta, dentre os quais destaca-se “toda religião traz benefícios quando for bem respeitada e bem praticada”, evidenciando que o sentimento de esperança “ajuda nas catástrofes para arrumar solução para seus problemas que ocorrem com suas famílias e suas casas”.

Ao analisar estes relatórios de leitura, percebemos que os leitores de, certo modo, deixam transparecer o significado da leitura em suas vidas. Ler, para eles, é um modo de se acalmar, de receber orientação para vida, neste caso, de forma muito relacionada com o poder divino. São relatórios que expressam os sentidos produzidos a partir da percepção dos leitores sobre o texto, permeados por suas crenças e valores, sem que haja uma descrição fiel do conteúdo lido.

Com relação à avaliação dos relatórios de leitura, percebemos em muitas a soma ou a retirada de pontos quando apresentam erros ortográficos, por exemplo. Durante algumas observações, foi possível constatar a intervenção da professora no momento de produção dos relatórios e a solicitação, em alguns casos, para correção da escrita.

Com a regulamentação da remição da pena pela leitura em 2023, a avaliação para fins de remição considera se o conteúdo da obra foi assimilado, compreendido pelo leitor por meio do relatório de leitura ou outra forma, dependendo das competências de letramento do leitor. Nesse sentido, a escrita é corrigida, porém não é fator determinante para aprovação ou reprovação.

Ao analisar os relatórios, também percebemos as diferentes competências leitoras por meio da prática da escrita. Cabe lembrar que a maioria dos participantes do projeto de remição de pena pela leitura do Presídio Estadual de Camaquã possuem o ensino fundamental incompleto como nível de escolarização, constituindo um grupo heterogêneo de leitores.

Para Chartier (2002a), a distância pode ser significativa entre leitores letrados e os leitores menos hábeis que não dispõem das mesmas bases intelectuais ou da mesma relação com o escrito:

As obras não têm sentido estável, universal, imóvel. São investimentos de significações plurais e móveis, construídas na negociação entre uma proposição e uma recepção, no encontro entre as formas e os motivos que lhes dão sua estrutura e as competências ou as expectativas dos públicos que delas se apropriam (Chartier, 2002a, p. 93).

Assim, compreendemos que é preciso considerar as competências de escrita e leitura dos sujeitos aprisionados, considerando as condições de vulnerabilidade social que a maioria das pessoas privadas de liberdade no estado do Rio Grande do Sul compartilham antes de ingressar nos estabelecimentos prisionais.

4.3.3 Nas margens: o caso de uma escrita excepcional

Devido à natureza das fontes disponíveis para a pesquisa, o excepcional precisa ser destacado. Com a ajuda dos carcereiros ou mediante a astúcia dos presos, bilhetes, cartas e escritos vários estabeleceram outros tantos fios de união com o mundo exterior (Gómez, 2021, p. 287). Este é o caso do relatório produzido em julho de 2019, que apresenta o relato de vivências de um dos participantes do

projeto de remição de pena pela leitura, o qual denominamos aqui como escrita excepcional. Com relação à obra supostamente lida, este a intitulou de “Família de deus”, sem mencionar autoria (Figura 24), evidenciando motivações para uma escrita que deseja estabelecer contato com o mundo exterior.

Na busca de conhecer o conteúdo da obra indicada para analisar a apropriação leitora, recorremos ao acervo de livros do Presídio Estadual de Camaquã, no qual não obtivemos êxito. Após, recorremos ao Livro Tombo com intenção de descobrir se realmente havia essa obra dentre os livros disponíveis para a leitura; de igual modo, não encontramos registro de nenhuma obra com este título, apenas detectamos a existência de uma obra com o título “Livro da Família” de autoria de Padre Réus, o que indica que provavelmente o relatório tenha sido elaborado sem que tenha havido leitura de uma obra. Na figura abaixo podemos observar a escrita desse leitor e o modo como relata suas experiências, além de marcações da comissão de avaliação dos projetos.

Figura 24 - Relatório de leitura produzido pelo leitor excepcional.

Podemos dizer que este leitor tinha como objetivo dar voz às suas experiências, buscar auxílio por meio da escrita ou, simplesmente, desabafar. Ao invés de escrever sobre o conteúdo da obra nos moldes solicitados, o leitor em questão narra suas experiências durante o encarceramento, o sentimento de angústia pela espera da liberdade.

Gómez (2021), ao se referir sobre as práticas de escrita nos cárceres franquistas, coloca:

Quando o escrito é contemporâneo aos fatos narrados, o autor atua movido pela vontade de transmitir sua experiência vivida por meio da escrita. Quando o faz, passado o tempo, a razão está mais no desejo de reconciliar-se com seu próprio passado e de fazer deste um ensinamento para os demais (Gómez, 2021, p. 293).

O leitor em questão, movido pela vontade de transmitir sua experiência, usa da escrita para marcar sua existência, quando afirma: “Hoje, faz um ano e 8 meses que já, estou longe da minha família. Sinto, muita saudades de minha, mãe e irmã e meus animais?”. Nesse sentido, Gómez (2021, p. 293) destaca: “O peso das emoções é um dos eixos que sustentam a produção escrita dos prisioneiros, em alguns casos mais que outros”. Constantemente, no decorrer do texto, captamos que com a escrita o leitor expressa além de suas emoções, seu pensamento religioso e seus desejos; dentre eles está o de ser perdoado por seus pecados e posto em liberdade, desejo que alcança também os “irmãos” que se encontram na mesma situação de aprisionamento. Alegando ser portador de várias doenças, agradece a Deus pela oportunidade de receber auxílio médico no Hospital da cidade de Camaquã, onde precisou realizar vários procedimentos, inclusive, transfusão de sangue. Para além disso, relata a trajetória percorrida por sua irmã, que o auxiliava a obter, por meio de decisão judicial, a oportunidade de cumprir a pena privativa de liberdade em prisão domiciliar³⁹.

Essa produção escrita também nos fornece informações sobre as rotinas penitenciárias, destacando as atividades desenvolvidas no cotidiano, como estudo, produção de artesanato e remição pela leitura. Além disso, relata uma experiência extramuros como privado de liberdade, ao necessitar de atendimento médico em um hospital da região de Camaquã, no qual mencionou ter sido vítima de racismo, como

³⁹ A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência. No caso do leitor em tela, devido aos problemas de saúde grave, sua irmã solicitou ao juiz da execução mediante comprovação.

observamos na frase: “Fiz 2 litros de sangue e de soro. Foi onde melhorou minha visão eu passei até por racismo lá no hospital?”. À parte a emoção e a franqueza do relato, identificamos a vulnerabilidade social em que este indivíduo se encontrava no momento de privação de liberdade. Neste caso, a escrita demonstra o peso da “vontade de transmitir sua experiência vivida por meio da escrita” (Gómez, 2021, p. 293).

Por fim, analisando o documento, percebemos a reação e o questionamento de um dos avaliadores, ao escrever na parte inferior da lauda a pergunta: “E o livro?”. Isso nos leva a inferir que os avaliadores costumam conhecer as obras do acervo que são disponibilizadas no Carrinho da Leitura e que logo notaram que o texto escrito pouco tem a ver com a leitura de alguma obra, tratando-se verdadeiramente de um relato pessoal. Ainda, em relação às marcas de avaliação expressas no texto, creditamos que o questionamento tinha como objetivo estimular o autor a escrever sobre o conteúdo do livro, bem como que as marcações ao redor dos pontos de interrogação seriam para que percebesse e corrigisse os erros. Porém, acreditamos que o relatório não foi reescrito, pois não encontramos outro documento deste sujeito.

Contudo, no verso do documento, identificamos que o leitor teve seu relatório de leitura aprovado pela comissão de avaliação, obtendo a nota 7,0. Ou seja, com a escrita do texto pôde remir 4 dias de sua condenação, tenha sido pelo “poder” da sua escrita nas palavras empregadas, como incentivo para a continuidade da participação no projeto, ou por qualquer outro entendimento. Em busca de saber mais sobre a situação atual do leitor em foco, retornamos ao prontuário penal onde constatamos que ele obteve o direito à prisão domiciliar e faleceu logo em seguida. Para além da prática da leitura como lazer ou simplesmente para remição de pena, percebemos, neste caso, a prática da leitura e da escrita como estratégia de sobrevivência, uma prática que oferece visibilidade às diversas situações vivenciadas por pessoas privadas de liberdade.

5 Considerações finais

Como os indivíduos privados de liberdade se relacionam com a leitura? E a escrita, quais sentidos atribuem a essa prática? Foram minhas experiências profissionais como professora do ensino fundamental e agente penitenciária que deram origem a esses questionamentos sobre as práticas de leitura no contexto prisional. Assim, esse pensamento reflexivo foi primordial para a criação do projeto de mestrado que neste momento se concretiza enquanto uma pesquisa acadêmica.

A remição da pena por meio da leitura tem sido objeto de investigação pois apresenta diversas possibilidades e abordagens na área do direito, educação, sociologia, entre outros. Contudo, conforme apontamos anteriormente, nosso objetivo foi o de refletir sobre as práticas de leitura e escrita existentes no contexto prisional enquanto práticas culturais. Assim, situamos a pesquisa no campo da História da leitura, como alicerce teórico-metodológico.

Em nosso percurso de investigação apresentamos de início dados estatísticos pertinentes e relevantes fornecidos pela Secretaria Nacional de Políticas Penais por meio do relatório de informações penais divulgado no ano de 2023, com intuito de situar os leitores acerca da realidade do sistema prisional brasileiro. Desse modo, no capítulo intitulado “A realidade prisional no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul”, destacamos a vulnerabilidade e seletividade penal que envolve a maioria das pessoas privadas de liberdade na contemporaneidade. Para isso, apontamos dados referentes à taxa de aprisionamento de homens e mulheres, demonstrando o perfil da população privada de liberdade no Brasil, considerando aspectos relevantes como, gênero, raça, faixa etária e nível de escolaridade.

No tocante ao Estado do Rio Grande do Sul, apresentamos brevemente a estrutura organizacional do órgão responsável pela gestão e execução das penas, chamada até o momento de Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE). Traçamos por meio dos dados divulgados no ano de 2022, pelo mesmo órgão referenciado anteriormente, o perfil da população carcerária no estado, sendo esta composta, em sua maioria, por pessoas que possuíam entre 18 e 29 anos, sendo mais de 94% do sexo masculino.

A experiência metodológica da pesquisa de campo recebe destaque ainda no mesmo capítulo, no qual relacionamos a experiência profissional da pesquisadora

com o ofício de historiadora, sendo necessário “olhar o outro”, inserido em um contexto tão específico que impõe dificuldades para desenvolver pesquisas em prisões.

Quanto ao local onde desenvolvemos nossa investigação, o Presídio Estadual de Camaquã, ele atualmente recebe pessoas apenas do sexo masculino, que cumprem pena privativa de liberdade em regimes fechado e semiaberto. Infelizmente as condições de encarceramento oferecidas são degradantes, a arquitetura prisional extremamente fragilizada concorrendo com a proliferação de doenças, e, ainda, nota-se um crescente domínio das facções criminosas.

As grades, as grandes estruturas construídas para o cerceamento dos indivíduos, os protocolos rigorosos de identificação e de segurança fazem parte da rotina prisional. É nesse cenário que ocorreu a coleta de fontes e observações de cunho etnográfico, no qual encontramos um corpus documental diversificado e heterogêneo que nos propusemos a analisar com intuito de compreender como se deu a constituição do projeto de remição de pena pela leitura intitulado “Carrinho da Leitura: estimulando a leitura como forma de libertação”, entre outros objetivos.

No entanto, primeiramente nos dedicamos a buscar informações acerca da construção do Presídio Estadual de Camaquã, visando contextualizar a história do local. Porém, constatamos que poucas são as informações sobre a origem e arquitetura prisional dos estabelecimentos prisionais no Estado do Rio Grande do Sul. No caso do estabelecimento no qual realizamos a investigação, a situação não foi diferente. No decorrer da pesquisa percebemos que esta temática carece de estudos acadêmicos. Assim, as informações contidas nesta dissertação sobre o presídio, sua estrutura e rotina no passado visam contribuir para estudos futuros sobre a temática. Ao encontro dessa questão, por meio das observações de cunho etnográfico aliadas a reportagens disponíveis nas mídias, apresentamos a estrutura atual e o cotidiano prisional para que o leitor compreenda o contexto no qual são desenvolvidas as práticas de leitura e escrita e atividades educativas no local pesquisado.

Ainda, durante o percurso metodológico da investigação constatamos o descaso com os acervos prisionais. No Presídio Estadual de Camaquã não há um protocolo visando o armazenamento adequado dos documentos originados pelo processo de execução da pena no Estado. Em consonância, devido à falta de recursos financeiros e políticas públicas voltadas à preservação dos patrimônios

prisoinais, apontamos a necessidade de desenvolver estratégias no âmbito do sistema penitenciário gaúcho que visem a preservação dos patrimônios prisoinais, arquitetônicos ou imateriais, tão relevantes para a memória do sistema prisoinal. Nesse sentido ressaltamos que devido às enchentes que ocorreram no ano de 2024, a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), instituição com mais de 50 anos de existência, passou a colocar em pauta de reuniões alguns procedimentos referentes à digitalização e preservação de documentos produzido

Para mais, tendo em conta que a investigação ocorreu em um local utilizado para o confinamento de pessoas, portanto permeado por regras, o uso da disciplina pelo Estado foi considerado nesta investigação. Compreendeu-se, assim, a disciplina como um conjunto de “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (Foucault, 2013, p. 133).

Alguns questionamentos nortearam a trajetória da pesquisa relacionada ao projeto “Carrinho da Leitura: estimulando a leitura como forma de libertação”, tais como: qual a motivação que incide sobre as práticas de leitura e de escrita para as pessoas privadas de liberdade? Seria a “leitura como moeda de troca”, sendo o único objetivo a remição da pena, ou pode resultar em uma prática prazerosa e significativa?

Sob este olhar constatamos que, nos últimos anos, diversos encaminhamentos legais foram discutidos e implementados com o objetivo de consolidar uma política nacional que garantisse o direito à educação às pessoas privadas de liberdade, previsto na Lei de Execução Penal. Assim, além da remição de pena pelo trabalho e estudo, atualmente é possível que as pessoas privadas de liberdade obtenham a remição da pena por meio de práticas sociais educativas desenvolvidas durante o encarceramento, tanto no caso de pessoas que cumprem pena em regime fechado ou semiaberto nos estabelecimentos prisoinais, como pessoas que se encontram em prisão domiciliar.

A prática da leitura e da escrita faz parte deste universo de atividades consideradas como práticas sociais educativas, haja vista a Resolução n.º 391, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do ano de 2021, que atualmente é considerada a resolução que norteia, de fato, a temática da remição da pena pela leitura em todo território nacional. Essa resolução estabeleceu procedimentos e diretrizes a serem seguidos pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição da pena

por meio de práticas sociais educativas. Além disso, permitiu que os estabelecimentos prisionais criassem seus projetos, adequando-os a sua realidade estrutural e ao perfil dos sujeitos-aprisionados. Consideramos que essa resolução propiciou avanços para a oferta da remição de pena nos estabelecimentos prisionais, pois ampliou o rol de atividades permitidas pelos estabelecimentos prisionais, para as pessoas privadas de liberdade, com fins de remição de pena, conhecidas hoje como práticas sociais educativas.

Com a análise do documento relativo à constituição do projeto de remição de pena pela leitura desenvolvido no Presídio Estadual de Camaquã, identificamos o pioneirismo deste estabelecimento prisional ao oportunizar e desenvolver atividades envolvendo a prática da leitura para as pessoas privadas de liberdade na região sul do estado do Rio Grande do Sul.

Desde 2017, livros com diversos conteúdos circulavam no interior do presídio, assim as pessoas privadas de liberdade já possuíam uma relação com a leitura antes da regulamentação do benefício de remição de pena. Porém, somente conforme Portaria n. 01/2018, disponibilizada pela Vara de Execução Criminal de Pelotas em 09/08/2018 e autorizada pelo juiz de direito Marcelo Malizia Cabral, ficou instituída e reconhecida a possibilidade de remição da pena por meio da prática da leitura nos estabelecimentos prisionais das comarcas de Camaquã, Canguçu, Jaguarão, Rio Grande e Pelotas. Deste modo, a prática da leitura e da escrita desenvolvida neste local antecedeu a portaria que autoriza a remição de pena pela leitura, tendo esta prática potencial para ser mais que uma “moeda de troca”, mas uma prática cultural incentivada pela instituição, que oferece sentidos mais amplos para os participantes, como demonstram os relatórios de leitura.

Ademais, observamos que a principal motivação institucional para sustentar tais ações no contexto prisional gaúcho reside na necessidade que a sociedade contemporânea possui de buscar alternativas que auxiliem no enfrentamento da crise no sistema penitenciário brasileiro, marcado pela superlotação e pela reincidência criminal. Entretanto, mesmo ciente do potencial do uso da prática de leitura e da escrita em estabelecimentos prisionais, os órgãos responsáveis pela execução da pena não investem na construção de bibliotecas e na disponibilização de obras destinadas às pessoas privadas de liberdade.

O Censo Nacional de Práticas de Leitura no Sistema Prisional, divulgado em 2023, informa que no Brasil, inclusive, no Estado do Rio Grande do Sul, não há

distribuição de material didático e/ou recursos provenientes do Programa Nacional do Livro Didático (PNLE) e do Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE) destinados aos estabelecimentos prisionais. Além disto, a Ordem de Serviço n 01 de 2021, embasada na Resolução n. 391, de 10 de maio de 2021, criada pelo Departamento de Tratamento penal da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) não menciona recursos ou estratégias para constituição, ampliação e manutenção dos acervos das bibliotecas prisionais. Isto posto, averiguamos por meio da análise documental que a constituição do acervo disponibilizado para a leitura no Presídio Estadual de Camaquã deu-se mediante doações intermediadas pela Vara de Execuções Criminais da região sul, além de doações dos profissionais do presídio e da comunidade da cidade.

Com relação aos espaços destinados à prática da leitura em prisões na contemporaneidade, de acordo com o Censo Nacional de Práticas de Leitura no Sistema Prisional (2023), nem todos os estabelecimentos prisionais brasileiros possuem biblioteca ou um lugar específico para a leitura. Além disto, para fins de efetivação do direito e acesso à leitura, percebemos que as pessoas privadas de liberdade que cumprem pena na galeria Seguro de Vida encontram-se (ainda mais) à margem no Presídio Estadual de Camaquã. Estas não frequentam a sala de aula, por consequência, não têm acesso à remição por meio dos estudos da maneira como prevê a Lei de Execuções Penais e não possuem acesso à biblioteca prisional devido as especificidades da condição prisional. Portanto, a estrutura do Presídio Estadual de Camaquã torna-se um entrave para a efetivação de direitos, neste caso, educação e acesso à leitura.

No que tange ao segundo capítulo, intitulado “Presídio Estadual de Camaquã: do acervo aos modos de ler”, procuramos relacionar o acervo, os modos de ler e os espaços prisionais disponibilizados para a prática da leitura no Presídio Estadual de Camaquã. Assim, buscamos identificar o que se lê e onde ocorre a prática da leitura e da escrita, contextualizando o leitor em seu espaço de leitura.

Desta forma, primeiramente, apresentamos a biblioteca prisional, por intermédio da análise do livro de registros de obras, chamado pelos profissionais do local de Livro Tombo, constatando a existência de um acervo composto por mais de 3000 obras de conteúdos diversos dispostas em estantes de ferro. Nesse momento da investigação percebemos a carência de um espaço coletivo para a prática da leitura, pois em todo o estabelecimento prisional, este é o local que nos pareceu

mais “adequado” para esta prática. Além do mais, o acesso às obras é restrito pelo fato do ambiente compartilhar espaço com a sala de aula, localizada na galeria A.

O fator “localização” da biblioteca prisional foi determinante para que investigássemos o acervo, por via das fichas de retirada e entrega das obras e do livro de registro de obras (o chamado Livro Tombo). Neste cenário, percebemos os limites de intervenção para realizar pesquisas em estabelecimentos prisionais, pois o auxílio dos profissionais é determinante para acessar alguns espaços com segurança. Durante nossa investigação percebemos a falta destes profissionais; no caso do Estado do Rio Grande do sul, os dados estatísticos divulgados pelo SINDIPPENRS (Sindicato da Polícia Penal do Rio Grande do Sul) demonstram o maior déficit de servidores dos últimos anos. As condições insalubres e sobrecarga de trabalho geram inúmeros afastamentos e não tornam a carreira de agente penitenciário(a) atrativa.

Sendo assim, a análise das 96 fichas de retirada e entrega nos permitiu verificar que, desde a implantação do projeto até final do ano de 2023, 76 pessoas privadas de liberdade retiraram obras para leitura uma ou mais vezes. Essa circulação só foi possível por intermédio do Carrinho da Leitura que circulava no interior das galerias com auxílio das pessoas privadas de liberdade, no qual as idealizadoras do projeto acomodavam as obras visando facilitar o acesso e estimular a prática da leitura. Aqui destacamos o protagonismo da professora Cleusa Maria Farias Rodrigues e da psicóloga Luciane Centeno, principais idealizadoras do projeto de leitura, merecedoras de reconhecimento, pois ser mulher e educadora no sistema prisional não é tarefa fácil.

Quanto aos participantes do projeto, o grupo é composto por pessoas do sexo masculino, com faixa etária variada, que compartilham uma situação de privação de liberdade. Da leitura de obras de literatura infantil à leitura de obras religiosas com características de autoajuda, acreditamos que estes leitores buscam as obras tendo no título um elemento definidor da escolha, com objetivo de transformar e/ou melhorar suas condutas, ou ainda, buscar um alento durante a privação da liberdade.

Feitos estes apontamentos sobre a biblioteca prisional e o acervo disponibilizado para a leitura, passamos aos modos de ler existentes no Presídio Estadual de Camaquã. Cabe apontar que as observações de cunho etnográfico foram fundamentais para compreender a rotina prisional que envolve a dinâmica do

projeto, e é por meio dessa técnica que investigamos os modos de ler tal como se apresentam no cotidiano do presídio.

A permanência da leitura oral e coletiva com função social foi identificada durante nossa investigação. A leitura de cunho religioso, praticada por um mediador, ocorre principalmente quando os aprisionados estão no pátio; mesmo que nem todos os apenados participem, muitos observam de longe. A presença dos “mediadores da leitura” se dá em função da assistência religiosa, um momento de socialização dos privados de liberdade com pessoas que vêm de fora do ambiente prisional. Embora não fosse objeto de estudo, percebemos a influência que as instituições religiosas exercem sobre as pessoas privadas de liberdade, em nossa pesquisa identificamos que existe uma relação intrínseca entre os leitores e obras religiosas com características de autoajuda, sendo esses gêneros os mais retirados para a leitura. O segundo momento de leitura coletiva ocorre durante as atividades na sala de aula, os leitores-ouvintes participam da leitura em voz alta realizada pela professora ou pelos colegas.

Quanto à leitura individual e silenciosa, acreditamos que esta prática ocorra no interior das celas, mas o contexto em que a pesquisa foi realizada não nos permitiu analisar com profundidade esta modalidade de leitura. Durante as observações realizadas, observamos leitores segurando livros no momento do pátio, entretanto, não visualizamos nenhum praticando a leitura. Conforme colocado anteriormente, apesar das condições desumanas de encarceramento no Brasil, o Censo Nacional De Práticas de Leitura no sistema prisional informa que a maioria das pessoas privadas de liberdade lê nas celas, locais insalubres e superlotados.

Sem dúvida, a representação que muitos ainda carregam sobre as bibliotecas e a prática de leitura se diferencia da existente no Presídio Estadual de Camaquã. Na biblioteca prisional deste estabelecimento não temos um público erudito e intelectualizado, mas leitores que se apropriam da leitura de diferentes maneiras, frente a condições específicas. Os dados apresentados nesta pesquisa contribuem para reforçar a importância do ato de ler como uma prática social. Conforme Magda Soares (2010), o ato de ler:

É um conjunto de habilidades e comportamentos que se estendem desde simplesmente a decodificar sílabas ou palavras até ler Grande Sertão Veredas de Guimarães Rosa... uma pessoa pode ser capaz de ler um bilhete, ou uma história em quadrinhos, e não ser capaz de ler um romance, um editorial de jornal... Assim: ler é um conjunto de habilidades,

comportamentos, conhecimentos que compõem um longo e complexo continuum (Soares, 2010, p.48).

Nos sentidos diversos possibilitados pelo ato de ler está a relevância de inserir ou manter as pessoas privadas de liberdade no universo da cultura escrita durante o cumprimento de pena. No terceiro capítulo, “Entre grades e celas: as práticas de leitura e de escrita” buscamos demonstrar a apropriação leitora expressa nos relatórios de leitura. Cada escrita analisada indica que a leitura “não é somente uma operação abstrata de inteligência” (Chartier, 2002a, p. 70), ela ocorre e se revela por meio da inscrição do próprio corpo no espaço, dos gestos e da escolha do suporte, no caso dos nossos leitores, o impresso.

Sobre a escrita, tentamos analisar a apropriação da leitura expressa nos relatórios de leitura, foi por meio desta prática que os participantes do projeto deixaram registros do que leram e, em alguns casos, deixaram pistas sobre suas experiências pessoais, ao relacionar o conteúdo da obra lida com suas memórias e vivências. Além disso, alguns leitores internalizaram condutas sugeridas pelos autores das obras em seus comportamentos, expressando-as em forma de conselhos aos demais.

Uns trataram de apresentar o conteúdo da obra, assim como determinado pela instituição visando a remição de pena. Outros apontaram a importância da prática da leitura, destacando conteúdos relevantes por exemplo, preconceito de gênero e raça. E, também, outros utilizaram a oportunidade de escrever e ter o escrito lido para demonstrar suas angústias e ansiedades, como no caso de um participante do projeto que utilizou a escrita para dar visibilidade a sua situação enquanto aguardava a autorização para o cumprimento de pena em prisão domiciliar. Nessa perspectiva, foi possível perceber a agência desses sujeitos encarcerados por meio das práticas analisadas, mesmo que sutilmente destacadas em suas palavras escritas.

Sobre esses escritos, eles também podem ser considerados representações acerca dos privados de liberdade, como no caso do leitor que leu a obra “Vozes de um Tempo” e demonstrou sua percepção sobre o “outro” privado de liberdade no contexto prisional. Para mais, tais escritos, em alguns casos, carregam depoimentos, relatam experiências e outras maneiras de compreender a realidade da prisão sob a ótica de quem vive o encarceramento. Ademais, nos permitem conhecer aspectos

relacionados aos usos oficiais da prática de leitura e escrita pela Superintendência dos Serviços Penitenciários. Enfim, são escritos que nos permitem democratizar a história, alcançando aqueles sobre os quais pouco se sabe, para além das representações sociais que circulam.

De modo especial, esta dissertação tentou contribuir para o entendimento da prática da leitura e da escrita de um público leitor inserido em um contexto em que as políticas públicas de acesso à leitura normalmente não chegam. Ao finalizar esta pesquisa sobre práticas de leitura e escrita em um presídio masculino, buscamos chamar a atenção para a falta de políticas públicas voltadas para pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social e para falta de investimento em educação, o que gera o agravamento das desigualdades sociais. O Brasil vive um período de sucateamento das escolas públicas, deste modo, a falta de acesso a uma educação de qualidade limita as oportunidades para as pessoas e ocasiona outros problemas sociais, como o encarceramento.

Ainda, consideramos que a pesquisa apresenta contribuição aos estudos sobre as práticas de leitura e de escrita inseridas em um contexto singular, que é o contexto prisional, desconhecido por grande parte da sociedade. Para isso, investigamos os meios e os modos de ler, a apropriação da prática de leitura, ou seja, como os participantes construía ou reconstruía sua relação com a obra lida produzindo sentidos singulares. Pode-se dizer que foi possível alcançar esses leitores comuns, suas condições de leitura e suas escritas marginais, as quais expressam desejos, conflitos e o real sentido da leitura e da escrita no ambiente prisional, que certamente ultrapassa a ideia de “moeda de troca” enquanto prática condicionada unicamente à remição de pena.

Mas também é fundamental reconhecer que questões importantes não foram aprofundadas devido à restrição de acesso, como, por exemplo, a prática da leitura individual. Deste modo, este estudo contribui para futuras reflexões sobre a temática abordada.

Fontes

ARQUIVO INSTITUCIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS. Projeto de remição de pena pela leitura “Carrinho da Leitura: estimulando a leitura como forma de libertação”. Presídio Estatal de Camaquã, 2018.

ARQUIVO INSTITUCIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS. Composto por fichas de retirada e entrega de livros e relatórios de leitura, Presídio Estadual de Camaquã (2017-2023)

ACERVO PARTICULAR DA PESQUISADORA. NOTAS DE CADERNO DE CAMPO, 2024.

Referências

ABREU, Márcia. **Cultura Letrada**: literatura e leitura. São Paulo: Unesp, 2006.

ALMEIDA, Bruno Rotta; MARTINS FERNANDES, Antonio José. **De um espaço segregado para outro**: as relações entre periferia e prisão. *Revista de Direito da Cidade*, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 1521–1546, 2023.

BRASIL. Lei n.7.210 de 11 de julho de 1984. (1984). **Lei de Execução Penal**. Acesso em 10 de fevereiro de 2022. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.9.394/96. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB n. 11/2000**. Brasília: CNE: MEC mai. 2000.

BRASIL. **Portaria conjunta nº. 276, de 20 de junho de 2012**. Disciplina o projeto de remição pela leitura no Sistema Penitenciário Federal. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/internet_docs/biblioteca/clippinglegislacao/POC_276_2012_DE.pdf> Acesso em 09 de fevereiro de 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Recomendação n. 44, de 26 de novembro de 2013**. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/recomendao-n44-26-11-2013-presidencia.pdf. Acesso em 23 maio de 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN**. Brasília, dezembro, 2016.

BRASIL. **Resolução n.º 391, de 10 de maio de 2021**. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3918>. Acesso em: 05/08/2022.

BELO, André. **História & Livro e Leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BENAGLIA, A. M.; HELLER, B. **Prisão Intelectual**: a Censura do Estado em Livros que Compõem Projetos de Remição de Pena. *ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. e899, 2023.

BORGES, Viviane. Arquivos Marginais: Crime e Loucura em Santa Catarina (1930-1970). **XXVII Simpósio Nacional de História, Anais**, Natal, 2013a.

BORGES, Viviane Trindade. **Loucos nem sempre mansos**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.

BORGES, Viviane Trindade. Arquivos Marginais: outras fontes, outros acervos. **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, Florianópolis, v. 4, n. 1, 2016, p. 1-54.

BORGES, Viviane Trindade. **A invenção de Bispo do Rosário**: loucura, arte e patrimônio cultural. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

BORGES, Viviane Trindade. Arquivos marginais e suas trajetórias subalternas em manicômios e nas Prisões. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2023, pp. 408-422.

BORGES, Viviane; SALLA, Fernando. **Prisões**: introdução à pesquisa. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.

BORTOLIN, S. **Mediação oral da literatura**: a voz do bibliotecário lendo ou narrando. 2010. 233f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

CANDIDO, A. Daiane, MARINHO, H., Felipe, LIMA, Jesse. **A Construção de Representações Sociais da Penitenciária De Piraquara na Mídia**. Cadernos da Escola de Comunicação, v. 1 n. 10, 2012.

CARDOSO, Sérgio. O olhar viajante (do etnólogo). In: NOVAES, Adauto. (org.). **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 347-360.

CASTILLO GÓMEZ, Antônio. **Grafias no Cotidiano**: Escrita e Sociedade na História (séculos XVI a XX). Trad. De Cristina do Rego Monteiro e Fabiana Calixto. Rio de Janeiro: Eduerj; Niterói: Eduff, 2021.

CASTRO, Ana Cristina de. **Remição de pena nas prisões do DF**: leitura de literatura como política pública e direitos humanos para minorias. 2022. 149 f., il. Tese (Doutorado em Literatura) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

CAVALLO, G.; CHARTIER, R. (Coords.). **Histoire de la lecture dans le monde occidental**. Paris: Éditions Seuil, 1997.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

CENTENO, F. Luciane Série ressocialização [Entrevista concedida ao portal de notícias **ClicCamaquã**] Entrevistador: Eduardo Costa. Camaquã, 2021 Disponível em: <https://facebook.com/watch/?v=930>. Acesso em: 12/02/2024.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CESAR, Tiago da Silva. **A Ilusão Panóptica: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da província de São Pedro (1850-1888)**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2015.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, R. O mundo como representação. In: **Revista Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, 1991, pp. 173-191. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152> Acesso em: 21 fev. 2023.» <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>

CHARTIER, R. **A Ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: UNB. 1994.

CHARTIER, R. As Revoluções da Leitura no Ocidente. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas, São Paulo. Mercado das Letras. ALB. FAPESP. 1999.

CHARTIER, R. **A Aventura do Livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Ed. Da UNESP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999a.

CHARTIER, Roger. (Org.). **Práticas de Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CHARTIER, R. **Cultura Escrita, literatura e História**. Porto Alegre: Artmed, 2001a.

CHARTIER, R. **À Beira da Falésia: a história entre incertezas e quietudes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **Leitura e Leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: UNESP, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Censo Nacional de Práticas de Leitura no Sistema Prisional**. Brasília: CNJ, 2023.

DARNTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**. São Paulo: UNESP, 1992.

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DARNTON, Robert. A Operação Histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995b.

DARNTON, Robert. A leitura rousseautista e um leitor “comum” do século XVIII. In: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas de Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

DARNTON, R. **A questão dos livros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DARNTON, Robert. **Censores em Ação: como os estados influenciaram a literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

DEMO, P. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2009.

DÉTREZ, Christine. Una encuesta longitudinal sobre las prácticas de lectura de los adolescentes. In: LAHIRE, Bernard (coord.). **Sociología de la lectura**. Barcelona: Gedisa, 2004.

DIAS, Vânia Aparecidas Costa. **Práticas de leitura de professoras no meio rural**. Dissertação de mestrado: Belo Horizonte. Fae / UFMG. Fev. 1994.

DONNAT, Olivier. Encuestas sobre los comportamientos de lectura. Cuestiones de método. In: LAHIRE, Bernard (coord.). **Sociología de la lectura**. Barcelona: Gedisa, 2004.

DREHER, A. L. F. L. *et.al.* **Vozes de um Tempo**: relatos e vivências de pessoas privadas de liberdade. Vol. 3. Porto Alegre: Editora Concórdia, 2017.

ERICKSSON, Cristian, et al. **Vozes de um Tempo**: relatos e vivências de pessoas privadas de liberdade. Editora Palavreado, 2022.

JESUS, E. A. de. A leitura como um poderoso instrumento de inclusão, ressocialização e remissão da pena do detento. Revista OWL (OWL Journal) - **REVISTA INTERDISCIPLINAR DE ENSINO E EDUCAÇÃO**, v. 1, n. 3, p. 10–24, 2023.

MAEYER, Marc De. A educação na prisão não é uma mera atividade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p.33-49, 2013.

FERREIRO, Emilia. **Pasado y presente de los verbos leer y escribir**. México: FCE, 2002. São Paulo, Editora Cortez, 2008.

FISCHER, S. **História da Leitura**. São Paulo. UNESP. 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV: Estratégias, poder-saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Tradução de Raquel Ramalheite. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FLECK, Eliane Cristina D.; DILLMANN, Mauro. **O Universo Letrado da Idade Moderna. Escritores e escritores portugueses e luso-brasileiros, séculos XVI-XIX**. São Leopoldo: Oikos: Editora Unisinos, 2019.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Processos de inserção de analfabetos e semialfabetizados no mundo da cultura escrita (1930-1950)**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, p. 81-94, 2001. Disponível em: [\[http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n16/n16a08\]](http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n16/n16a08). Acesso em: 06 fevereiro de 2025.

GALVÃO, Ana Maria de O. **História da Cultura Escrita: séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1991.

GODINHO, A. C. F.; JULIÃO, E. F. O Direito à Leitura na Prisão: uma experiência não escolar em Presídio feminino no Brasil. **Imagens da Educação**, v. 9, n. 1, 2019.

GOFFMAN, E. **Manicômios Prisões e Conventos**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva AS, 1987.

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: JULIÃO, E; PAIVA, J. A leitura no espaço carcerário. **Perspectiva**, 32, 2014, pp. 111-128.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Nota prévia sobre a palavra impressa no Brasil do século XIX: a biblioteca do povo e das escolas. **Revista Horizontes**, Itatiba, n. 19, p. 11-27, 2001.

KALIFA, Dominique. Virilidades criminosas? In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. (Ed.) **História da virilidade: A virilidade em crise? Séculos XX-XXI**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 302-331.

KLEIMAN, A. Modelos de letramento e práticas de alfabetização na escola. In A. B. Kleiman (org). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

LIBÂNEO, J. C. Produção de saberes na escola: suspeitas e apostas. In: LIMA, Julio Cesar Rodrigues. Roger Chartier, o universo simbólico e a escrita da história. **Nearco**, v. 1, 2011, pp. 181-189. Disponível em: <http://www.neauerj.com/Nearco/arquivos/numero8/13.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2021.

MANGUEL, A. **Uma história de leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MANDEL, L. **Escritas: espelhos dos homens e das sociedades**. São Paulo: Edições Rosário, 1998.

MANKE, S. Lisiane. **História e Sociologia das Práticas de Leitura no Meio Rural** [recurso eletrônico]. / Lisiane Sias Manke. – Pelotas: Ed. UFPel, 2021.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela P.; MACHADO, Anna P.; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros Textuais e Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, Acir Mário.; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher. Orgs. **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

MAYER, M. A educação na prisão não é uma mera atividade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n 1, 2013, pp. 33-49. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n1/04.pdf>. Acesso em: 23 de outubro de 2022.

MENEGASSI, R. J.; ANGELO, C. M. P. **Conceitos de leitura**. In: MENEGASSI, R. J. Leitura e ensino. Maringá: EDUEM, 2005, p. 15-43.

MENEGASSI, R. J. **Compreensão e interpretação no processo de leitura: noções básicas ao professor**. UNIMAR – Maringá, v. 17, p. 85-94, 1995.

MENEGASSI, R. J. O leitor e o processo da leitura. In: GRECO, E. A.; GUIMARÃES, T. B. (Orgs.). **Leitura: compreensão e interpretação de textos em Língua Portuguesa**. Maringá, PR: EDUEM, 2010.

MOURA, Tatiana Whately de; RIBEIRO, Natália Caruso Theodoro. **Levantamento nacional de informações penitenciárias (INFOPEN)**. Ministério da Justiça, 2014. 148 p. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-infopen/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2022.

MORENO, Maria de Fátima de Souza; FLANDOLI, Beatriz Rosália Gomes Xavier; SANTOS, Miguel Barthiman dos. Remição de pena pela leitura: uma experiência em Mato Grosso do Sul. Em: DEPEN. **Revista Brasileira de Execução Penal**. Dossiê: educação e trabalho na perspectiva da execução penal. Brasília: MJSP, 2020.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História/ 10. Departamento de História. São Paulo: Editora da PUC, 1993.

ONOFRE, E. M. C. **Revista Educação e Linguagens**. Campo Mourão, v. 1, n. 1, agos./dez. 2012.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas**. **Educação e Realidade**, v. 38, n. 01, p. 51-69, 2013.

PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 199-223, 2004.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários mulheres e prisioneiros**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

PETRUCCI, Armando. **Scrivere lettere: una storia plurimilenaria**. Roma-Bari: Laterza, 2008.

POSSENTI, Sírio. Interpretação de leitura. In: **Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para alfabetizadores**. Belo Horizonte: UFMG/Ceale, 2014.

PROENÇA, Débora Maria. **Remição pela leitura: o letramento literário ressignificando a educação na prisão**. 2015. 183f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2015.

RANGEL, H. Conciliar Educación y Trabajo em las Prisiones Latinoamericanas. Por una reinserción integral. **Trabalho e Educação**, v. 26, p. 93-103, 2017.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2008.

RIBEIRO, Maria Luzineide P. da Costa. **O mundo como prisão e a prisão no mundo: Graciliano Ramos e a formação do leitor em Presídios do Distrito Federal**. 2012.

RIBEIRO, Maria Luzineide P. da Costa. **Uma teia de relações: o livro, a leitura e a prisão: um estudo sobre a remição de pena pela leitura em penitenciárias federais brasileiras**. 2017. 240 f., il. Tese (Doutorado em Literatura) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

RIBEIRO, Maria Luzineide P. Ócio, gritaria, tranca e solidão: a experiência leitora de mulheres no cárcere.” In.: TINOCO, Robson e CARVALHO, Adriana. **LEITURA(S), Ensino e literatura na contemporaneidade: do necessário ao possível**, Catu, Bahia, 2023. p.108-129.

RODRIGUES, Cleusa. Série Ressocialização. [Entrevista concedida ao portal de notícias **ClicCamaquã**]. Entrevistador: Eduardo Costa. Camaquã, 2021. Disponível em: <https://facebook.com/watch/?v=930>. Acesso em: 12/02/2024.

SALLA, Fernando **As prisões em São Paulo (1822-1940)**. São Paulo: Annablume-FAPESP, 1999.

SALLA, Fernando; BORGES, Viviane Trindade. Prontuários de instituições de confinamento. In: RODRIGUES, Rogério Rosa. (org.). **Possibilidades de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 115-136.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Acerca do conceito de representação. **Rev. de teoria da história.**, n. 6, ano 3, dez/2011. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28974/16144>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

SOARES, Magda. **Letramento – um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica. 2009.

SOARES, Magda Becker, MACIEL, Francisca. **Alfabetização**. Brasília: MEC/INEP/COMPED (série Estado do Conhecimento). 2000.

TINOCO, Robson Coelho; CASTRO, A. C. **Remição de pena: processo (ressocializador) de leitura e escrita nas prisões do Distrito Federal**. Catu, BA, 2023.

TFOUNI, L. **Adultos não alfabetizados em sociedades letradas**. São Paulo: Cortez. 2010.

THIES, Vania Grim. **O autor-criador e o(s) outro(s): a estética da vida na escrita de diários de irmãos agricultores**. Tese (Doutorado em educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

VALÉRIO, R. A. **O que é leitura?** Uma investigação interdisciplinar. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_opra=149516. Acessado em 18/04/2022.

VERGARA, S. C. **Métodos de coleta de dados no campo**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Anexos

Anexo A – Certidão de registro de imóveis (Presídio Estadual de Camaquã).



REGISTRO DE IMÓVEIS DE CAMAQUÃ
Serviço Registral Delegado (Lei 8935/94)
Rua Manoel da Silva Pacheco, 266
Camaquã – RS – CEP 96.780-040
Fone/Fax: (51) 3671-0813 – rimoveiscamaqua@gmail.com
Ana Paula Jardim – CPF: 813.778.570-00 – Registradora Interina
Portaria nº 042/2021-DF



CERTIDÃO

CERTIFICO que sob nº 6.961 a fls. 42v do livro nº 3-X em 28.04.1952 foi feita a transcrição seguinte: Um terreno sem benfeitorias, com a extensão de cento e trinta e dois (132m) metros de frente, por cem (100m) metros de fundos, ou sejam, treze mil e duzentos metros quadrados (13.200m²), situado na Zona Suburbana desta cidade, à rua Sete de Setembro, para a qual faz frente, a Oeste, confrontando-se a Leste, onde faz fundos, com a Sanga denominada "Passo do Lobato", pelo Norte, com terras da doadora e pelo Sul, com terrenos de sucessores de Gasparina Centeno, terreno esse que faz parte de uma área maior, havida pela transmitente doadora por compra a Joaquim Batista Soares e sua mulher D. Alzira Gonçalves Soares e Antonio Felipe Folha e sua mulher D. Amália Soares Folha, por escritura de 13 de março de 1912, lavrada nesta nota, pelo então notário Engênio Kohlbach, transcrita sob nº 1.439, a fls 16v a 17, do LV 3-C deste Registro. Isento de selo. Adquirente: A Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, representada pelo Exator Estadual, nesta cidade, Sr. Valentin Asprion, casado, nesta cidade, devidamente autorizado. Transmitente: A Prefeitura Municipal de Camaquã, representada pelo Prefeito Sr. Ney Silva Azambuja, casado, residente nesta cidade, devidamente autorizado. Forma do Título: Escritura Pública de Doação Condicional de 28 de abril de 1952. Valor: Doação Condicional. Origem: Transcrição nº 1.439, do livro 3-C. Averbações: Av.1) Retificação de Área - Averbos com base na Regularização de Loteamento do Município De Camaquã, protocolado sob nº 84651 em 28/2/2005, que foi deferida na Sentença de 21 de fevereiro de 2005 do Dr. Ruy Rosado de Aguiar Neto, Juiz Diretor do Foro desta Comarca, transitada em julgado, no processo n.007/1.04.0003144-4 da Vara Adjunta da Direção do Foro desta Comarca – Projeto More Legal em que foi requerente o Município de Camaquã, que o imóvel da presente transcrição, conforme o Mapa e Memorial Descritivo assinados pelo Engº Agrônomo Éverton Borges Uguim, CREA RS n.112118 – D, tem, na realidade a seguinte área, medidas, confrontações e localização: Lote

REGISTRO DE IMÓVEIS
Rua Manoel da S. Pacheco, 266, CEP 96780040-Camaquã-RS
Fone/Fax: (51) 3671 1442 / 3671 9891
Ana Paula Jardim – Registradora de Imóveis Interina
Portaria nº 042/2021-DF
Renata F. Scaryka, Célia Maria Soares Dutra e
Fabrício Gustavo Kothe Carmel
Registradores Substitutos
Josimela Guinguer Dorneles – Escrevente Autorizada
Sabrina Medeiros Teixeira Freitas – Escrevente Autorizada
Sergiomar de Lima Scherer – Escrevente Autorizada

urbano número 539 da quadra 481, Bairro Bom Sucesso, na cidade de Camaquã, com área de 10.232,17 m2, confrontando: a Oeste, onde faz frente para a rua Sete de Setembro, na extensão de 109,92m, com o lote número 331 e parte do lote número 99; ao Norte, na extensão de 89,31m, com os lotes números 20, 30, 36, 41, 46, 53, 58, 64, 69, 83 e parte do lote 99; e ao Sul, na extensão de 91,51m, com frente para a rua São João Batista onde faz esquina, no quarteirão compreendido pelas Ruas Sete de Setembro, Rua São João Batista, Avenida Presidente Vargas e rua Amado Peres. Camaquã, 07 de março de 2005. Observação: No caso de alienação ou oneração, para a especialização deverá ser cumprido o disposto nos artigos 227, 236 e 176, 1 e 225 da Lei 6.015/73. Digitado por: Juliano Cardoso da Silva Brose – Auxiliar Escrevente.

Camaquã, 5 de outubro de 2022.

Sergiomar de Lima Scherer
Escrevente Autorizado.

REGISTRO DE IMÓVEIS
Rua Manoel da S. Pacheco, 266, CEP 96780040-Camaquã-RS
Fone/Fax: (51) 3671 1442 / 3671 9891
Ana Paula Jardim – Registradora de Imóveis Interina
Portaria nº 042/2021-DF
Renata F. Scaryka, Célia Maria Soares Dutra e
Fabrício Gustavo Kothe Carmel
Registradores Substitutos
Josimela Guinguer Dorneles – Escrevente Autorizada
Sabrina Medeiros Teixeira Freitas – Escrevente Autorizada
Sergiomar de Lima Scherer – Escrevente Autorizada

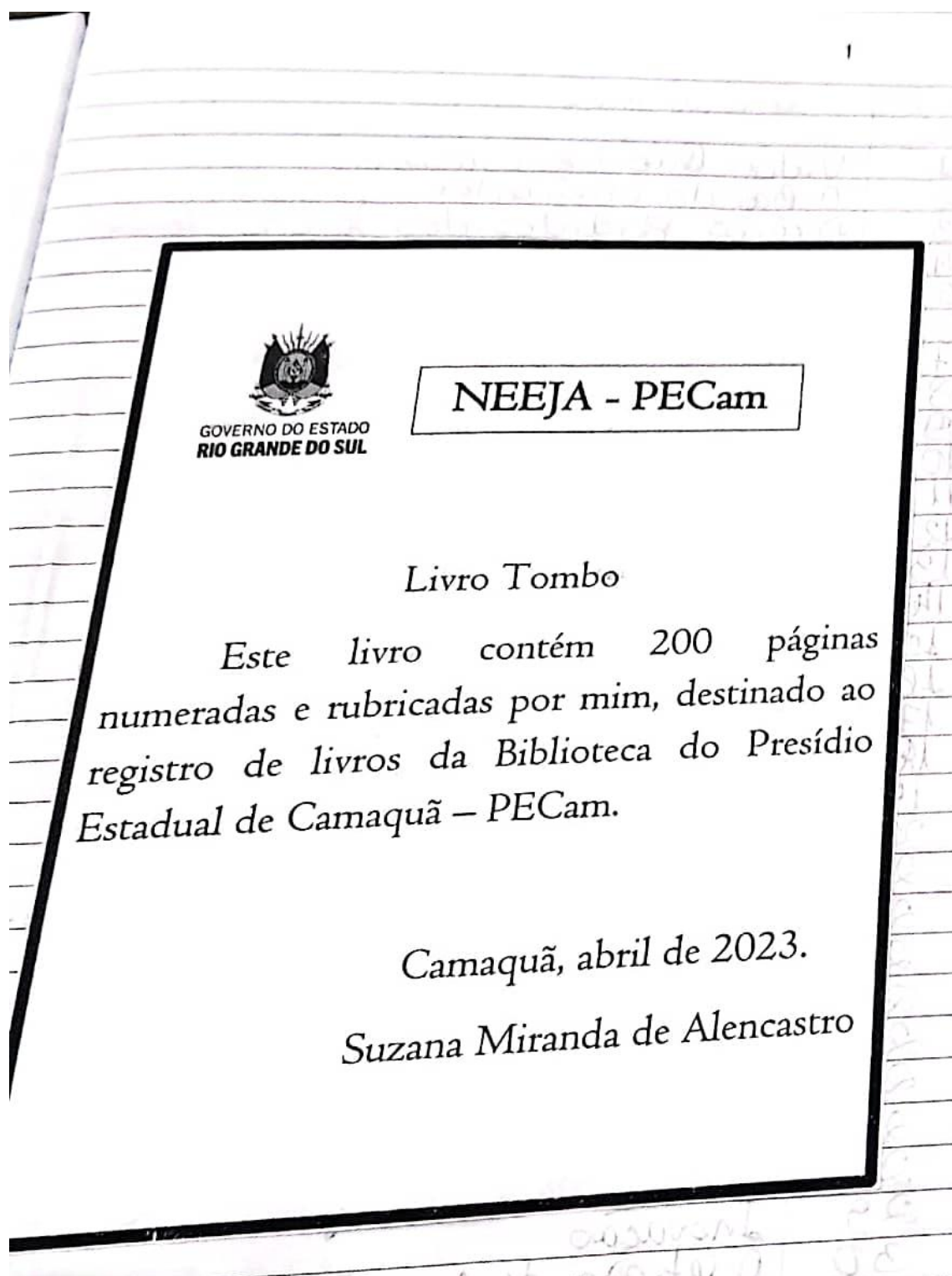
Certidão R\$ 16,50.
Selo Digital de Fiscalização nº 0072.03.1800002.17057. R\$ 3,60.
Busca R\$ 11,30.
Selo Digital de Fiscalização nº 0072.02.2000001.66085. R\$ 2,50.
Processamento eletrônico de dados R\$ 6,00.
Selo Digital de Fiscalização nº 0072.01.2000003.65175. R\$ 1,80.
Valor total Emol.: R\$ 42,55



A consulta estará disponível em até 24h
no site do Tribunal de Justiça do RS
<http://go.tjrs.jus.br/selodigital/consulta>
Chave de autenticidade para consulta:
099184 53 2022 00026600 52

Fonte: Presídio Estadual de Camaquã, 2023.

Anexo B – Livro Tombo em que são registradas as obras do acervo.



Fonte: Presídio Estadual de Camaquã, 2023.

Anexo C – Registro das obras realizado por meio do nome do livro e autor, primeira página do Livro Tombo.

Número de registro	Nome do livro	26/11	
		Nome do Autor	Observações
01	Vidas Que se Cruzam	Arlindo Lima Botelho	
02	O Bar do Cheirador	J.A. Figueiredo	
03	Diários Perdidos dos Jovens Deuses	Rosa Rêgo, Antônio Schimener	
04	O Enterro Prematuro	Edgar Allan	
05	O Navio	Martins Pena	
06	O Abenê	Paulo Pompeia	
07	Antes Que o Jato da floresta	Gerardo Roberto da Silva	
08	Brida	Paulo Coelho	
09	O Caminho de Volta	Uandeilei Meireles Lima	
10	O Caso Último Hora	Maíno Guimarães	
11	Um avião salva muitos	Julio da Luz	
12	A Cozinha da Alma	Jasmin Ramadan	
13	Vozes de um tempo	Susep	
14	O Homem Desnudo	Ivanor Ferronato	
15	Rebeldes e malditos	Antonin Artaud	
16	O Demônio da Seta. Pin.	Paulo Coelho	
17	em Alburna Parte Alguma	Ferreira Gulori	
18	O Que se comemora	Valeoca de Assis	
19	A Terra Vai Recuar Foto	RENATO CARDOSO	
20	Por quem os sinais do Brasil	HEMMINGWAY	
21	A Vinda dos grandes brasileiros	Rui Barbosa	
22	Quentes	União Brasileira de Escritores	
23	Superfícies	Marco Zero	
24	O Código da Vinci	Dan Brown	
25	A Grande degeneração	Nigel Ferguson	
26	livro da família	Padre Teus	
27	Assis Brasil	Festschrift.	
28	Não matem as flores	J.M. Simmel	
29	Inovação	Mark Johnson e David Gann	
30	O retrato de Soriano Gray	Oscar Wilde	
31	A Nova classe No Brasil	J.H. MacANAL	
32	O Livro de Daniel	S.L. Drotow	

CS Digitalizado com CamScanner

Fonte: Presídio Estadual de Camaquã, 2023.

Anexo D – Relação de livros retirados para leitura apenas uma vez.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO	JOHN STUART MILL
DE MENDIGO A FILHO DO REI	MARK TWAIN
MENSAGENS DE AMOR	LETTIE S.J
NOS PASSOS DE JESUS	EDIR MACEDO
CONVERSA COM IÇAME TIBA	IÇAMETIBA
OS FINGIDOS	-
PÉ DE UVA	ROBERTA ASSE
OS TESOUROS DE MONIFA	SONIA ROSA E ROSINHA
A SUPERAÇÃO	AUGUSTO CURY
O LIVRO DOS NÚMEROS (MOISÉS)	-
GÊNESES (MOISÉS)	NOVO TESTAMENTO
EVANGELHO DE MATHEUS	NOVO TESTAMENTO
EVANGELHO DE LUCAS	NOVO TESTAMENTO
JUDAS	NOVO TESTAMENTO
ATOS DOS APÓSTOLOS	-
LUGARES PÚBLICOS	JOSÉ AGRIPPINO DE PAULA
DESCULPE-ME	LEGRAND
ATRAVÉS DO ESPELHO	JOSTEIN GAARDER
GATO PRA CÁ, RATO PRA LÁ	SILVIA ORTHOF
BEBELA, A PULGUINHA SAPECA	NAIARA MATTAR DE ARAUJO
A RAINHA CAMPONESA	PATRÍCIA AMORIN
TANTAS HISTÓRIAS TEM O TEMPO	LINO DE ALBERGARIA
UM HOMEM DE FAMÍLIA	
ULISSES: HISTÓRIAS PARA NINAR MENINOS	
A MENINA ANIVERSARIANTE	
O SEGREDO DEBAIXO DAS COISAS	
TRÊS PROCESSOS DE CURA	
O QUE NÃO SE PODE PREVER	
A MOTORISTA DO TÁXI	
AS VIAGENS DE GULIVER	
DUDU CALUNGA	
A RAPOSA E O CARANGUEJO	
ERA UMA VEZ UM CÃO	ADÉLIA CARVALHO
AS AVENTURAS E DESVENTURAS DE UM SAPO	LUIS CLAUDIO CARDOSO
A AVENTURA DA TARTARUGA DE PENTE	ROSANA RIOS
O PATINHO FEIO	HASN C. ANDERSEN
MADELEINE FIM E BONNIE	
DAVI E GOLIAS	MALCOLM GLAWELL
FÁBULAS DIVERTIDAS: A COBRA E O RATO	SYLVIO LUIS PANZA
REINVENTAR SUA VIDA	JEFFREY YOUNG E JANET KLOSKO
SELOU E MAYA	LARA MEANA

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2023.

Anexo E – Relatório de leitura sobre a obra “Em busca de esperança”, da autora Ellen G. White, produzido por um dos leitores.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS
PRESÍDIO ESTADUAL DE CAMAQUÃ/RS

Resumo Crítico Projeto Remição pela Leitura PECam	
Nome: <u>Felipe</u>	PEC:
Livro: <u>EM BUSCA DE ESPERANÇA</u>	<u>ELLEN G. WHITE</u>
O livro retrata a criação do mundo, a autora Ellen G. White, tenta passar como começou o bem, e o mal. Deus tentava fazer tudo da forma do bem, mas tudo acabou a fugir do seu controle, com Lúcifer, e os anjos que lhe obedeciam, foram uma rebelião. Deus dividiu, eles e os anjos. No meu entendimento, a autora Ellen G. White, quer nos fazer pensar tudo começa com a inveja de Lúcifer com o Jesus. Mas nós seres humanos somos também culpados. A Eva começou quando foi enganada pela serpente e ela comeu a fruta. Do conhecimento o próximo foi o amor, por isso nós temos, a razão de fazer o que nós queremos. O livro em busca de esperança, da autora Ellen G. White, narra o conhecimento de Deus e Lúcifer e os conflitos, tem partes do livro descreve com detalhes o plano do Criador para resgatar os seres humanos das trevas.	

Fonte: Presídio Estadual de Camaquã, 2023.